

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

Diadema 2023

Observatório de Políticas Educacionais do Grande ABC:

Realização

Salomão Barros Ximenes

Rodrigo Travitzki

Paula Rafaela Barbosa

Priscila Araujo

Rafaela Lucia Miyake

Secretaria Municipal de Educação de Diadema

Ana Lucia Sanches Ana Clara T. Carneiro Leonarda Barbosa Luna

Ação Educativa

Claudia Bandeira Vanessa Cândida

Consórcio Intermunicipal do ABC

Juliana Silva Elisabete Marques Pereira de Oliveira

Revisão

Leitura técnica: Marina Campos Rodrigues

Revisão do Texto: Madrigais editora

Diagramação

Observatório de Políticas Educacionais do Grande ABC Secretaria Municipal de Diadema





















APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação (PME) é uma política educacional que busca atender às necessidades reais da educação em nosso município. Ele reúne reflexões, intenções e ações organizadas em estratégias de curto, médio e longo prazo. Diferente de um plano de governo, que fica restrito ao mandato do prefeito, o PME é um Plano de Estado, com duração de dez anos e regulamentado por uma Lei Municipal, conectada a legislações estaduais e nacionais.

Mais que um simples projeto ou um conjunto de iniciativas voltadas apenas à rede municipal de ensino, o PME envolve ações de todas as esferas que atuam na educação local, incluindo a rede estadual e instituições federais. As escolas privadas, ainda que autônomas, são incentivadas a colaborar e respeitar as leis e diretrizes públicas, incluindo o próprio PME, e, por isso, são convidadas a participar ativamente do processo.





Este Relatório Preliminar de Monitoramento e Avaliação do PME de Diadema acompanha a execução das estratégias e o cumprimento das metas do plano. Para isso, foram definidos indicadores de acompanhamento, seguindo as diretrizes do MEC, reunidos em um Painel de Indicadores com dados históricos de 2014 a 2023. O relatório organiza-se pelas metas, descrevendo, em primeiro lugar, os indicadores de acompanhamento e a análise dos dados históricos. Em seguida, apresenta o conteúdo e desenvolvimento das estratégias em 2023.

Agora, é fundamental que todos se engajem na leitura do Relatório Preliminar, pois cada contribuição fortalece a construção coletiva da nossa política educacional. Ao refletir sobre as estratégias e metas, a participação ativa da comunidade permite aprimoramentos no PME, tornando-o cada vez mais alinhado com a realidade e as necessidades do município. Esse processo participativo valoriza a voz de cada membro da sociedade, fortalecendo nosso compromisso com uma educação pública de qualidade e mais acessível para todos.

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação (PME) de Diadema, um documento que reflete os esforços contínuos e colaborativos para garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa para todos os nossos estudantes.

Como Secretária de Educação deste município, acredito que o processo de monitoramento não é apenas uma formalidade, mas um instrumento essencial para avaliar nossas conquistas, identificar desafios e ajustar nossas metas e estratégias, sempre com o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças, jovens e adultos de nossa cidade.

O Plano Municipal de Educação é uma ferramenta estratégica que norteia nossas ações e estabelece diretrizes para uma educação transformadora. Ao monitorar a implementação desse plano, reafirmamos nosso compromisso com o planejamento participativo, ouvindo as comunidades escolares, os profissionais da educação, as famílias e demais atores sociais envolvidos no processo educacional.

Essa prática possibilita a construção de uma educação democrática, centrada nas reais necessidades e expectativas da sociedade.

Um dos principais pilares que sustenta o nosso trabalho é a educação integral, que busca formar cidadãos plenos, capazes de atuar de maneira consciente, ética e responsável em suas comunidades e no mundo. A educação integral, conforme defendida no PME, vai além da simples transmissão de conteúdos curriculares; ela envolve o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, culturais e cognitivas, promovendo uma formação humana mais ampla. Para isso, é fundamental o fortalecimento das políticas educacionais que garantem o acesso, a permanência e a qualidade no ensino.

Ao longo deste relatório, serão apresentadas as principais ações desenvolvidas, os indicadores de desempenho e os resultados alcançados em cada uma das metas previstas no PME. Temos avançado em áreas importantes, como a universalização do acesso à educação infantil, a valorização dos profissionais da educação, a ampliação da jornada escolar e a promoção de práticas pedagógicas inovadoras que respeitam a diversidade e as peculiaridades de cada estudante.

No entanto, também reconhecemos que desafios persistem e que precisamos continuar trabalhando para superar desigualdades educacionais, garantir a infraestrutura adequada nas unidades escolares, aprimorar os processos de formação continuada dos educadores e fortalecer o diálogo entre a escola e a comunidade.

Reforço que a educação de Diadema é fruto de um esforço coletivo. A atuação articulada entre o poder público, os gestores escolares, os professores, as famílias e os estudantes é fundamental para que o nosso sistema educacional avance e se consolide como uma referência de qualidade. O monitoramento constante do PME nos permite não apenas acompanhar o cumprimento das metas, mas também ajustar rotas, inovar em práticas e assegurar que a educação continue sendo um instrumento de transformação social.

Por fim, reafirmo o compromisso desta gestão com a construção de uma educação pública inclusiva, equitativa e de qualidade, fruto da decisão política, que tem como base os princípios da justiça social, do respeito à diversidade e do direito à aprendizagem para todos. A apresentação deste relatório é, portanto, uma etapa importante no cumprimento do nosso dever com a população de Diadema, e continuaremos firmes na missão de proporcionar uma educação que promova o pleno desenvolvimento de nossos cidadãos.

Ana Lucia Sanches Secretária de Educação do Município de Diadema

Este Relatório precisa ser lido e debatido por todos os munícipes, em especial por quem trabalha, frequenta e se preocupa com a escola pública em Diadema. Mas ele também precisa ser visto no contexto nacional, sua existência é uma referência muito além das fronteiras do Município, representa o esforço de gestores e comunidades escolares em dar vida ao ciclo de planejamento decenal da educação, ele é a materialização na prática da ideia do Plano Nacional de Educação (PNE). O Observatório de Políticas Educacionais do Grande ABC tem essa iniciativa de Diadema como exemplo a ser seguido e, em diálogo, aprimorado e expandido. "

Salomão Barros Ximenes Coordenador do Observatório de Políticas Educacionais do Grande ABC

MONITORAMENTO DO PME



O Plano Municipal de Educação (PME) de Diadema contém 21 metas acompanhadas por estratégias que visam à promoção de acesso, permanência, qualidade e continuidade na educação. Essas ações incluem ampliação da Educação Infantil, garantia da alfabetização no Ensino Fundamental, incentivo à educação inclusiva e formação continuada de professores. As metas e estratégias direcionam a política educacional do município, e estão alinhadas com o Plano Nacional de Educação.

Este relatório apresenta os resultados das metas, monitorados a partir de duas fontes essenciais de informação: dados qualitativos coletados pelas equipes de gestão da Secretaria de Educação, por meio de conversas, formulários e relatórios, e dados quantitativos públicos, como o Censo Demográfico, o Censo Escolar, o Censo da Educação Superior e os dados abertos da Capes.

Os dados quantitativos, uma vez organizados, transformam-se em indicadores que permitem quantificar conceitos abstratos, revelando aspectos da realidade social ou mudanças em andamento. Por exemplo, um conceito como "qualidade do ensino" pode ser medido por meio de indicadores como o fluxo escolar dos alunos e suas médias de desempenho em avaliações de Português e Matemática, compondo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).



Embora o indicador esteja limitado às notas de Português e Matemática, excluindo outros campos de conhecimento, a diretriz do MEC para alcançar a meta é baseada nos resultados do IDEB, que avalia o desempenho dos estudantes nessas disciplinas nos anos estabelecidos.

O PME tem 21 metas, sendo que a 21^a é uma síntese do plano como um todo, enquanto as outras 20 metas estão estruturadas conforme o Plano Nacional de Educação, com as devidas adaptações para o contexto municipal. Dessas 20 metas do PME, 15 possuem indicadores quantitativos específicos, calculados com base no PME, no relatório de monitoramento do PME e nas diretrizes de monitoramento do Plano Nacional de Educação.

A metodologia de acompanhamento se inspira na abordagem do Inep, mas adaptações foram necessárias no nível local, devido a limitações de temporalidade e coleta no nível municipal. Uma das principais limitações encontradas para o cálculo dos indicadores municipais foi a impossibilidade de uso da PNAD, devido ao seu plano amostral que não garante representatividade no nível dos municípios. Por esse motivo, para alguns indicadores, em vez da PNAD, foram utilizados dados do Censo Escolar articulados a dados da Seade ainda não publicizados, fornecidos especialmente para o Observatório.



Algumas metas apresentam indicadores que ultrapassam 100% (como as Metas 2 e 3), possivelmente devido à presença de estudantes de municípios vizinhos na rede de ensino de Diadema, o que não pode ser mapeado nas bases de dados públicas existentes.

Para compreender melhor os avanços ou retrocessos dos indicadores, é essencial considerar as ações realizadas e seus possíveis efeitos nos resultados. O monitoramento das estratégias do PME mapeia os programas e projetos da secretaria que influenciam esses resultados.

A análise integrada entre indicadores e informações qualitativas oferece uma visão abrangente do progresso educacional, permitindo identificar o que deve ser mantido, ajustado ou reavaliado. Ao longo do relatório, essa análise será detalhada, mostrando o progresso e os desafios das metas. Os resultados podem ser consultados no <u>painel de Diadema.</u>

Além disso, foi usada a linguagem cartográfica com a finalidade de dar uma dimensão espacial para o Plano Municipal de Educação. Nesse sentido, o relatório conta com um conjunto de mapas que buscam informar a distribuição espacial das unidades escolares e a dimensão espacial do efeito que as políticas, orientadas pelo PME, produziram nas unidades escolares ao longo dos anos. O mapeamento foi feito a partir de dados do Censo Escolar e dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Diadema. As bases cartográficas são oriundas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do portal Geodiadema, o qual possui diversas informações georreferenciadas para todo o município de Diadema.



Os programas educacionais promovidos pela Prefeitura de Diadema são fundamentais para alcançar as metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação (PME). Essas iniciativas locais buscam melhorar a qualidade do ensino, promover a inclusão social e garantir acesso equitativo à educação para todas as crianças e jovens do município. Ao abordar áreas como alfabetização, desenvolvimento infantil e formação de professores, esses programas contribuem para o fortalecimento da rede educacional, alinhando-se aos objetivos do PME e às diretrizes nacionais, e visando o desenvolvimento integral dos estudantes.





O Programa Escola que Protege tem como objetivo assegurar os direitos humanos dos estudantes, promovendo experiências educativas que favoreçam seu desenvolvimento com dignidade humana. Diante do aumento de denúncias de violência contra crianças e adolescentes após o período pandêmico, o programa prioriza a prevenção e proteção, além de atender adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. As ações incluem a prevenção de violências, identificação de sinais, atendimento presencial com profissionais como assistentes sociais e psicólogos, apoio a professores, combate ao bullying, videomonitoramento nas escolas e a criação do Observatório de Segurança Escolar.

Retomado em 2021, o programa Creche Lugar de Criança oferece 1600 novas vagas para berçário, com o objetivo de atender 83% das crianças de zero a três anos. As ações incluem o aumento do per capita por estudante, formação de educadores com base nas pedagogias participativas e melhoria da estrutura física das creches, como a instalação de parques infantis e a compra de materiais pedagógicos que promovam a valorização étnico-racial e de gênero.

O Programa Dinheiro Direto na Escola Diademense, instituído pela Lei nº 4028/2020 e o Decreto nº 7950/2021 sob o nome "Escola Bem Cuidada," visa dar maior autonomia às escolas de Diadema, transferindo recursos diretamente para elas. Esse financiamento é direcionado para materiais, manutenção, serviços, atividades educacionais e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) Participativo. Em resposta ao contexto econômico agravado pela pandemia, foi incentivado o uso desses recursos no comércio e serviços locais, promovendo emprego e renda. A iniciativa fortalece a autogestão e participação social, com envolvimento do Conselho Escolar e Caixa Escolar no planejamento e fiscalização dos recursos, beneficiando todas as 60 escolas e o Centro de Atendimento à Inclusão Social (CAIS).



A Política de Educação Integral de Diadema inclui os programas Mais Educação e Aprender Mais. O Mais Educação expande o tempo e as oportunidades de aprendizagem, integrando cultura, esportes e meio ambiente para o desenvolvimento completo das crianças. Esse programa é intersetorial, com a colaboração de várias secretarias. Já o Aprender Mais é oferecido no contraturno para alunos do 4º e 5º anos, focando na recuperação de letramento e matemática com atendimento individualizado, ministrado por professores especializados em turmas reduzidas.



O **Programa Diadema de Dandara e Piatã** tem como objetivo implementar as leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica, além das leis municipais 1.401/1994 e 2.810/2008, que incluem a História da África nos currículos e instituem a comemoração da Kizomba – A Festa da Raça no calendário oficial e nas escolas. Voltado à valorização de histórias e culturas frequentemente invisibilizadas pelo currículo ainda eurocêntrico, o programa envolve os professores da rede municipal, ouvindo representantes de cada escola para definir temas de formação e materiais pedagógicos.

O programa visa apoiar a superação do racismo e transformar as relações sociais em prol da igualdade racial nas escolas municipais de Diadema. Pretende também incluir aulas sobre relações étnico-raciais na grade curricular da educação infantil, ensino fundamental I, EJA I e EJA II, além de incorporar jogos tradicionais, como o Mancala Awelé e o Jogo da Onça, explorando seu contexto cultural. Por meio da formação docente, o programa busca combater estereótipos, apoiar os estudantes na construção de sua identidade étnico-racial e promover o orgulho de seu pertencimento.



O **Projeto Pedagógico do Quarteirão** é uma iniciativa que integra espaços e saberes para ampliar as oportunidades educacionais, culturais, esportivas e de lazer para a comunidade, reconhecendo o bairro Promissão, Marilene, como um território educativo. Com uma perspectiva de inclusão social, o projeto visa formar cidadãos autônomos, solidários e comprometidos com valores democráticos, proporcionando o desenvolvimento de uma educação que vá além do conteúdo acadêmico.

Esse projeto inovador, fruto da colaboração entre as Secretarias de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, valoriza todos os espaços como educativos e busca oferecer acesso a uma educação integral de qualidade para todos. O atendimento escolar incluirá 260 vagas em creche, 512 para educação infantil (crianças de 4 e 5 anos), 896 para o Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e 224 para a EJA (Educação de Jovens e Adultos). Além disso, o projeto oferecerá atividades culturais, como teatro, estúdio audiovisual, oficinas de música, teatro, arte e ballet, e esportivas, incluindo Mulheres em Movimento, ginástica artística, natação, hidroginástica, escola de esportes e capoeira, fortalecendo o acesso da comunidade a uma formação integral e diversificada.



O **EJA MAIS** é uma iniciativa da Secretaria da Educação de Diadema, criada para ampliar as oportunidades de aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA), promovendo o desenvolvimento de competências e facilitando o acesso ao mercado de trabalho. O projeto integra temas ligados ao mundo do trabalho nos currículos existentes, oferecendo formações em Inclusão Digital - Introdução à Informática; Orientações para o Trabalho e Empreendedorismo; Atendente de Caixa -Introdução à Educação Financeira; Introdução ao Excel – Planilha Eletrônica; Atendimento ao Cliente – Técnicas de Redação e Comunicação Oral Básica, visando a melhor qualificação dos estudantes para o mercado de trabalho. A implantação do projeto está prevista ainda para o primeiro semestre de 2022.

O EJA na Comunidade está focado em garantir o direito à educação e elevar a escolaridade da população, levando o Ensino Fundamental, modalidade EJA (1^a à 8^a série), a locais de difícil acesso ou a públicos específicos, por meio de salas descentralizadas com professores da rede municipal. Atualmente, o programa conta com cinco polos ativos e cerca de 100 matrículas semestrais, em espaços cedidos por parceiros como ONGs, associações de bairro e igrejas, proporcionando alfabetização e educação para aqueles que enfrentam barreiras sociais, econômicas e/ou geográficas.



O ADOLESCENTE APRENDIZ é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Diadema, oferecendo atividades que incluem mentorias e aprendizado em diferentes eixos, como saúde, étnico-racial, cidadania, educação para o mercado de trabalho, arte e cultura, entre outras áreas. As duas etapas contam com bolsa aprendizagem para os participantes, sendo R\$ 150 para a parte inicial, chamada "Primeiros Passos", e R\$ 300 para a parte final, chamada "Travessia". O programa Adolescente Aprendiz oferta dois módulos distintos, o Primeiro Passos, para quem tem 14 e 15 anos, e o Travessia, para jovens de 16 e 17 anos. Em 2023 foi fechada a parceira em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego, Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e a Universidade Federal do ABC, ampliando o Adolescente Aprendiz, através do Programa Manoela Quirino, com lançamento em 2024. Ao todo, em 2023, foram mais de 800 jovens participantes do Adolescente Aprendiz, contemplando ao longo da retomada em 2021, 1.400 jovens contemplados.

O QUE ALCANÇAMOS?

Os esforços do município de Diadema, incorporados por meio de programas estruturantes, com o objetivo de ampliar a oferta de vagas para todas as etapas de ensino, a construção de equipamentos públicos, a intersetorialidade com outras áreas de políticas sociais, bem como políticas de formação continuada, resultaram em destaques positivos para o andamento das metas.

Ainda que algumas metas tenham caminhado com menor velocidade, outras se destacaram, seja pelo seu alcance ou pela sua evolução, durante esses sete anos.

Alguns exemplos elucidam esses esforços – é o caso da Educação Infantil (Meta 1). A cobertura de matrículas na faixa etária de 4 a 5 anos (indicador 1a) chega a 99% em 2023, com um crescimento de 7 pontos percentuais (p.p) em relação ao primeiro ano de implementação do PME (2016). Ainda que a meta não tenha sido alcançada, uma vez que seu texto procura a universalização total (100%), o objetivo está bem próximo. Para a faixa etária das crianças de 0 a 3 anos, o indicador evoluiu 16 p.p, alcançando 52% da cobertura de matrículas, superando a meta em 2023 (indicador 1b).

No Ensino Fundamental, tanto nos anos finais quanto nos anos iniciais, a universalização (indicador 2a) já estava garantida desde o primeiro ano do PME. O mesmo acontece no Ensino Médio (indicador 3a). Quanto à Educação Especial Inclusiva, o município alcançou 96% da universalização do acesso e atendimento educacional especializado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O indicador 4b contabiliza o percentual de matrículas em classes comuns da Educação Básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência ou altas habilidades. A sua evolução foi de 5 p.p.

Considerando a alfabetização (Meta 5), o indicador utilizado contabiliza o percentual de alunos alfabetizados no segundo ano do Ensino Fundamental. A meta procura alfabetizar 100% das crianças nessa faixa etária. O resultado de Diadema alcançou 41%. Há um desafio de verificar a evolução histórica, pois é a primeira vez que esse indicador (5a) foi sistematizado pelo Inep. É um ponto de atenção para o município, ainda que esteja desenvolvendo ações e programas – como o Grupo de Recomposição de Aprendizagem, o Aprender Mais, um dos campos do Mais Educação e o Leiturando – para essa meta.

A Educação em Tempo Integral procura alcançar 50% dessa modalidade nas escolas públicas, garantindo que 30% dos alunos estejam matriculados nesse formato. O indicador que calcula o percentual de matrículas evoluiu ao longo do tempo, aumentando 14 p.p e alcançado 25 p.p do público-alvo para essa modalidade. Embora não tenha alcançado a meta, a evolução mostra um esforço significativo de Diadema. O mesmo acontece na disponibilização das ETI (Educação em Tempo Integral), faltando 2% para o alcance do estabelecido no texto.

A qualidade (Meta 6) é um ponto importante para verificar, além do acesso à educação. Isso é monitorado pelo Ideb. Esse indicador teve um aumento entre 2013 e 2015, mas estagnou entre 2019 e 2023, totalizando 6,3 pontos no Ensino Fundamental, ficando abaixo da meta estabelecida para 2021, que é de 6,7 pontos para os Anos Iniciais e 5,8 para os Anos Finais.

A escolaridade é colocada no texto, com o objetivo de atingir a população de 18 a 29 anos, especialmente os mais pobres. No entanto, essa meta carece de indicadores para o monitoramento, uma vez que o nível dos municípios não é considerado pela PNAD, restando o monitoramento pelo Censo Demográfico, que acontece a cada 10 anos. Essa granularidade ainda não foi divulgada para o novo Censo de 2022. Entretanto, o monitoramento qualitativo coloca esforços nesse campo, como programas para Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Lugar de Estudante é a Escola.

Dessa forma, as Metas 8 e 9 procuram incentivar a modalidade EJA. A Meta 8, que tem como objetivo elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 96,5% até 2016, bem como erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional, pode ser medida pela taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais. O alcance de Diadema é de 97%; ainda há 11.403 pessoas no município que não não são alfabetizadas. A Meta 9 inclui para essa modalidade a educação profissional, para a qual o município atingiu 0% da integração desse público. Entretanto, a responsabilidade dessa inclusão é do Estado, embora existam ações do município, como o Pacto Nacional da EJA-EBC.

Caminhando para os próximos passos da escolarização, o acesso e a expansão da Educação Superior é um aspecto importante. Não há um indicador específico para monitoramento, mas o município tem formado parceria com atores importantes para esse acesso, como a Univesp, a UAB, o Centro de Formação Carlos Kopcak e o SESI.

não seria apenas atribuição do estado, porque o município também pode ofertar EJA Ensino Fundamental anos finais, já foi homologado pelo CME a EJA profissionalizante e 1 escola para o ano de 2025.

A titulação de docentes na Educação Superior (Meta 13) é um ponto importante para garantir a qualidade da educação. O percentual de docentes com mestrado ou doutorado na Educação Superior pública e privada é de 90%; quando comparado com 2016, é possível visualizar um aumento de 6 p.p. Para os docentes com doutorado, esse número é de 35%, apresentando uma elevação de 16 p.p desde 2016.

Caminha nesse sentido a formação de profissionais da educação, com o objetivo de assegurar que todos os(as) professores(as) da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Entre 2016 e 2023, os dados revelam avanços significativos na qualificação dos professores na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, enquanto o Ensino Médio apresenta alguns desafios. No Ensino Fundamental, a proporção de professores com formação superior adequada às suas áreas de atuação cresceu de 68% para 74%, e o total de profissionais com alguma formação superior chegou a 98%. Já na Educação Infantil, a quantidade de docentes com formação superior adequada aumentou de 86% para 92%, refletindo esforços de qualificação específicos para essa etapa. No Ensino Médio, apesar de 98% dos professores possuírem alguma formação superior, o percentual daqueles com formação adequada à área de atuação diminuiu levemente, de 66% para 65%, indicando uma necessidade de atenção maior quanto à adequação da formação.

Ainda pensando nesse público, a Meta 17 busca equiparar seus rendimentos aos de outros profissionais com a mesma escolaridade e melhorar as condições de trabalho até o sexto ano do PME. A Meta 18 destaca a necessidade de revisar o plano de carreira dos docentes da rede municipal de Educação Básica. Entre 2016 e 2020, o indicador 17a, que mede a remuneração bruta dos docentes da Educação Básica em Diadema, revela uma queda. A remuneração média caiu de R\$ 9.577 em 2020 para R\$ 8.525 em 2022, uma diferença de R\$ 1.052.

A gestão democrática (Meta 19) é importante para assegurar a participação da comunidade escolar. Ainda que não exista uma forma de mensuração quantitativa, Diadema tem grandes ações para essa meta, como o Fala Curumim, o Conselho Curumim, o Projeto Político Pedagógico Participativo e os Colegiados Escolares de Gestão Democrática.

O financiamento é um pilar importante para garantir a efetivação das políticas educacionais. A meta estipula o aumento de 5% até o término do PME, em relação ao orçamento municipal. Em 2023, o Município aplicou R\$ 463.680.691,61 em Educação; em 2016, foram aplicados R\$ 378.678.276,43. Isso significa um aumento de 22,45%.

Uma inovação importante de Diadema foi ter criado uma meta específica (Meta 21) para acompanhamento do PME. A estrutura institucional da Secretaria foi um passo importante para isso: o Observatório da Educação possui atividades específicas de monitoramento das metas. Espaços institucionalizados como o Fórum Municipal de Educação, instituído desde 2017, e a parceria com a UFABC, o Consórcio Intermunicipal do ABC e a Ação Educativa foram importantes para unir esforços no atual monitoramento.

Por fim, nas próximas páginas você vai encontrar, além de gráficos, mapas e indicadores, ações importantes da Secretaria para a efetivação das estratégias do texto.

AS AGENDAS DE GÊNERO E RAÇA NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DIADEMA

O PME apresenta 21 metas, cada uma com estratégias específicas. O conteúdo relacionado a gênero e relações raciais aparece de maneira transversal em parte das metas, porém de forma bastante repetitiva, apresentando, na maioria das vezes, o mesmo texto copiado para as diferentes metas. Em relação à agenda de gênero, podemos identificar uma mesma estratégia do plano que faz a seguinte referência em 7 metas:

Garantir ações de combate e prevenção a situações de racismo, qualquer tipo de discriminação, inclusive relacionada a sexismo, gênero, religião e bullying, reconhecendo a diversidade, que deve ser entendida como a pluralidade cultural, étnico-racial, regional, linguística, religiosa, biológica, social, política, entre outras características próprias de um grupo de seres humanos que habitam um determinado território, e o respeito mútuo no ambiente escolar. (Citado nas Metas 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 8).

Percebe-se que a repetição dessa única estratégia, que cita explicitamente a palavra "gênero", nas diferentes metas, por um lado, se contrapõe àquilo que é definido no artigo 9°, que trata da proibição de "qualquer forma de indução à diversidade de gênero, ideologia de gênero, e orientação sexual de crianças e adolescentes, inclusive em materiais pedagógicos ou didáticos". E, por outro, ao considerar a referência a apenas uma estratégia, reforça a ausência da agenda, assim como estabelecido no artigo.

Ainda sobre a estratégia supracitada, o plano aponta para a elaboração de ações de combate e prevenção a situações de racismo e discriminações em razão de sexismo e gênero, considerando a diversidade biológica e a pluralidade cultural. Vemos, neste ponto, uma referência à "diversidade biológica", mas sem necessariamente qualificar a que se refere esse termo. Considerando o artigo 9º referido anteriormente, que proíbe a indução à "diversidade de gênero" ou "ideologia de gênero", pode-se entender que o termo "diversidade biológica" seja incluído com o objetivo de delimitar a compreensão da agenda de gênero, a partir de uma noção supostamente biologizante, e binária, na qual há apenas os gêneros feminino e masculino.

Dessa forma, o plano cita o combate à discriminação de gênero e à "violência doméstica e sexual" (Meta 7), mas proíbe que se discuta diversidade de gênero e orientação sexual, chegando a utilizar o termo "ideologia de gênero".

Para além disso, percebe-se que as Metas 1, 3, 4, 6 e 8, que tratam da aquisição de material didático que contemple determinadas questões de "diversidade", cita a palavra "diversidade" e a define da seguinte maneira: "(...) deve ser entendida como a pluralidade cultural, étnico-racial, regional, linguística, religiosa, biológica, social, política, entre outras características próprias de um grupo de seres humanos que habitam um determinado território"; ou seja, a definição de diversidade utilizada no plano deixa de fora a noção de diversidade sexual e de gênero, excluindo a presença dessas agendas no material didático.

Nas estratégias que tratam do fortalecimento do acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência das estudantes na escola, diante de situações de discriminação, preconceito e violências (citadas nas Metas 2 e 3), não há uma especificação de quais são essas violências, e se estão relacionadas a gênero ou sexualidade. O mesmo se pode dizer para a estratégia que se refere ao combate à evasão escolar "motivada por preconceito ou discriminação" (Metas 2 e 3).

Já no que se refere a raça, o PME de Diadema traz diversas menções à agenda, que estão presentes nas diferentes estratégias para execução das metas. São as seguintes:



Garantir ingresso, permanência e sucesso na trajetória escolar da população negra e indígena, com ambiente que garanta o bem estar e segurança a partir da valorização do patrimônio histórico e cultural. (Metas 1, 2, 3, 4, 6 e 8).

Garantir ações de combate e prevenção a situações de racismo, qualquer tipo de discriminação, inclusive relacionada a sexismo, gênero, religião e bullying, reconhecendo a diversidade, que deve ser entendida como a pluralidade cultural, étnico-racial, regional, linguística, religiosa, biológica, social, política, entre outras características próprias de um grupo de seres humanos que habitam um determinado território, e o respeito mútuo no ambiente escolar. (Metas 1, 2, 3, 4, 6 e 8)

Garantir aquisições de materiais didáticos que contemplem a diversidade, que deve ser entendida como a pluralidade cultural, étnico-racial, regional, linguística, religiosa, biológica, social, política, entre outras características próprias de um grupo de seres humanos que habitam um determinado território. (Metas 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 8).

Promover formações específicas para subsidiar os profissionais nas temáticas relacionadas à Diversidade, que deve ser entendida como a pluralidade cultural, étnico-racial, regional, linguística, religiosa, biológica, social, política, entre outras características próprias de um grupo de seres humanos que habitam um determinado território. (Metas 1, 2, 3, 6 e 8).



Percebe-se que o PME não menciona a Lei n. 10.639/2003 ou a 11.645/2008, porém traz cinco estratégias presentes em diferentes metas do plano. No artigo 2°, há também uma referência à questão étnico-racial a partir da ideia de promoção do respeito, compreendida dentro da noção de diversidade.

Na Meta 8, que trata da elevação da escolaridade média da população com mais de 18 anos, há uma referência à equalização da escolaridade média da população negra e não negra, o que aponta para uma preocupação do plano em relação a desigualdades educacionais relacionadas a raça.

Nas estratégias citadas, pode-se compreender que a elaboração do plano reconhece que há uma especificidade em relação ao ingresso, à permanência e ao sucesso escolar vivenciada pela população negra, que são necessárias ações de combate e prevenção ao racismo, que a diversidade étnico-racial e sua valorização precisam estar presentes nos materiais didáticos, e que os(as) profissionais da educação precisam ser formados(as) para isso.

Apesar da presença dessas estratégias relacionadas à agenda racial, não há referência no caso das situações de racismo e discriminação racial ou um protocolo de encaminhamento dos casos e de acolhimento dos(as) estudantes negros(as) diante dessas situações. Da mesma forma, percebe-se que não há um cruzamento da preocupação com a desigualdade e discriminação racial com o marcador de gênero, o que exclui, na elaboração do plano, a experiência específica principalmente de meninas negras e estudantes LGBTQIA+ negres, que sofrem essas violências de forma interseccionada, o que interfere em suas trajetórias escolares de forma característica.

Outro ponto importante relacionado à agenda racial que se mostra ausente na elaboração do plano diz respeito à consideração da identidade racial e de gênero das profissionais de educação, relacionada ao incentivo do acesso a pósgraduação (especialização, mestrado e doutorado), com garantia da evolução funcional prevista nos planos de carreira (Meta 16). Também não há referências a políticas de ações afirmativas para profissionais da educação negras, quilombolas e indígenas.

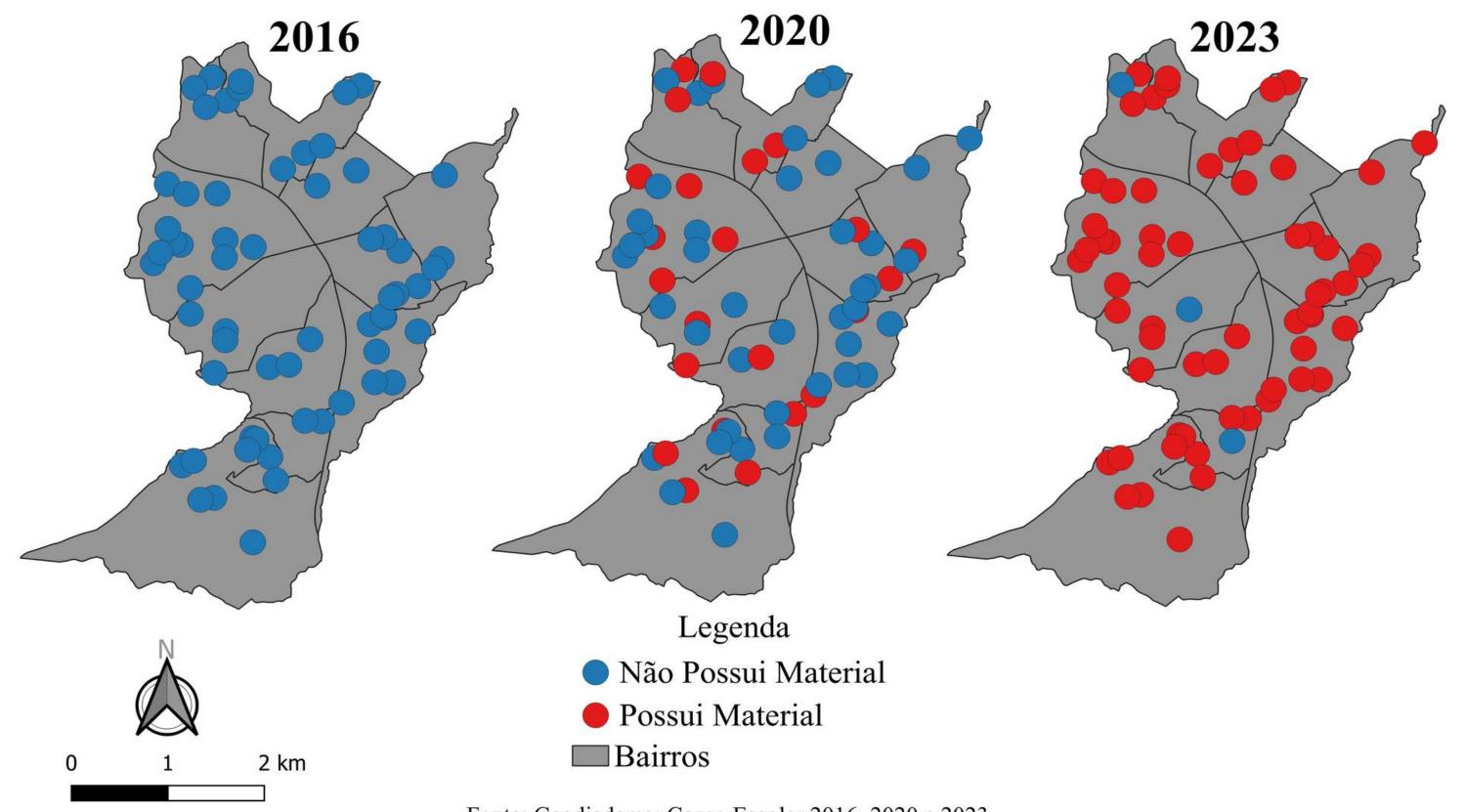
Uma vez que a temática racial aparece de maneira transversal no PME, sendo apontada em diferentes metas e estratégias, nota-se que o Programa Dandara e Piatã foi a estratégia desenvolvida pela Secretaria de Educação.



O Programa Diadema de Dandara e Piatã, uma proposta inovadora no que se refere à abordagem da temática étnico racial e indígena nas escolas, surge de maneira transversal em diferentes metas e estratégias como a ação realizada pela Secretaria de Diadema voltada para essa abordagem. O programa prevê a formação de educação étnico-racial para todos os profissionais de educação, o que inclui professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e profissionais de apoio. As formações acontecem dentro do horário de trabalho (HTPC em rede, HTPC nas escolas).

O combate ao preconceito também é realizado por meio das ações de combate a evasão escolar, promovidas pelo programa Lugar de Estudante é na Escola, que busca identificar casos em que a evasão é motivada por alguma forma de preconceito, bullying ou cyberbullying, prevenindo a intimidação sistemática no contexto escolar por meio de grupos de intervenção, com o objetivo de refletir e criar estratégias de enfrentamento a todas as formas de preconceito por meio do fomento de uma cultura de paz nas escolas. Além disso, também foram realizadas oficinas formativas sobre a cultura de paz, por meio das discussões com os Grêmios Curumins, nas quais foi possível discutir questões relativas ao bullying e à pluralidade cultural e étnico-racial, por estarem relacionadas a situações de grande desconforto para as crianças, o que tem relação direta com a estratégia 7.8, que aponta a necessidade de garantir ações de combate e prevenção a situações de racismo e qualquer outro tipo de discriminação. A meta também aponta que essa discriminação pode ser relacionada não apenas a questões de raça, mas também a sexismo, gênero, religião e bullying, e que deve se reconhecer a pluralidade cultural, étnico-racial, regional, linguística, religiosa, biológica, social, política, entre outras. Portanto, os Grêmios Curumins se configuram em um espaço legítimo onde as questões apontadas puderam ser discutidas e refletidas pelos estudantes, e as oficinas formativas foram uma oportunidade de qualificação desse debate, que resultou na produção de um podcast realizado pelos estudantes e que tinha como conteúdo o repertório adquirido e mobilizado por eles.

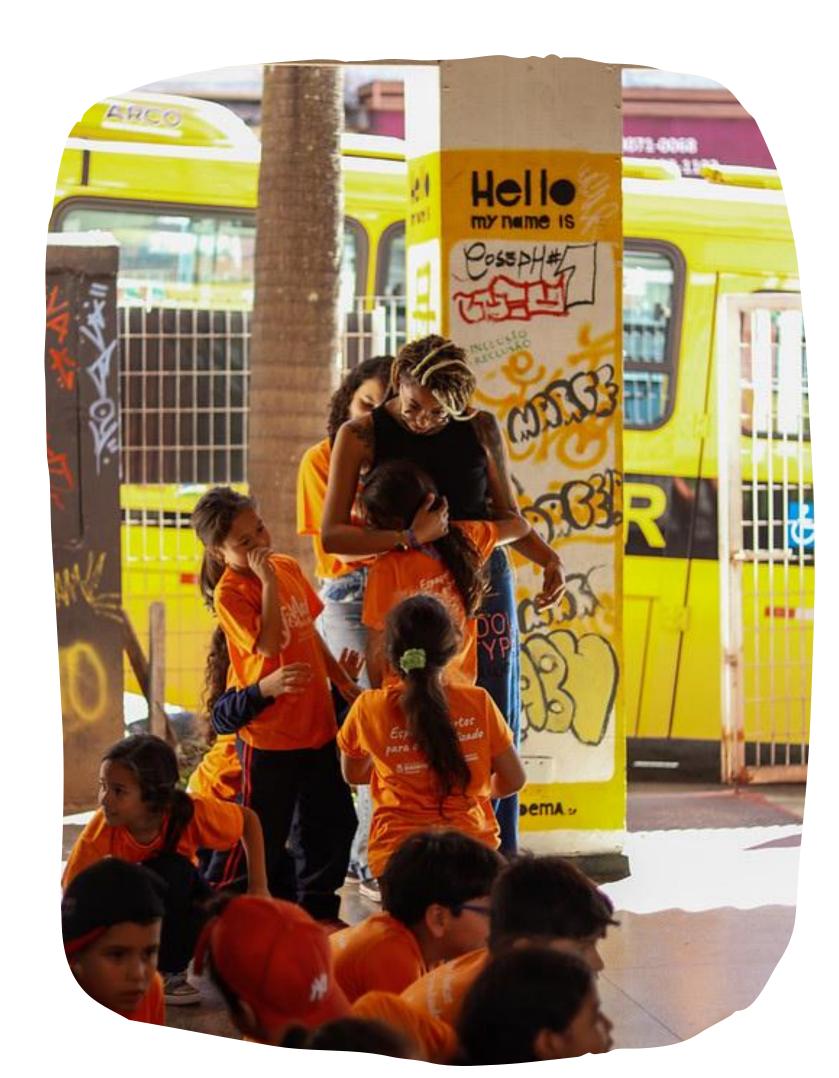
A garantia da oferta de materiais didáticos que contemplem a diversidade também é uma estratégia que foi incorporada pelo Programa Diadema de Dandara e Piatã por meio da ação "Aquisição do baú de tesouros de Dandara e Piatã", na qual foram adquiridos materiais com temática afro-brasileira e indígena, entre eles 92 livros, tecidos com estampas étnicas, jogos, instrumentos musicais e lápis de cor com variados tons de pele. A conquista de recursos para a compra desses materiais foi possível por conta da adesão à Política Nacional de Equidade e Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), de iniciativa do governo federal, de todos os estudantes do Ensino Fundamental, incluindo Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos. No mapa a seguir é possível observar o avanço da presença dos materiais mencionados acima nas unidades escolares municipais.



Fonte: Geodiadema; Censo Escolar 2016, 2020 e 2023.

^{*}Instrumentos e materiais socioculturais e/ou pedagógicos em uso na escola para o desenvolvimento de atividades de ensino e aprendizagem - Materiais pedagógicos para a educação das relações etnicorraciais

No que se refere à abordagem da temática de gênero, gestores e professores receberam uma formação denominada "Desvendando esse tal de gênero", que aconteceu fora do horário de trabalho. A formação buscou desmistificar as principais diferenças entre sexualidade e gênero, além de colaborar para identificar, analisar e refletir sobre as ações e práticas de exclusão inconscientes que ocorrem no ambiente escolar, como o machismo.



META 1 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PME.









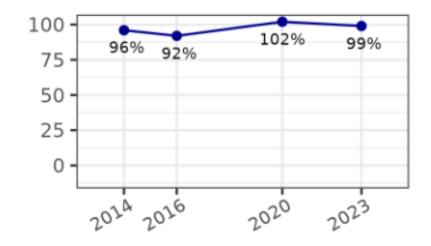




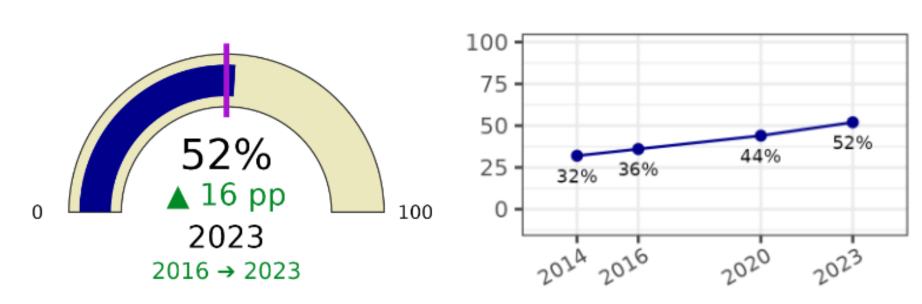
O QUE ALCANÇAMOS?

1.A: Cobertura de matrículas para a população de 4 a 5 anos





1B: Cobertura de matrículas para a população de 0 a 3 anos



COMO MEDIMOS? Os indicadores de monitoramento da meta são uma adaptação do indicador nacional. Para calcular, divide-se o número total de matrículas nessa faixa etária (segundo o Censo Escolar) pelo número de residentes no município nessa faixa etária (segundo a SEADE). Nessas matrículas, pode haver alunos de outros municípios, por isso o número pode ultrapassar 100%.

O QUE DIZEM OS DADOS?

No primeiro ano do PME, 92% das crianças de 4 a 5 anos estavam matriculadas em escolas e creches de Diadema. Sete anos após a implementação do plano, esse número saltou para 99%. O mesmo é observado para a população de 0 a 3 anos. Em 2016, 36% das crianças estavam matriculadas, saltando para 52% em 2023.

A meta esperada é de 100% para o primeiro indicador e 50% para o segundo. As escolas de Educação Infantil municipais, em conjunto com as conveniadas, oscilaram de 16.373 matrículas em 2016 para 16.591 em 2023. Nas creches, foram 7.452 matrículas em 2016 e 8.410 em 2023. Percebe-se, assim, que a Educação Infantil possui 16.591 crianças matriculadas.



O QUE DIZEM AS ESTRATÉGIAS?

As estratégias para a Educação Infantil visam ampliar o acesso e garantir um atendimento de qualidade, assegurando que todas as crianças estejam na creche ou pré-escola (1.1). Para isso, são propostas melhorias na infraestrutura das escolas (1.2), além da aquisição de equipamentos, materiais pedagógicos e brinquedos que contribuam para o desenvolvimento integral das crianças (1.1). A inclusão de crianças com transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, bem como deficiências físicas, também é abordada, para garantir a acessibilidade física e pedagógica (1.10).

Além disso, a formação de equipes multidisciplinares compostas de psicólogos, assistentes sociais e psicopedagogos (1.7) e a promoção de programas de educação socioemocional (1.8) são citadas como fundamentais para um desenvolvimento integral. A integração com programas de saúde, especialmente nas áreas de nutrição e vacinação (1.12), e a criação de estratégias de transição entre ciclos de ensino, para garantir uma passagem tranquila para o Ensino Fundamental (1.13), também são destacadas.

A formação dos professores para o uso de tecnologias educacionais (1.19) e a avaliação contínua do desempenho pedagógico das crianças (1.25), bem como parcerias com organizações sociais e outras instituições (1.31), também são ações consideradas.

O monitoramento contínuo da qualidade educacional é colocado como essencial para acompanhar o crescimento da rede e melhorar o atendimento nas instituições de Educação Infantil (1.5). Estudos regulares são previstos como forma de ajudar a planejar a oferta de vagas (1.3), permitindo que as escolas sejam ampliadas ou reformadas para atender melhor às necessidades das crianças (1.4).

A participação das famílias e comunidades deve ser incentivada (1.10), juntamente com a oferta de educação em tempo integral (1.18) e o uso de tecnologias nas escolas (1.24). É colocado como compromisso a qualidade da alimentação escolar (1.9), o desenvolvimento de programas de conscientização ambiental (1.11) e a construção de novos prédios e melhorias na infraestrutura tecnológica (1.2 e 1.22). Avaliações regulares de infraestrutura, quadro de profissionais e acessibilidade (1.21) buscam garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todas as crianças (1.29).

COMO DIADEMA CONTRIBUIU PARA EDUCAÇÃO INFANTIL?

A Secretaria de Educação de Diadema tem desenvolvido algumas iniciativas para garantir o acesso e a permanência em relação à educação, com foco na ampliação de vagas e na inclusão das crianças do município matriculadas na Educação Infantil. Entre as ações principais está a construção do Quarteirão da Educação. O equipamento terá quase 25 mil metros quadrados de área construída, com prédios para o Ensino Fundamental, Educação Infantil e Creche, além de quadras poliesportivas, salas de ginástica, piscinas cobertas para aulas de natação, hidroginástica e atividades recreativas, além de teatro e cineteatro. Atualmente, um pouco mais de 40% da obra já foi concluída. Em paralelo, o Programa Creche Lugar de Crianças pretende criar 1.600 vagas até o final de 2024. No mapa ao lado, é possível visualizar a quantidade e a distribuição das escolas conveniadas com a prefeitura, as quais propiciaram o aumento de matrículas e, consequentemente, a ampliação do acesso a essa etapa da educação.

CRECHES CONVENIADAS COM O MUNICÍPIO DE DIADEMA Creches Conveniadas Bairros

Fonte: Geodiadema, Censo Escolar 2023.

Para promover a permanência dos alunos nas escolas, a Secretaria implementou o Projeto Lugar de Estudante é na Escola, que envolve a comunidade escolar e o Sistema de Garantia de Direitos Humanos para combater a evasão e acompanhar a frequência escolar. A articulação entre as áreas de educação, saúde e assistência social também é incorporada transversalmente junto ao Programa Escola que Protege, voltado para a prevenção de violências e o desenvolvimento integral dos alunos.

Em conjunto, esses programas possuem três principais pilares de ação: Busca ativa: São identificados os estudantes com baixa frequência escolar, com o objetivo de combater a exclusão. O projeto envolve o Núcleo Social por meio de ações como planejamento de intervenção com a gestão escolar, contato telefônico, visitas domiciliares e articulação com a rede de serviços e o Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (SGDHCA).

Reuniões preventivas e interventivas: Encontros com os responsáveis pelos estudantes com baixa frequência identificados, envolvendo outros setores da Secretaria de Educação, serviços da rede e representantes do Conselho Tutelar. Em casos mais graves, quando a baixa frequência persiste e ultrapassa 30% do permitido em lei, são realizadas reuniões interventivas para discutir soluções.

Atendimento familiar individual: Intervenções específicas para casos críticos de baixa frequência, quando todas as outras medidas foram esgotadas. Esse atendimento é realizado por técnicos do Núcleo Social e membros da gestão escolar, visando a uma atuação interdisciplinar. Em situações de violações de direitos, pode haver encaminhamento para a rede de serviços ou outras ações de proteção social.

Além disso, para os alunos que descumprem as condicionalidades do Programa Bolsa Família, é realizada uma articulação com os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), assegurando uma resposta coordenada às necessidades desses estudantes.



As ações direcionadas para melhoria da infraestrutura física e pedagógica, formação de professores, ampliação de vagas na Educação Infantil e criação de novos espaços educativos são estratégias realizadas pela SME que contribuem para que as crianças tenham acesso a um ambiente propício que favoreça seu aprendizado. As diversas ações proporcionaram que as aprendizagens dos bebês e das crianças fossem significativas por meio dos campos de experiência da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), garantindo materiais, formações e atividades pedagógicas nos campos de experiências: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações.

Além disso, a Secretaria de Educação de Diadema desenvolve diversas ações em parceria com outras secretarias, órgãos ligados ao governo federal e diálogo constante com os conselhos escolares.

Exemplo disso são os programas Escola que Protege, que atua na prevenção e no combate à violência na infância e adolescência, encaminhando possíveis casos para a Secretaria de Segurança Pública do município, e o Saúde na Escola, que funciona como uma ação intersetorial entre os Ministérios da Educação e da Saúde.

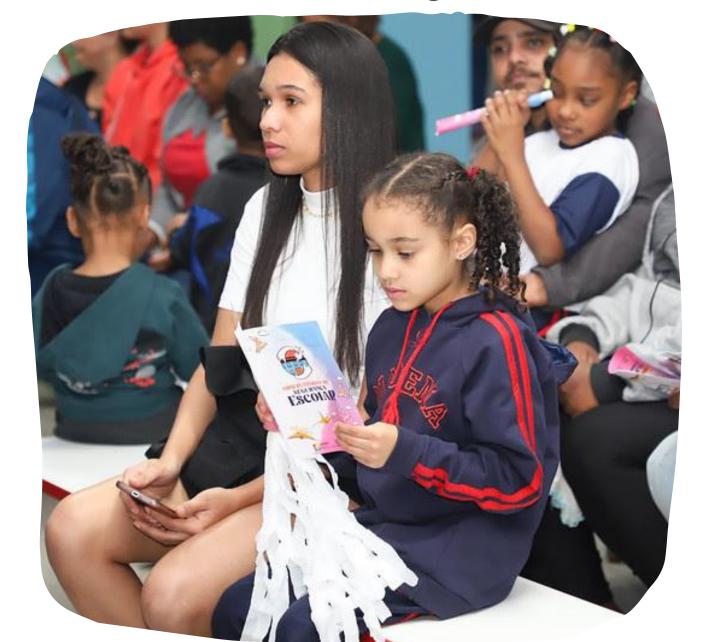
No município, o núcleo de gestão de conselhos garantiu a implementação da Lei Municipal n. 4269/2022, que regulamenta a composição e o funcionamento dos colegiados escolares (Conselho Escolar, Conselho Curumim, Grêmio Curumim e Grêmio Estudantil).

Regionalmente, representantes do município participaram do Grupo de Trabalho da Infância e Adolescência, no qual, em abril de 2023, elaboraram o manifesto "Escola pela Paz", ação implementada pelo Consórcio Intermunicipal do Grande ABC.



Destaca-se também a ampliação e o fortalecimento da equipe do Núcleo Social, com a contratação de psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, além de agentes administrativos e estagiários, possibilitando a ampliação do atendimento integral à comunidade escolar, organizando as ações em três eixos: Formativo, Interventivo e Articulação com a Rede de Serviços. O Núcleo Social tem o objetivo de aproximar as demandas do território escolar, proporcionando um trabalho planejado, preventivo e contínuo.

O Projeto Comunicação Não Violenta atua em parceria com as Secretarias de Assistência Social (CRAS e Creas), de Saúde (UBS e CAPSi) e o Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, visando ao enfrentamento de todas as formas de violência por meio do trabalho com as famílias e os profissionais da educação. O projeto Enfrentamento do Bullying e Racismo no Ambiente Escolar cria grupos reflexivos para discutir violências e racismo e desenvolver estratégias de enfrentamento, fomentando uma cultura de paz nas escolas.



O Programa Lugar de Estudante é na Escola combate a baixa frequência e a evasão escolar por meio da mobilização de toda a comunidade escolar e do Sistema de Garantia de Direitos Humanos, assegurando o direito à educação.

O Observatório de Segurança Escolar atua na prevenção da violência nas escolas por meio de ações integradas que envolvem todas as secretarias sociais e a comunidade escolar, pautado pela governança participativa.da mobilização de toda a comunidade escolar e do Sistema de Garantia de Direitos Humanos, assegurando o direito à educação.

Para garantir a ampliação de vagas e a permanência dos estudantes, a Secretaria de Educação investiu na aquisição de materiais eletroeletrônicos como tablets, computadores e câmeras de videomonitoramento, instaladas em pontos estratégicos das escolas, portões, muros e locais para monitoramento de segurança contínuo.

Também mobilizou recursos para aquisição de brinquedos, livros e mobiliários, resultando em um investimento de R\$ 4.919.300,00 (quatro milhões, novecentos e dezenove mil e trezentos reais) em 2023.

O Programa Escola Bem Cuidada e o Programa Dinheiro Direto na Escola propiciaram a manutenção geral das escolas, dos berçários e dos ateliês de arte. No escopo do Programa Diadema de Dandara e Piatã, foram adquiridos bonecas, peças sopradas e fantoches de famílias negras. Adicionalmente, houve a contratação de mais profissionais da saúde e assistentes sociais para acompanhamento dos processos escolares por meio do Programa Escola que Protege e do Programa Saúde na Escola.

Diante disso, por meio dos Programas, a Secretaria manteve a descentralização de recursos, permitindo que as próprias unidades escolares pudessem deliberar sobre as aquisições e adquirir seus materiais. A descentralização dos recursos possibilita a agilidade na aquisição de materiais, reformas e melhorias nas unidades escolares, bem como a tomada de decisão das prioridades a serem executadas de forma participativa e local. A descentralização dos recursos foi a estratégia adotada pela Secretaria de Educação para facilitar a aquisição de materiais e acelerar a realização de obras necessárias nas escolas, visto que não depende de abertura de ata internamente para a realização, por se tratar de valores menores, além de permitir agilidade na tomada de decisões das prioridades.

A promoção do acesso, permanência e retorno dos estudantes na rede municipal de ensino é baseada em um processo de monitoramento contínuo da frequência escolar, visando combater a evasão e a baixa frequência. A partir do monitoramento, a estratégia de busca ativa é realizada com a participação do Núcleo Social e da comunidade escolar, por meio de contatos telefônicos, visitas domiciliares e articulação com o Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (SGDHCA).

O monitoramento também identifica estudantes com baixa frequência e organiza reuniões preventivas e interventivas com responsáveis, serviços da rede e o Conselho Tutelar. Em casos mais críticos, quando o problema persiste e ultrapassa 30% das faltas permitidas, são realizadas reuniões interventivas.

O monitoramento é fundamental para o sucesso das estratégias adotadas, especialmente em casos de atendimento a estudantes e famílias. Casos de infrequência não resolvidos são encaminhados para atendimentos familiares individuais, realizados por técnicos do Núcleo Social e membros da gestão escolar, com direcionamentos para serviços especializados e notificações em situações de violação de direitos.

O monitoramento contínuo dos estudantes permite que se identifique rapidamente aqueles que não cumprem as condicionalidades do Programa Bolsa Família. Nesses casos, o processo de avaliação possibilita uma articulação eficaz com os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), assegurando o cumprimento da frequência escolar e o fortalecimento da proteção social dos estudantes.



META 2 - ENSINO FUNDAMENTAL

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PME.





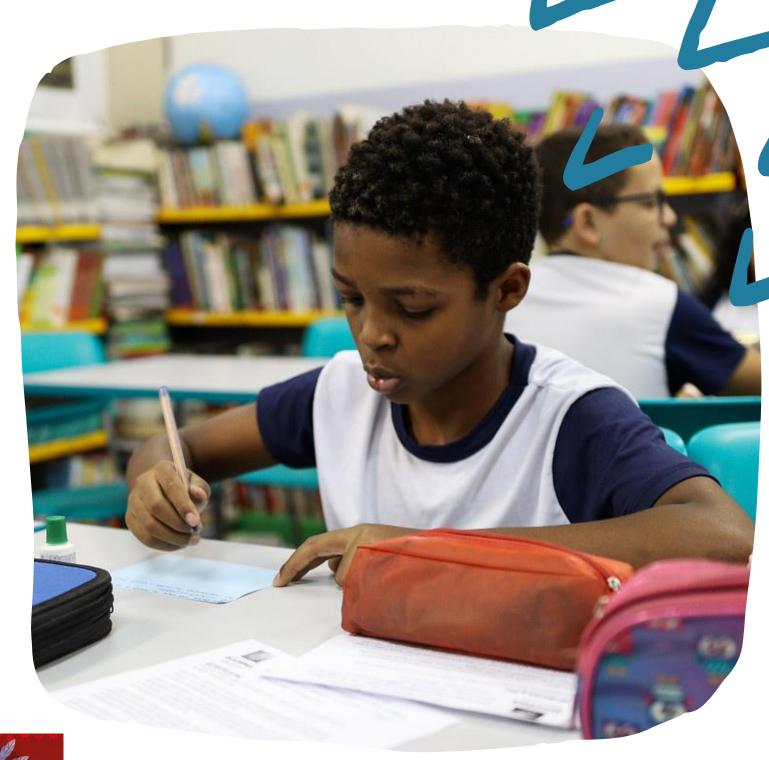






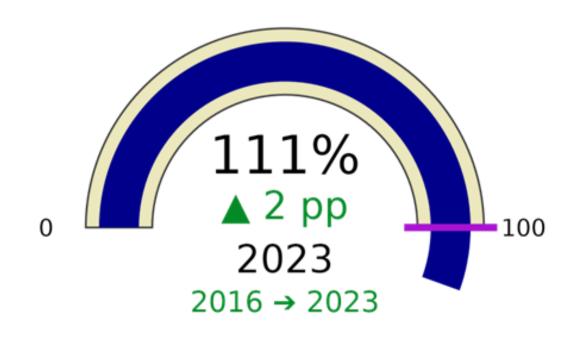


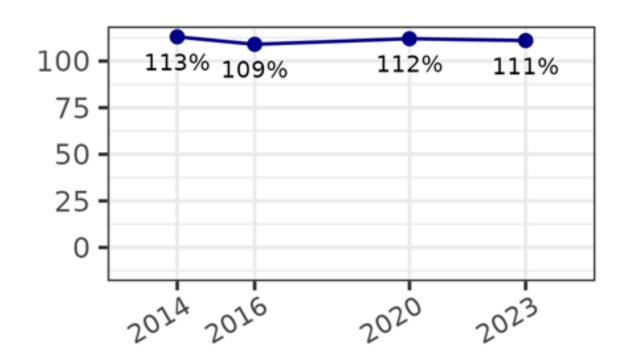




O QUE ALCANÇAMOS?

2.A: Cobertura de matrículas para a população de 6 a 14 anos.





COMO MEDIMOS? Os indicadores de alcance da meta são uma adaptação do cálculo do indicador nacional. Para calcular, divide-se o número total de matrículas nessa faixa etária (segundo o Censo Escolar) pelo número de residentes no município nessa faixa etária (segundo estimativa da Seade, já considerando o Censo Demográfico 2022). Nessas matrículas, pode haver alunos de outros municípios, por isso o número pode ultrapassar 100%.

O QUE DIZEM OS DADOS?

No primeiro ano do PME, o Ensino Fundamental I e o II já estavam universalizados. As taxas se mantiveram estáveis até 2023. O Ensino Fundamental I conta com 100% das matrículas na administração municipal.

No Ensino Fundamental II, 100% dos alunos estão na rede estadual. As escolas, por sua vez, podem oferecer tanto os Anos Inicias como os Finais, tentando articular, assim, a transição dos alunos para a administração do Estado.



O QUE DIZEM AS ESTRATÉGIAS?

As estratégias para o Ensino Fundamental referem-se à ampliação do acesso e à melhoria da qualidade do Ensino Fundamental, prevendo uma proposta de direitos, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos dessa etapa de ensino (2.1).

Para isso, prevê-se a colaboração entre União, estado e município para a implementação da Base Nacional Comum Curricular e a construção de novas escolas. A colaboração entre estado e município é incentivada para garantir uma transição harmoniosa entre o 5° e o 6° ano (2.17).

Por meio do monitoramento dos dados escolares, são previstas ações de busca ativa de alunos fora da escola (2.5) e o fortalecimento do acompanhamento escolar de beneficiários de programas de transferência de renda (2.4).

A formação contínua dos professores é enfatizada, com foco na adoção de novas tecnologias e práticas pedagógicas inovadoras (2.6 e 2.7), procurando garantir o cumprimento do piso salarial para os profissionais do magistério (2.19). A organização pedagógica flexível é possibilitada pela adequação do calendário escolar à realidade local (2.9) e o estímulo à participação dos pais e responsáveis no acompanhamento das atividades escolares (2.10). A comunidade também é envolvida na construção do Plano de Gestão Escolar, que segue as Diretrizes Curriculares Nacionais e Municipais (2.20).

É estimulada a ampliação do ensino de tempo integral (2.22), bem como as atividades extracurriculares e esportivas, em parceria com movimentos sociais, Governo Federal e Estadual e a iniciativa privada (2.11, 2.12, 2.14, 2.15).

A infraestrutura escolar também recebe atenção, com foco no fortalecimento de atividades esportivas e culturais (2.13, 2.16) e a manutenção regular das unidades, com equipes de reparo garantindo a continuidade das atividades (2.18). Além disso, há destaque para a promoção do acesso à internet de banda larga nas escolas e o uso pedagógico das tecnologias da informação (2.23).

Outras medidas incluem a promoção de programas de conscientização ambiental (2.27), a melhoria da qualidade da alimentação escolar (2.25) e a manutenção de hortas escolares (2.26).

No campo da inclusão, as estratégias visam prevenir a evasão escolar motivada por preconceito ou discriminação (2.28), com a ampliação de equipes multiprofissionais para atender às demandas psicossociais e formativas dos alunos (2.29). A valorização das culturas afro-brasileira e indígena é promovida, garantindo um ambiente acolhedor e de respeito às diversidades culturais, étnicas e sociais (2.30 e 2.31). Para isso, prevê-se a aquisição de materiais didáticos que abordem a diversidade (2.32), além de formações específicas para os profissionais da educação nessas temáticas (2.33).



COMO DIADEMA CONTRIBUIU PARA O ENSINO FUNDAMENTAL?

Para garantir o acesso e a permanência dos alunos da rede municipal, o combate à evasão escolar foi essencial, em prol do qual a comunidade escolar atuou de forma conjunta por meio do Projeto Lugar de Estudante é na Escola. Quando a evasão está relacionada a algum tipo de preconceito, em parceria com as escolas, implementamos o Projeto de Enfrentamento ao Bullying e Cyberbullying, que visa prevenir a intimidação sistemática no ambiente escolar.

Esse projeto é realizado por meio de grupos interventivos, cujo objetivo é promover a reflexão e desenvolver estratégias de enfrentamento a todas as formas de preconceito, incentivando a construção de uma cultura de paz nas escolas.

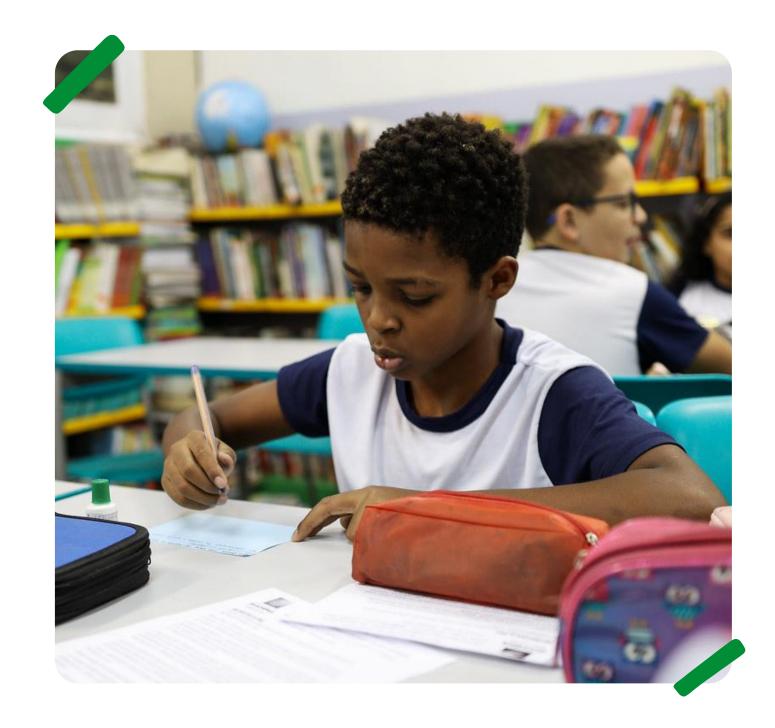
A implementação desse projeto ocorre de forma transversal e interdisciplinar, envolvendo diferentes setores da Secretaria de Educação, especialmente o Núcleo de Conselhos, e promovendo o atendimento, a formação continuada e o envolvimento de toda a comunidade escolar. As ações são direcionadas tanto aos estudantes quanto aos responsáveis e acontecem de duas formas: reativa, quando a situação é identificada em uma escola, e preventiva, antes mesmo que um problema seja instaurado.

O município de Diadema fez adesão à Base Nacional Comum Curricular na construção da Proposta Curricular da cidade e de todos os documentos que foram construídos, após 2019, como a Priorização Curricular. No ano de 2022, o Conselho Municipal de Educação aprovou o Currículo 2023, adequação da proposta curricular e que apresenta todos os documentos oficiais, programas e ações de rede, alinhado à BNCC. Foi criado o Programa Mais Educação, que oferta atividades extracurriculares realizadas no contra turno nas séries iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal, englobando os macrocampos de Alfabetização/Matemática, Meio ambiente, Esporte e Cultura. O Mais Educação – Aprender Mais também ocorre no contraturno do ensino regular para as crianças dos 4º e 5º anos e tem como principal objetivo focar na recomposição das aprendizagens, principalmente nas áreas de Letramento e Matemática. As aulas são ministradas por professores especialistas em alfabetização com uma quantidade reduzida de alunos, garantindo, assim, um atendimento individualizado. O Programa também promove atividades lúdicas e de movimento corporal em uma perspectiva interdisciplinar, considerando o respeito à diversidade, por meio de vivências lúdicas que estabeleçam relações de cooperação entre os estudantes. Entre as atividades estão jogos de futebol, voleibol, jogos de tabuleiro, jogos corporais, jogo de palavras, tênis de mesa, pebolim e brincadeiras. Esse conjunto de ações contempla o estímulo à política de Educação Integral, que garante o período ampliado dos estudantes do Ensino Fundamental.



Durante o processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular, a rede municipal de Educação de Diadema promoveu discussões sobre as habilidades dos diversos segmentos educacionais em horários de Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC). Essas reuniões, conduzidas pelos coordenadores pedagógicos, permitiram que cada grupo de professores elaborasse textos com contribuições a serem enviadas ao Ministério da Educação (MEC). Além disso, a comunidade escolar e a sociedade civil tiveram a oportunidade de participar de uma abertura pública, na qual puderam enviar propostas, sugestões e críticas através do site do MEC.

Essa iniciativa se alinha ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) e à circular interna da Secretaria de Educação (034/2023), que orienta a busca ativa por crianças fora da escola. Após identificar uma criança ausente do ambiente escolar, a equipe do Núcleo Social desenvolve um plano de busca, começando pela localização da família com o auxílio da rede de serviços. Essa fase inclui a identificação de possíveis mudanças de endereço. Uma vez localizado, o próximo passo é realizar a busca ativa, que pode ocorrer por telefone ou por meio de visitas domiciliares. Quando a família é encontrada, são feitos os encaminhamentos necessários para a matrícula escolar.



O processo de matrícula é facilitado pela rede de serviços, que, ao identificar uma criança fora da escola, aciona a equipe do Núcleo Social, que então procede com a matrícula na instituição mais próxima da residência da família. A participação da comunidade escolar é essencial na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) Participativo, com a colaboração nos HTPCs para planejar metas, bem como nas assembleias de validação e prestação de contas do planejamento anual. A comunidade também participa ativamente das quatro reuniões de pais realizadas ao longo do ano.

No contraturno escolar, as atividades do Programa Mais Educação abrangem macrocampos como Educação Ambiental, Cultura, Esporte e Acompanhamento Pedagógico, focando em Letramento e Matemática. O PPP Participativo serve como um plano de ação, definindo metas e ações para o ano em questão. A elaboração, a aprovação e o monitoramento desse projeto envolvem conselheiros escolares, conselhos curumins e grêmios estudantis, fortalecendo a participação da comunidade escolar.

Além disso, foram adquiridos produtos de qualidade que atendem à legislação vigente, como a Lei n. 11.947/2009, que regulamenta a compra de alimentos da agricultura familiar. Essa aquisição é acompanhada de formações para os agentes de cozinha, visitas técnicas de nutricionistas nas escolas e o atendimento às restrições alimentares dos alunos. O trabalho do Núcleo Social visa contribuir para a melhoria da qualidade do processo educacional, fundamentando-se nos eixos Formativo, Interventivo e de Articulação com a Rede de Serviços. Essa abordagem institucional busca envolver toda a comunidade escolar e o território de cada escola. As novas abordagens no Eixo Formativo, tanto com as famílias quanto com os trabalhadores da educação, em sinergia com as atividades já desenvolvidas pelo setor de Formação da Secretaria de Educação, têm mostrado resultados promissores, especialmente na socialização de conteúdos relacionados à proteção integral de crianças e adolescentes, além de temas como espaços democráticos e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dentro do calendário letivo, as unidades escolares realizam quatro reuniões de pais, promovendo o acompanhamento das propostas da escola e do desenvolvimento das crianças. Os sábados letivos também são utilizados para implementar atividades pedagógicas que envolvem alunos e famílias, com o objetivo de estreitar os laços entre a escola e as famílias. Além disso, a construção coletiva do PPP Participativo garante que as famílias participem do planejamento e da definição de metas, contando com a representação do conselho escolar e de toda a comunidade nas assembleias.

As relações das escolas com instituições e movimentos culturais são ampliadas por meio do Programa Mais Educação. Esse programa estabelece parcerias com organizações sociais para enriquecer o repertório cultural dos alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental, além de contar com colaborações de instituições municipais e estaduais, como o Sesc e a Fábrica de Cultura. Nesse contexto, o Programa Escola que Protege, em conjunto com as ações do Núcleo Social da Secretaria de Educação, busca não apenas a ampliação da equipe, mas também a descentralização das atividades nas unidades escolares. Essa estratégia é fundamental para fortalecer a atuação das escolas e promover um ambiente educacional mais integrado e participativo.

A Secretaria de Educação possui um setor responsável pela captação de recursos junto a diferentes órgãos governamentais, iniciativa privada e instituições sociais, do qual um dos objetivos é atender às demandas de construção/reformas de espaços esportivos nas escolas.

Nesse sentido, foi por meio do Programa Escola Bem Cuidada que a Secretaria de Educação realizou adequações e melhorias nas unidades escolares, tornando os espaços adequados para as atividades, resultando em espaços específicos para a realização de atividades esportivas, como quadras. Esses espaços passaram por manutenção em 2023 e receberam melhorias utilizando a verba repassada pelo programa.

No âmbito de valorização dos profissionais da educação, foram ministrados, em parceria com o EDAP, cursos de Excel e Word Básico direcionados para os professores da rede. Também houve fomento de atividades culturais (passeios pedagógicos, teatro e cinema), realizadas por meio de parcerias com o governo estadual e iniciativa privada. Além disso, também foram adquiridos baús com livros, instrumentos musicais, jogos, tecidos e mapas com a temática étnico-racial afro-indígena.

No âmbito dos equipamentos eletroeletrônicos, a Secretaria de Educação instalou pontos de rede em todas as salas de aulas das escolas municipais, permitindo o acesso à rede mundial de computadores, o qual possibilita o trabalho com outras tecnologias. Nas escolas de Ensino Fundamental, foi propiciado aos estudantes equipamentos de informática, tais como laptops, tablets, carrinhos de transporte e carregamento de baterias para assegurar o trabalho pedagógico.

Por outro lado, para garantir o padrão de qualidade da alimentação escolar, foram realizadas formações com os profissionais que atuam nas cozinhas e visitas técnicas de nutricionistas, com o objetivo de verificar a produção das preparações e a aceitabilidade do cardápio pelos estudantes.

As escolas do Ensino Fundamental apresentam excelentes índices de infraestrutura: 99% oferecem alimentação aos alunos, 100% têm acesso a água tratada, energia elétrica, coleta de lixo e rede de esgoto. Além disso, 95% das escolas contam com internet. No entanto, ainda há áreas que merecem atenção, como a acessibilidade (44%), laboratórios de informática (53%) e ciências (8%), além das quadras de esportes (60%).

O Programa Lugar de Estudante é na Escola tem como foco o acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência dos estudantes, atuando sob a perspectiva da proteção integral e da garantia do direito à educação. Seu objetivo central é promover uma conexão eficaz entre a escola e a família, buscando identificar e abordar as verdadeiras causas da baixa frequência e evasão escolar. A implementação desse projeto é pautada na articulação entre diferentes setores, visando à busca ativa de estudantes e a promoção do ingresso, retorno e manutenção da frequência escolar.

Para enfrentar os desafios da baixa frequência e evasão, o programa adota uma abordagem coletiva que envolve toda a comunidade escolar, além de se articular com a rede de serviços disponíveis no território. As ações são estruturadas em diferentes frentes, iniciando com reuniões coletivas, que podem ser preventivas ou interventivas. As reuniões preventivas reúnem os responsáveis dos estudantes com frequência reduzida, incluindo a participação de outros setores da Secretaria de Educação, serviços da rede e representantes do Conselho Tutelar. Se a baixa frequência persistir, são realizadas reuniões interventivas para casos que ultrapassam 30% de faltas, conforme o percentual permitido por lei.

Além das reuniões coletivas, o programa também oferece atendimentos familiares individuais, focados em casos específicos de estudantes que continuam ausentes após as tentativas de intervenção. Essas ações são conduzidas preferencialmente por técnicos do Núcleo Social, em colaboração com membros da gestão escolar, promovendo uma atuação interdisciplinar. Em algumas situações, é necessário encaminhar casos para a rede de serviços ou realizar notificações relacionadas a outras violações de direitos, sempre com ênfase na defesa e proteção social dos estudantes.

Para os alunos que não cumprem as condicionalidades do Programa Bolsa Família, há uma articulação com os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), garantindo que as famílias recebam o suporte necessário. Todo esse atendimento é realizado em consonância com o Sistema de Garantia de Direitos, reforçando o compromisso do programa em assegurar que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e protegida.

META 3 - ENSINO MÉDIO

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).



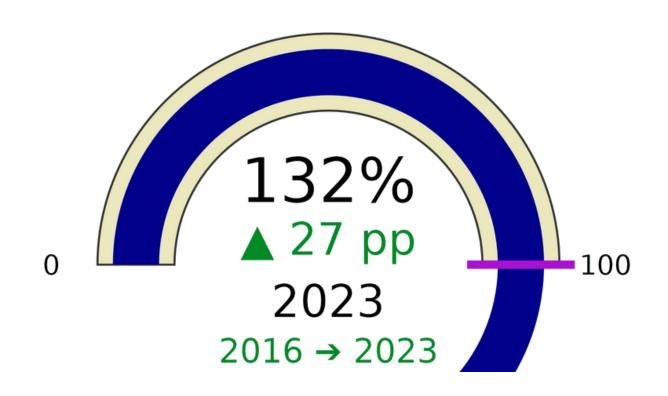


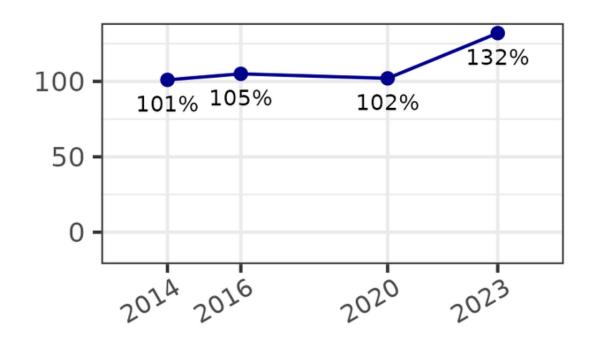




O QUE ALCANÇAMOS?

3. cobertura de matrículas para a população de 15 a 17 anos





COMO MEDIMOS? Adaptação municipal do indicador nacional. Para calcular, divide-se o número total de matrículas nessa faixa etária (segundo o Censo Escolar) pelo número de residentes no município nessa faixa etária (segundo estimativa da SEADE, já considerando o Censo Demográfico 2022). Nessas matrículas, pode haver alunos de outros municípios, por isso o número pode ultrapassar 100%.

O QUE DIZEM OS DADOS?

No primeiro ano do PME, o Ensino Médio estava universalizado. As taxas tiveram um pico em 2023.

O QUE DIZEM AS ESTRATÉGIAS?

Com base na Constituição Federal, os estados e o Distrito Federal têm o dever prioritário de atuar no Ensino Fundamental e Médio, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996. Nesse contexto, as estratégias dessa meta estão especialmente voltadas para o papel do estado de São Paulo. Para alcançar a meta, propõe-se que o estado, com o apoio do MEC, institucionalize um programa nacional de renovação do Ensino Médio. Esse programa tem o objetivo de impulsionar práticas pedagógicas que conectem teoria e prática, permitindo uma abordagem interdisciplinar através de currículos flexíveis. Além disso, está prevista a aquisição de equipamentos e materiais didáticos específicos, garantindo uma estrutura completa para o aprendizado (3.1).



Complementando essa abordagem, destaca-se a importância de garantir aos alunos o acesso regular a bens culturais e espaços de prática esportiva, integrando essas atividades ao currículo para promover um desenvolvimento mais amplo e integral (3.2).

Adicionalmente, propõe-se a manutenção e a ampliação de programas de correção de fluxo no Ensino Fundamental. Tais programas desempenham um papel fundamental ao oferecer acompanhamento individualizado e atividades de reforço, combatendo a distorção idade-série e ajudando os alunos a progredirem conforme sua faixa etária (3.3). No campo da formação técnica, busca-se fomentar a expansão de matrículas gratuitas no Ensino Médio integrado à educação profissional, visando atender às necessidades do mercado e preparar os estudantes para o futuro (3.4).

Para garantir um apoio integral aos estudantes, o Estado deve estruturar um sistema eficaz de monitoramento dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda. Esse monitoramento deve incluir o acompanhamento da frequência e do rendimento escolar, além de promover um ambiente seguro e inclusivo, livre de preconceitos e discriminações (3.5). Em complemento, a busca ativa de jovens fora da escola, em colaboração com os serviços de assistência social, é fundamental para assegurar o acesso de todos à educação (3.6).

Outras ações importantes incluem o redimensionamento da oferta de ensino nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas. Essas medidas são essenciais para atender às necessidades específicas dos alunos em diferentes regiões (3.7). Para combater a evasão escolar, a implementação de políticas de prevenção contra preconceitos visa criar uma rede de proteção, promovendo um ambiente onde todos os alunos se sintam acolhidos e respeitados (3.8).

Além disso, estimular a participação dos adolescentes em cursos tecnológicos e científicos amplia as perspectivas futuras dos estudantes, incentivando-os a explorar novas áreas de conhecimento (3.9). Cada escola deve também elaborar um Plano de Gestão alinhado às Diretrizes Curriculares, envolvendo toda a comunidade escolar no processo decisório (3.10). Em paralelo, é essencial promover programas de conscientização ambiental nas escolas, fomentando práticas sustentáveis e o compromisso com o meio ambiente (3.11).

A valorização da diversidade é outra prioridade central, sendo fundamental assegurar que estudantes negros e indígenas tenham um ambiente acolhedor que valorize suas culturas, promovendo autoestima e sucesso acadêmico (3.12). Dessa forma, as estratégias contemplam ações de combate ao racismo, ao sexismo e a outras formas de discriminação, fortalecendo o respeito à diversidade em todos os seus aspectos (3.13).

Para reforçar essa cultura de inclusão, deve-se garantir que os materiais didáticos reflitam a diversidade cultural, étnico-racial e linguística dos alunos, criando um espaço onde todos se sintam representados (3.14). A oferta de formação específica aos profissionais da educação sobre diversidade é essencial para capacitar os educadores a lidar com a pluralidade de seus alunos (3.15).

DESAFIOS DA ATUAÇÃO A NÍVEL MUNICIPAL

A atuação em nível municipal nas políticas educacionais para o Ensino Médio apresenta grande desafio em pensar a execução do Plano Municipal de Educação com estratégias específicas para esse público, visto que é o governo estadual que detém a competência principal para a gestão e implementação do Ensino Médio.

Primeiramente, há dificuldade de interlocução com a Diretoria Regional de Educação do Estado, impossibilitando qualquer tipo de articulação.

Em nível municipal, coube à gestão executar políticas para a juventude, por meio do Centro de Formação Carlos Kopcak em suas diversas frentes: Adolescente Aprendiz, Cursinhos Populares, Cursos de Línguas, Espaço Maker e Orientação em Projeto de Vida.

Apesar de a responsabilidade principal pelo Ensino Médio ser do estado de São Paulo, o município tem um papel fundamental no sucesso das políticas educacionais dessa etapa. Dessa forma, a atuação conjunta e a integração entre os entes federativos são essenciais para garantir que os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, levando em consideração as especificidades e os desafios desse público em Diadema. Faz-se necessário o diálogo contínuo entre os gestores municipais e estaduais, além de mecanismos eficazes de cooperação e financiamento compartilhado.

META 4 - EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos e buscar continuidade de expansão no atendimento também da população fora desta faixa etária, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de formação dos profissionais, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

PROGRAMAS

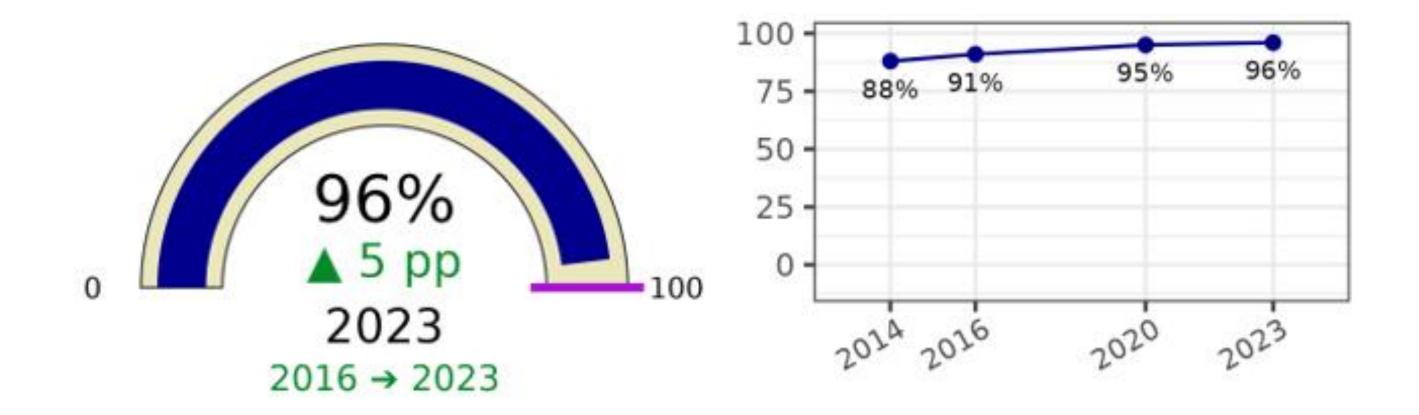






O QUE ALCANÇAMOS?

4B. Percentual de matrículas em classes comuns da Educação Básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência ou altas habilidades



COMO MEDIMOS? Igual ao indicador nacional, embora possa haver pequenas diferenças segundo o Inep Data, que é a fonte dos dados. Para calcular, divide-se o número de matrículas de Educação Especial em classes comuns (inclusivas), pelo número total de matrículas em Educação Especial.

O QUE DIZEM OS DADOS?

Em 2023, 96% dos alunos com necessidades especiais estavam matriculados em classes comuns, representando um aumento de 5 pontos percentuais desde 2016, refletindo uma tendência contínua de inclusão desde 2014. Segundo o Censo Escolar, a rede municipal se destaca com 96% desses alunos inseridos em classes comuns. Entre 2016 e 2023, o número de matrículas de alunos na Educação Especial em classes comuns, na faixa etária de 4 a 17 anos, apresentou um aumento significativo, passando de 1.948 alunos atendidos no início do PME (91% dessa população) para 3.273 em 2023, representando 96% da população nessa faixa etária.



COMO MEDIMOS?

Da mesma forma que o indicador nacional, embora possa haver pequenas diferenças segundo o Inep Data, que é a fonte dos dados. Para calcular, divide-se o número de matrículas de Educação Especial em classes comuns (inclusivas) pelo número total de matrículas em Educação Especial.

O QUE DIZEM AS ESTRATÉGIAS?

O Plano Municipal de Educação (PME) estabelece diversas estratégias essenciais para garantir uma inclusão de qualidade para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Coloca que se deve promover a educação inclusiva, articulando o ensino regular com o atendimento especializado, vedando a exclusão por alegação de deficiência (Estratégia 4.9). O plano assegura que as matrículas desses alunos sejam contabilizadas para o repasse do Fundeb, tanto para escolas regulares quanto para instituições conveniadas sem fins lucrativos (Estratégia 4.1). Também prevê a universalização do atendimento escolar para crianças de 0 a 3 anos com deficiência, conforme a demanda das famílias (Estratégia 4.2), além de garantir a acessibilidade física nas escolas, transporte adequado e materiais didáticos adaptados para assegurar a permanência desses alunos (Estratégia 4.5). O atendimento educacional especializado deve ser garantido em salas de recursos multifuncionais e outros serviços especializados, com a participação das famílias, e respeitando as necessidades individuais dos alunos (Estratégia 4.3).

O PME também incentiva a oferta de educação bilíngue em Libras e na modalidade escrita da Língua Portuguesa para alunos surdos, além da adoção do Sistema Braille para cegos e surdo-cegos (Estratégia 4.6). Em relação à formação docente, o texto prevê a inclusão de conteúdos de educação especial nos cursos de licenciatura e formação continuada, incluindo nível de pós-graduação (Estratégia 4.12). Adicionalmente, devem-se oferecer cursos de Libras e Braille para pais, familiares e equipes escolares (Estratégia 4.8), garantindo que os profissionais da educação recebam formação específica em acessibilidade e inclusão (Estratégia 4.23). O PME também visa expandir as equipes de profissionais especializados, como intérpretes de Libras, professores de atendimento educacional especializado e professores bilíngues (Estratégia 4.7).

A participação e a colaboração devem ser fomentadas por meio de articulações intersetoriais com políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, para garantir a continuidade do atendimento ao longo da vida (Estratégia 4.11). O plano incentiva parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas para ampliar o atendimento escolar e a formação continuada dos profissionais, além de fomentar a produção de material didático acessível (Estratégias 4.13 e 4.14).

No que tange a recursos, o PME reforça a ampliação das equipes multiprofissionais nas escolas para atender às demandas psicossociais e formativas (Estratégia 4.16), e busca assegurar que as escolas adquiram materiais didáticos que contemplem a diversidade (Estratégia 4.21). Além disso, o plano propõe o fortalecimento do acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência dos alunos com deficiência e superdotação, beneficiários de programas de transferência de renda, garantindo o combate à discriminação, ao preconceito e à violência, em colaboração com as famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância e juventude (Estratégia 4.10).

COMO DIADEMA CONTRIBUIU PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

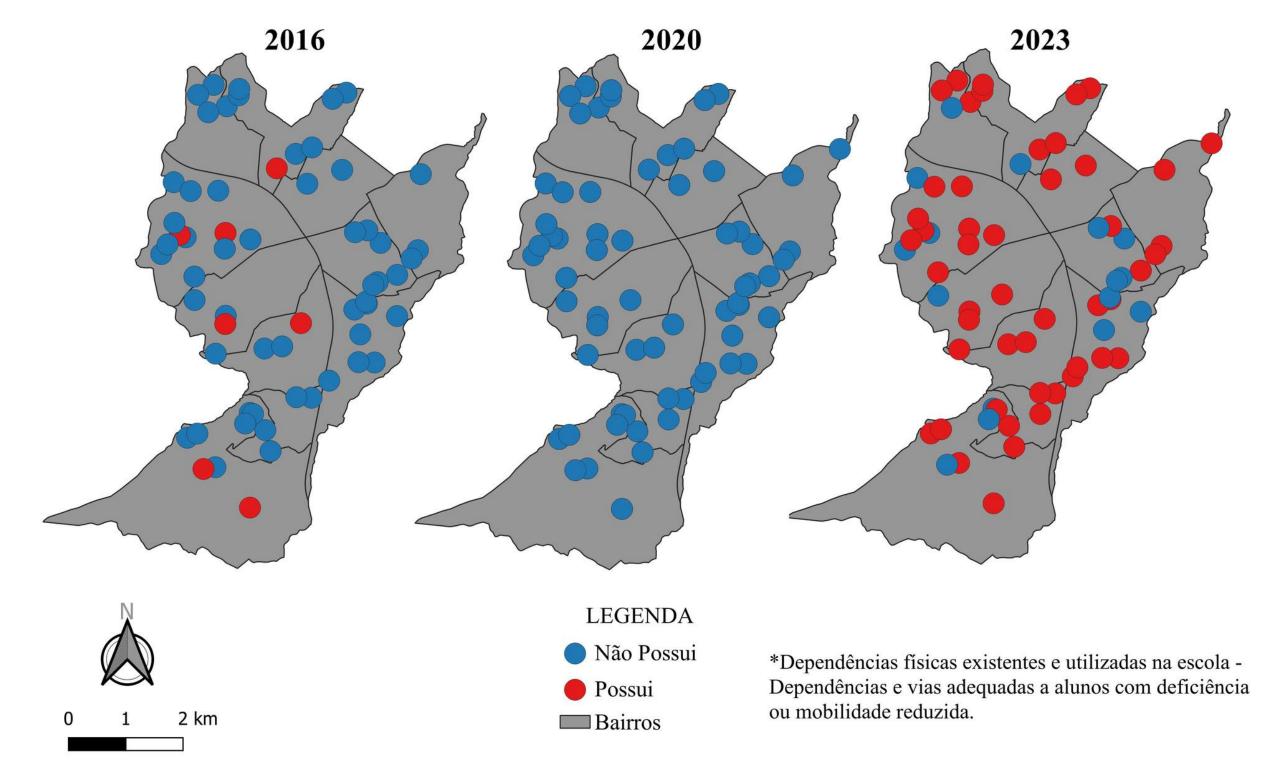
No âmbito escolar, a supervisão de ensino tem acompanhado diariamente a demanda da população com necessidades especiais para assegurar uma oferta adequada a esses estudantes, fortalecendo e auxiliando a gestão escolar para melhor atendimento, com respaldo em legislações e outras informações pertinentes.

O acesso e a permanência de todos os estudantes que são público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE). foram garantidos em todas as escolas municipais, com acompanhamento pedagógico em conjunto com a equipe escolar e encaminhamentos realizados pela equipe multidisciplinar.

Foi realizada a ampliação do número de vagas no contraturno, com a inauguração de 28 novas salas de AEE.

No Projeto Político-Pedagógico (PPP) Participativo, foram estabelecidas metas específicas, como a implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI). Além disso, outras ações importantes foram desenvolvidas, como a criação de mais um polo do CAIS, focado no atendimento à primeira infância, com salas de estimulação para alunos com deficiência. O aumento de salas bilíngues também merece destaque, com a implementação de uma sala bilíngue em Libras como primeira língua na EMEE Olga Benário, que atualmente atende 11 estudantes. No mapa a seguir, é possível visualizar o avanço da adequação dos espaços físicos para pessoas com deficiência desde o início de vigência do PME até 2023.

VARIAÇÃO TEMPORAL DA PRESENÇA DE DEPENDÊNCIAS FÍSICAS ADEQUADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA* NAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS

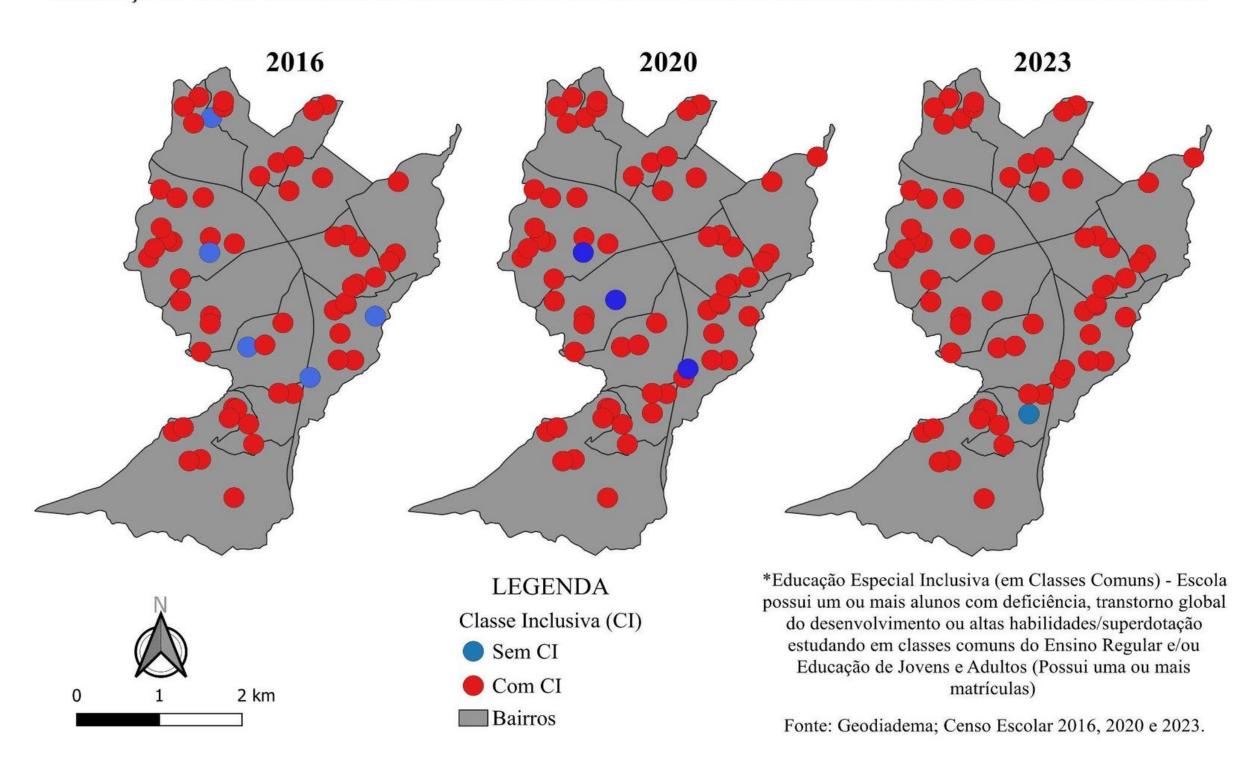


Fonte: Geodiadema; Censo Escolar 2016, 2020 e 2023.

Complementando essas iniciativas, foi realizada a compra de uma nova frota de ônibus e vans, com a contratação de motoristas e monitores, a fim de garantir a permanência desses alunos. São 2.460 docentes da Educação Especial em Classes Comuns da administração municipal em 63 estabelecimentos.

O CAIS (Centro de Atenção à Inclusão Social) realiza um trabalho para que os alunos de Diadema possam estar incluídos nas escolas municipais. Abaixo, temos a variação temporal do oferecimento de classes inclusivas nas unidades escolares do município, configurando, assim, um avanço no que diz respeito ao acesso escolar para as pessoas com deficiência e/ou superdotação.

VARIAÇÃO TEMPORAL DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS COM CLASSE INCLUSIVA*



A Secretaria Municipal de Educação desenvolve intersetorialmente o acompanhamento das aprendizagens dos estudantes da Educação Especial. É realizado o apoio pedagógico por meio de formações, entre elas as Paradas Pedagógicas, em que os professores da rede se disponibilizam para realizar oficinas para os demais professores, trazendo práticas pedagógicas inclusivas e significativas.

Também, neste contexto, é orientada a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), que tem como objetivo garantir que as necessidades específicas de cada aluno sejam atendidas de maneira personalizada, promovendo a inclusão e o desenvolvimento pleno do potencial de cada um. O PEI é uma ferramenta que concretiza o direito à educação inclusiva, previsto em várias legislações e políticas, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n. 13.146/2015), e ajuda a eliminar barreiras ao aprendizado e à participação, garantindo que o estudante com deficiência tenha acesso ao currículo regular, mas de forma adaptada. A inclusão escolar, promovida por meio do PEI, vai além do mero acesso ao espaço físico da escola, abrangendo a plena participação no processo educativo.

A elaboração do PEI conta com o auxílio da equipe do CAIS, composta de professores especializados em educação inclusiva que atuam de forma itinerante, realizando acompanhamento nas escolas municipais e orientando os professores designadas nas turmas.

O município conta com atendimento especializado para crianças com deficiências, oferecendo suporte tanto em turmas regulares quanto em espaços de contraturno escolar. Nesses locais, são disponibilizados atendimentos suplementares para os alunos que necessitam de acompanhamento pedagógico específico. Para fortalecer essa assistência, foram criados cargos de agentes de apoio escolar, cuja função é auxiliar os professores no atendimento a estudantes com necessidades especiais.

Em 2023, foi inaugurado o Centro de Atenção à Inclusão Social (CAIS) na região norte do município. Essa iniciativa visa descentralizar o atendimento a estudantes com deficiência, facilitando o acesso e permitindo um acompanhamento mais próximo pela equipe multiprofissional. Outra ação importante é o programa de avaliação de acuidade visual, realizado em parceria com a Secretaria de Saúde. Esse programa permite a detecção de problemas de visão e, após a identificação das necessidades específicas, os alunos recebem os óculos adequados, assegurando melhores condições para o aprendizado. Além disso, a formação continuada de professores e profissionais da rede, com foco na educação inclusiva, é uma das ações promovidas para capacitar esses educadores. Nesse contexto, a escola recebe apoio da Unifesp por meio de um projeto de extensão que oferece cursos de Libras para pais e professores, promovendo a inclusão e a comunicação. O CAIS também disponibiliza recursos para famílias e professores no que diz respeito ao Braille.

A possibilidade de novas abordagens no Eixo Formativo, envolvendo tanto as famílias quanto os trabalhadores da educação, alinha-se ao trabalho do Setor de Formação da Secretaria de Educação, criando um ambiente fértil, especialmente entre os professores, que são os principais agentes de proximidade com os estudantes. Essas ações incluem a socialização de conteúdos relacionados à proteção integral de crianças e adolescentes, ao Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA), a espaços democráticos e participativos, ao Estatuto da Criança e do Adolescente e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), todos fundamentais para a promoção dos direitos humanos.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) Participativo é um plano de ação construído com a comunidade escolar, e a supervisão desempenha um papel ativo ao acompanhar e participar das reuniões de gestão, assim como das discussões do PPP e do Conselho Escolar. Nesse PPP Participativo, foram estabelecidos indicadores de Educação Inclusiva, com metas a serem alcançadas, incluindo a elaboração de Planos Educacionais Individualizados (PEI).

Adicionalmente, há um acompanhamento contínuo das discussões e a efetivação de programas ambientais oferecidos pela Prefeitura de Diadema. Foram realizadas parcerias com organizações não governamentais, como a ONG Formigas de Embaúba, que atua na área de Educação Ambiental. Essas iniciativas reforçam o compromisso da escola em promover uma educação inclusiva e sustentável, beneficiando toda a comunidade escolar.

O monitoramento das ações acontece por meio dos projetos e iniciativas do Núcleo Social e do setor de Supervisão Escolar, em parceria com as escolas e as famílias. A avaliação dos estudantes com atendimento educacional especializado é realizada de forma contínua, sendo discutida trimestralmente nos préconselhos e no Conselho de Ciclo.

No contexto da Educação Inclusiva, há o acompanhamento por parte da Coordenação da Educação Inclusiva, que monitora o fluxo de estudantes com deficiência e realiza a compatibilização com as escolas, a partir da análise dos espaços inclusivos e da faixa etária dos estudantes. Há, também, monitoramento com ênfase na disponibilidade de Agentes de Apoio e nas demandas necessárias desse serviço.

A Secretaria Municipal de Educação ampliou o número de vagas no AEE, com a criação de mais um polo do Centro de Atenção à Inclusão Social (CAIS), e procurou dar foco ao atendimento da primeira infância. Mobilizou recursos para ampliação de 28 novas salas voltadas ao atendimento especializado de pessoas com deficiência. Houve também a ampliação de 15 novas vagas de professores para atendimento na Educação Básica Especial, assim como a aquisição de novos materiais e recursos de tecnologia assistiva, através do PDDE, para 33 escolas da rede municipal. A Secretaria de Educação também mobilizou recursos para a compra de nova frota de ônibus, vans, contratação de motoristas e monitores, culminando com a criação de 350 novas vagas no setor de transportes. Além disso, também houve a contratação de 200 Agentes de Apoio Escolar, por meio de concurso público.

Para além dos recursos mencionados anteriormente, a Secretaria de Educação trabalhou em conjunto com a equipe de saúde do projeto Lentes do Saber e promoveu um mutirão oftalmológico com oferta de óculos gratuitos. Além disso, também promoveu, de maneira intersetorial, um evento denominado Festival de Educação Física Adaptada, bem como as formações Acessibilidade Metodológica na Escola Inclusiva, Oficina Comunicação Assertiva na Escola Inclusiva e o Seminário Municipal da Educação Inclusiva no período 15 e 16 de junho de 2023.

META 5 - ALFABETIZAÇÃO

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o (terceiro) ano do Ensino Fundamental em consonância com o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa - PNAIC

PROGRAMAS

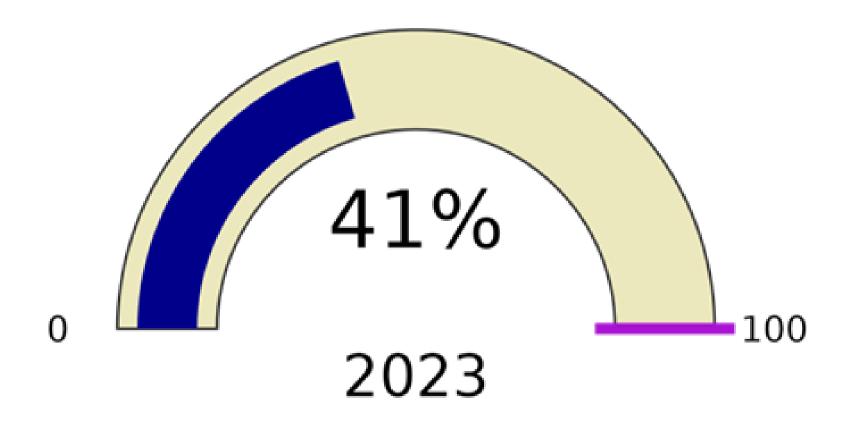






O QUE ALCANÇAMOS?

5. percentual de alunos alfabetizados no 2º ano do Ensino Fundamental (Indicador Criança Alfabetizada)



COMO MEDIMOS? Igual ao indicador nacional. O Indicador Criança Alfabetizada é calculado em parceria com os governos estaduais e o Inep, com base no Saeb e em avaliações estaduais – em São Paulo, o Saresp. Foi definido um ponto de corte na prova, a partir do qual os alunos são considerados alfabetizados. Assim, o indicador informa o percentual de alunos que tiveram resultados acima do ponto de corte na prova.

O QUE DIZEM OS DADOS?

Recentemente divulgado pela primeira vez pelo Inep, o indicador de alfabetização mostra a porcentagem de alunos alfabetizados até o 2° ano do Ensino Fundamental. Em Diadema esse índice é de 41%. A comparação com anos anteriores é limitada uma vez que, descontinuado em 2016, esse indicador era calculado por meio da A ANA (Avaliação nacional da alfabetização), um dos instrumentos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que avaliava os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa. A metodologia do cálculo é compatível para comparação.

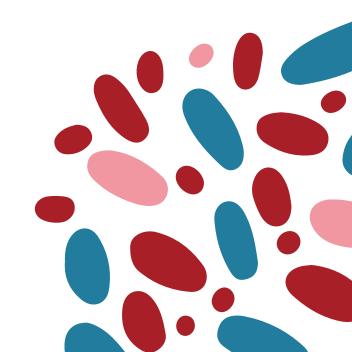


O QUE DIZEM AS ESTRATÉGIAS?

As estratégias de alfabetização buscam aprimorar os processos pedagógicos de alfabetização, articulando-os com a pré-escola, valorizando e qualificando os professores alfabetizadores, além de oferecer apoio pedagógico específico (Estratégia 5.1). O plano também prevê a identificação de dificuldades de aprendizagem e a implementação de ações pedagógicas específicas, inclusive no contraturno, para garantir o progresso educacional dos alunos (Estratégia 5.7).

O PME incentiva a participação em avaliações nacionais e estaduais para monitorar a alfabetização, assim como a criação de instrumentos de avaliação e monitoramento municipal, com o objetivo de garantir que todos os alunos sejam alfabetizados até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental (Estratégia 5.2).

Propõe-se o uso de tecnologias educacionais que assegurem a diversidade de métodos e abordagens pedagógicas, acompanhando os resultados nos sistemas de ensino, preferencialmente como recursos educacionais abertos (Estratégia 5.3). Além disso, o uso de práticas pedagógicas inovadoras é incentivado (Estratégia 5.4).



A formação inicial e continuada dos professores alfabetizadores é uma prioridade do plano, que incentiva o uso de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas eficazes, além de estimular a articulação com programas de pós-graduação (Estratégia 5.5). A rede municipal também amplia sua participação em programas de formação de alfabetizadores oferecidos pelos governos estadual e federal (Estratégia 5.8).

A alfabetização de pessoas com deficiência recebe destaque, com ações específicas que consideram suas necessidades, incluindo a promoção da alfabetização bilíngue para pessoas surdas, sem a imposição de limites de tempo para o processo (Estratégia 5.6).

O PME propõe a ampliação de programas de correção de fluxo, com acompanhamento individualizado para alunos com rendimento defasado e oferta de aulas de apoio no contraturno (Estratégia 5.9). A avaliação contínua é assegurada por meio do uso de portfólios que documentam o processo de ensino-aprendizagem ao longo da vida escolar (Estratégia 5.10).

Por fim, o PME busca intensificar as oportunidades educativas nas áreas de cultura e esporte, que contribuem para o processo de alfabetização (Estratégia 5.11).

COMO DIADEMA CONTRIBUIU PARA ALFABETIZAÇÃO?

De acordo com o levantamento realizado com a Secretaria Municipal de Educação de Diadema, a política de alfabetização em 2023 esteve focada no acompanhamento das aprendizagens das crianças nos 2º anos e nos 5º anos. Para a efetivação desse acompanhamento, foi realizado pelo Departamento de Formação o acompanhamento por meio de avaliações estruturadas e aplicadas em todas as escolas municipais de Ensino Fundamental, sendo uma prova diagnóstica no início do ano letivo, duas avaliações de acompanhamento e uma avaliação final. Esse processo de monitoramento é acompanhado pelo setor e está em constante formação com as coordenadoras pedagógicas, havendo uma sistematização dos dados avaliados e preparando-se um plano de atuação nas turmas em que há maiores dificuldades.

Para isso, conta-se com o Programa Mais Educação, um programa de Educação Integral que oferece atividades no contraturno escolar e abrange áreas como Letramento e Matemática, Cultura, Esporte e Educação Ambiental, permitindo que os alunos permaneçam na escola por até 9 horas. O programa atende, principalmente, alunos de 1º, 2º e 3º anos, com o objetivo de ampliar as oportunidades de aprendizado por meio de atividades extracurriculares.

Para reforçar a alfabetização e ajudar na recomposição das aprendizagens, foi implementado o Aprender Mais, voltado para estudantes do 4º e do 5º anos que enfrentam dificuldades em alfabetização, produção de texto e matemática. Complementando essa iniciativa, o Grupo de Recomposição de Aprendizagem (GRA) é direcionado para alunos não alfabetizados do 3º, 4º e 5º anos, com foco na recuperação e no desenvolvimento das habilidades de leitura e alfabetização.

Outro destaque é o programa Leiturando, que adquiriu 80 mil livros para enriquecer o acervo das unidades escolares. Esse programa visa incentivar a leitura tanto na escola quanto no ambiente familiar, com os alunos levando livros para casa uma vez por semana, promovendo a participação das famílias no processo de leitura. Além disso, os professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental recebem formação contínua em HTPC, para desenvolver estratégias de leitura como atividade permanente em sala de aula.

Também há ações de formação continuada para professores, tais como o Programa Pró-Letramento, que oferece cursos com módulos voltados para alfabetização, leitura, escrita e letramento matemático, fundamentais para o desenvolvimento das habilidades básicas dos professores. Complementando essas iniciativas, o projeto Aprender Mais foca na recomposição da aprendizagem dos estudantes de 4° e 5° anos com dificuldades em leitura, produção de texto e matemática, e o GRA visa apoiar crianças não alfabetizadas dos 3°, 4° e 5° anos. O acompanhamento do desenvolvimento dos alunos é realizado por meio de fichas e portfólios, com avaliações trimestrais. Em 2017, com a homologação da BNCC, o ciclo de alfabetização foi estabelecido até o 2° ano do Ensino Fundamental, e o Pró-Letramento foi ampliado para incluir práticas inovadoras, como o multiletramento, e novas tecnologias para a alfabetização.

É importante citar que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) foi descontinuado. No entanto, o município, ciente dos potenciais impactos dessa interrupção, implementou uma série de ações para minimizar os efeitos na alfabetização dos estudantes. Essas iniciativas incluem a formação continuada de professores, a oferta de materiais didáticos adequados e a criação de programas alternativos que visam manter a qualidade do ensino e assegurar que os alunos continuem a desenvolver habilidades de leitura e escrita. Assim, o município demonstra seu compromisso em preservar o avanço conquistado na alfabetização, buscando alternativas que garantam o direito à educação de qualidade para todas as crianças.

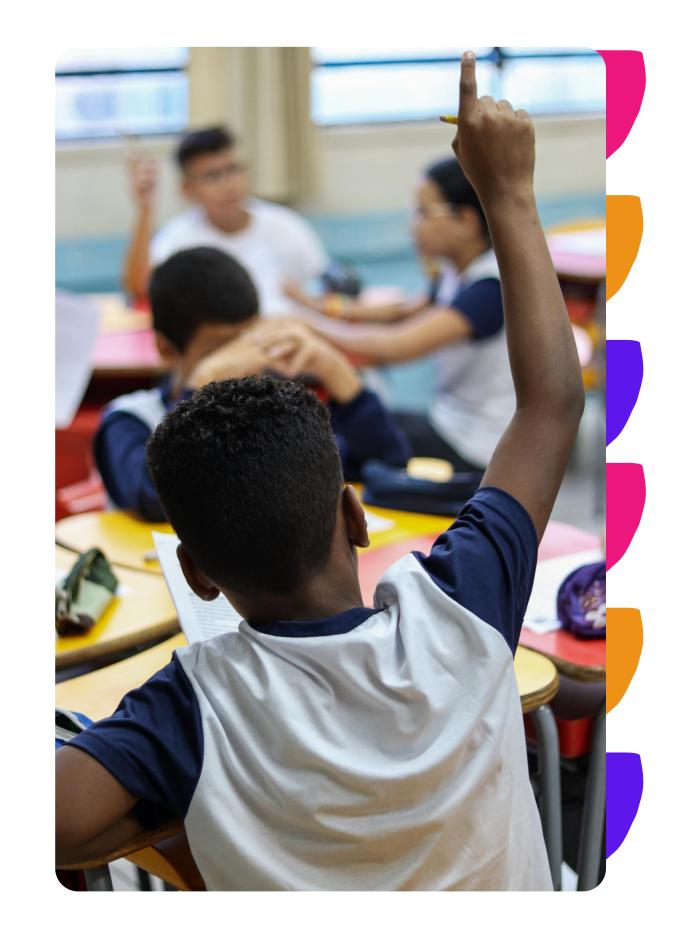
Em colaboração com o Governo Federal, foi firmada uma parceria para a implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, uma iniciativa do Ministério da Educação. Essa parceria oferece apoio técnico e financeiro da União para aprimorar a infraestrutura física e pedagógica das escolas públicas. O programa inclui a disponibilização de materiais didáticos complementares para os alunos e recursos pedagógicos para os professores, além de estabelecer sistemas de avaliação da alfabetização, implementando estratégias formativas e orientações curriculares.



A Secretaria de Educação realiza o monitoramento contínuo das aprendizagens, com avaliações trimestrais dos estudantes por meio de conselhos formativos, coordenados pela equipe pedagógica com a orientação da equipe do Ensino Fundamental do Departamento de Formação. Esse acompanhamento contínuo inclui pré-conselhos e conselhos de ciclo, nos quais são discutidos encaminhamentos específicos para alunos com deficiência e dificuldades de aprendizagem, visando à criação de novas estratégias pedagógicas. Esses alunos podem ser encaminhados para atividades nas salas de recursos do CAIS, no contraturno, ou para o GRA (Grupo de Recomposição das Aprendizagens) no turno regular, além de participarem do programa Mais Educação, no contraturno.

Desde a Educação Infantil até o 5° ano do Ensino Fundamental, as unidades escolares utilizam o portfólio como instrumento de avaliação, seguindo as orientações da Secretaria de Educação, para monitorar o progresso dos estudantes ao longo do tempo.

A Secretaria de Educação adquiriu 80 mil livros com a finalidade de ampliar o acervo das escolas municipais, assim como mobilizou recursos para a promoção de espaços formativos como o Curso de Pró-Letramento, oferecido para a rede com ênfase em alfabetização, leitura, escrita e letramento matemático. Também fortaleceu os programas Mais Educação e Leiturando, direcionados ao fortalecimento das dinâmicas de ensino e aprendizagem e, consequentemente, da alfabetização.



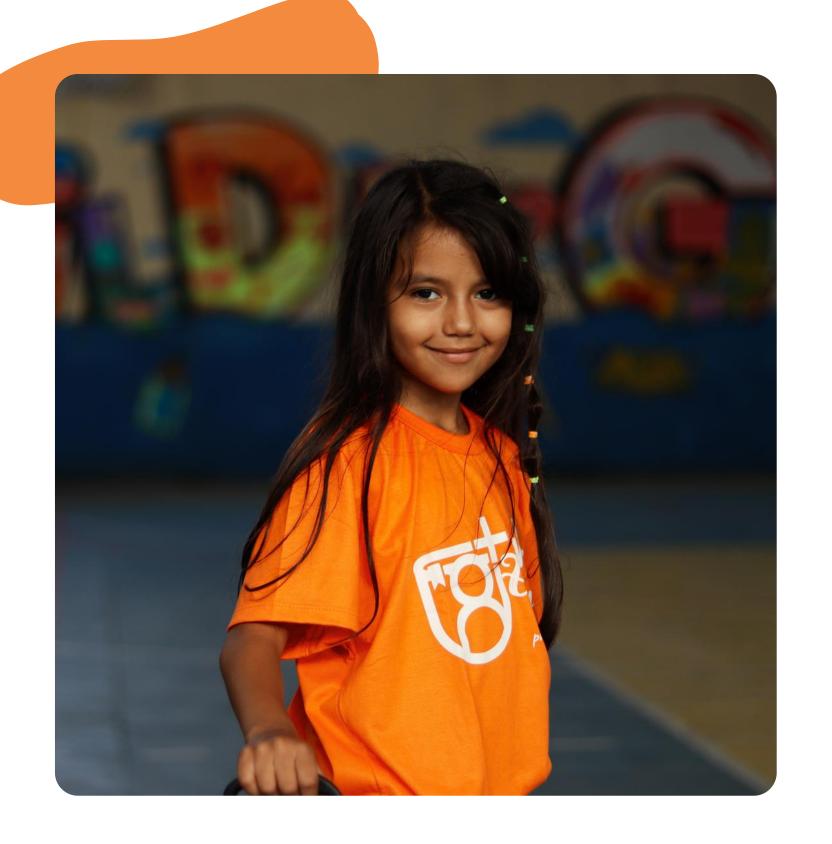
META 6: EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 30% (trinta por cento) dos(as) alunos(as) da Educação Básica.

PROGRAMAS

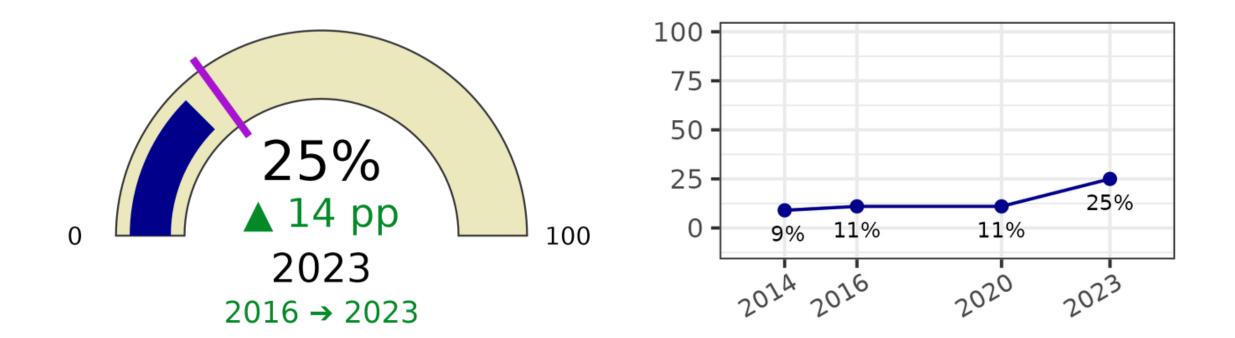




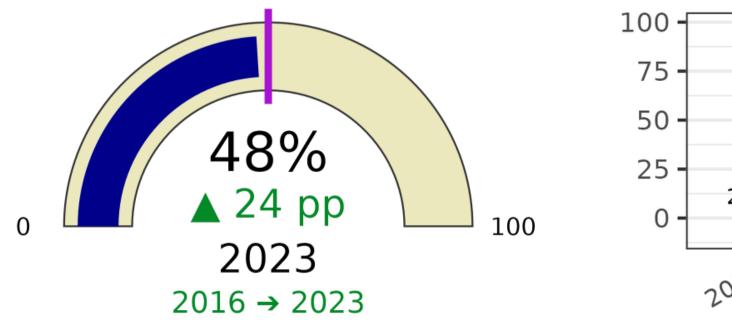


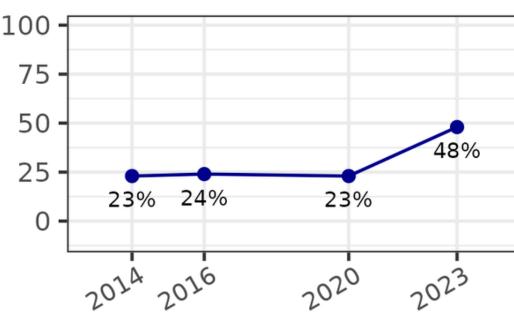
O QUE ALCANÇAMOS?

6A: Percentual de alunos da Educação Básica pública que pertencem ao público-alvo da Educação em Tempo Integral (ETI) e que estão em jornada de tempo integral



6B: Percentual de escolas públicas da Educação Básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral





Como medimos? 6A. Igual ao indicador nacional. Para calcular, divide-se o número de matrículas de Educação Básica na rede pública com ETI pelo número total de matrículas de Educação Básica na rede pública. Fonte dos dados: Censo Escolar/Inep. 6B. Igual ao indicador nacional. Para calcular, divide-se o número de escolas públicas com pelo menos 25% dos alunos em jornada de tempo integral pelo número total de escolas públicas. Fonte dos dados: Censo Escolar/Inep.

O QUE DIZEM OS DADOS?

Os dados apresentados refletem o crescimento significativo da Educação em Tempo Integral (ETI) no município de Diadema. Em 2023, 25% dos alunos da Educação Básica pública que fazem parte do público-alvo da ETI estavam em jornada de tempo integral, o que representa um aumento de 14 pontos percentuais desde 2016. Além disso, 48% das escolas públicas de Diadema, em 2023, possuíam pelo menos 25% de seus alunos em jornada de tempo integral, um salto de 24 pontos percentuais em comparação a 2016. Esses números evidenciam o avanço contínuo da Educação em Tempo Integral no município, tanto em termos de aumento da participação dos alunos quanto da ampliação da oferta dessa jornada pelas escolas públicas.

Em relação ao número de matrículas, na Educação Infantil, 4.204 alunos estão em jornada de tempo integral. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental são 4.999, sendo 1.563 referentes à Educação Especial em classes comuns.

O QUE DIZEM AS ESTRATÉGIAS?

O texto prevê a oferta de Educação em Tempo Integral com atividades pedagógicas e multidisciplinares, culturais e esportivas, visando a uma jornada mínima de 7 horas diárias (Estratégia 6.1). É incentivada a expansão da jornada escolar, buscando ampliar as oportunidades educativas e recreativas (Estratégia 6.6), com estímulo à participação de alunos com deficiência e altas habilidades (Estratégia 6.5). Além disso, são propostas medidas para garantir a permanência da população negra e indígena, criando um ambiente acolhedor e combatendo qualquer tipo de discriminação (Estratégias 6.13 e 6.14). No campo da aprendizagem, o PME incentiva a ampliação de parcerias para a construção e

No campo da aprendizagem, o PME incentiva a ampliação de parcerias para a construção e reestruturação de escolas, priorizando áreas de vulnerabilidade social (Estratégias 6.2 e 6.3), incluindo a integração das escolas com diferentes espaços educativos e culturais, como bibliotecas e teatros (Estratégia 6.4), e o fomento à conscientização ambiental por meio de programas nas escolas (Estratégia 6.12).

Para garantir a formação docente, o plano assegura a formação continuada dos profissionais da Educação em Tempo Integral (Estratégia 6.9) e propõe a inserção da Educação Tempo Integral nas propostas curriculares e nos projetos políticos pedagógicos das escolas (Estratégia 6.10). Também está prevista a promoção de formações específicas para abordar a diversidade cultural e étnica no ambiente escolar (Estratégia 6.16).

O PME destaca a necessidade de adequação da infraestrutura escolar para atender à Educação em Tempo Integral, incluindo laboratórios, salas de leitura e equipamentos de tecnologia (Estratégia 6.7). Além disso, é incentivada a busca por parcerias e recursos para a manutenção e ampliação do atendimento em tempo integral nas escolas do município (Estratégia 6.8). Assegura-se também que as escolas formulem seus Planos de Gestão de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com participação da comunidade escolar (Estratégia 6.11).

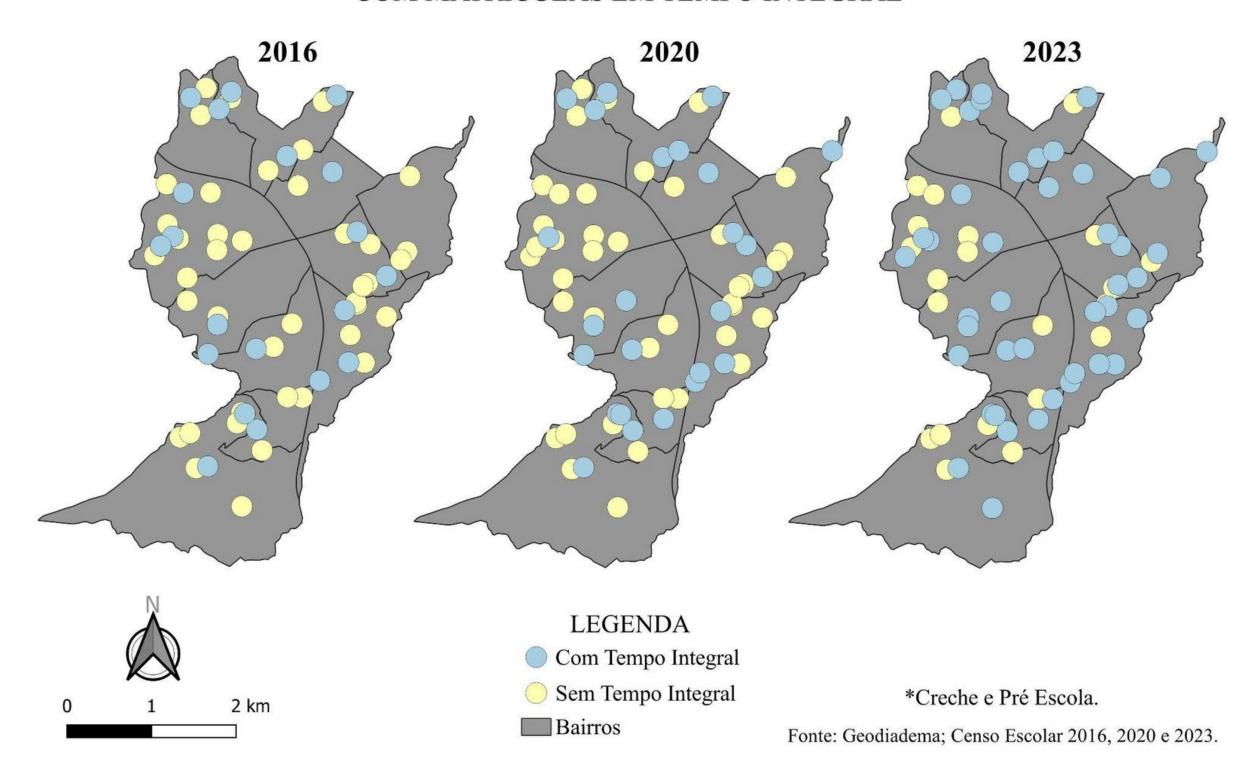
Por fim, o PME garante a aquisição de materiais didáticos que contemplem a diversidade cultural, étnica, linguística e religiosa, promovendo um ambiente inclusivo para todos (Estratégia 6.15).

COMO DIADEMA CONTRIBUIU PARA AMPLIAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

O município de Diadema aderiu ao Programa Escola em Tempo Integral, promovido pelo Governo Federal. A iniciativa visa à criação de matrículas com jornada integral, de 7 horas diárias ou 35 horas semanais, abrangendo todas as etapas da Educação Básica.

Em Diadema, essa adesão prioriza escolas que atendem estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, seguindo as diretrizes da Educação Integral e alinhando-se à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com formações quinzenais para os articuladores e educadores do programa. O programa também amplia o acesso a atividades culturais, esportivas e ambientais, proporcionando uma formação mais completa para os alunos.

VARIAÇÃO TEMPORAL DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL* COM MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL



No mapa acima, é possível visualizar o aumento das escolas de Educação Infantil com matrículas em tempo integral.

Por meio de parcerias com o Ministério da Educação, a Secretaria busca recursos para manter e ampliar o atendimento em tempo integral, assegurando a participação ativa das gestões e comunidades escolares através dos Projetos Políticos Pedagógicos Participativos. Destacam-se, como pontos de colaboração, a parceria com a ONG Formigas de Embaúba, que possibilita a oferta de formação em Educação Ambiental, reforçando o compromisso com práticas sustentáveis nas escolas e contribuindo para a formação dos educadores, e a aliança com a Secretaria de Meio Ambiente, que viabiliza a implementação do Programa Recicla Diadema, promovendo a conscientização ambiental e o desenvolvimento de práticas de reciclagem dentro das unidades escolares. Essas iniciativas mostram a importância da colaboração entre diferentes setores para ampliar o impacto da Educação em Tempo Integral, integrando cultura, sustentabilidade e inovação no processo educativo.

A Secretaria de Educação aderiu ao Programa Escola em Tempo Integral e ao Programa Escola Conectada (ambos do Governo Federal), assim como promoveu a aquisição de materiais pedagógicos e tecnológicos para a utilização na modalidade integral.

A Secretaria de Educação também fomentou a adequação das salas de aula, salas de leitura e bibliotecas no interior das unidades escolares municipais. Houve a efetivação do fornecimento para suporte de informática e da disponibilização da Infovia (rede de internet) para todas as unidades escolares, bem como a aquisição de baús para as escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA, os quais contavam com livros, jogos, tecidos, mapas, entre outros materiais para o trabalho étnico-racial.

META 7: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB.

PROGRAMAS



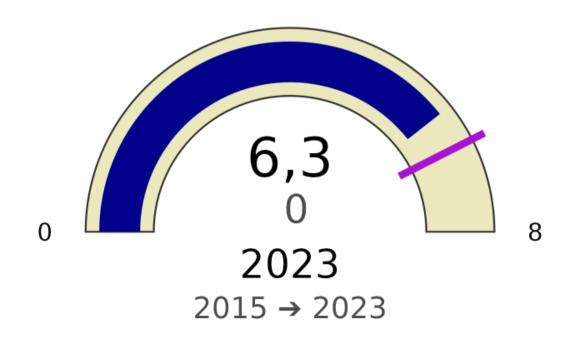


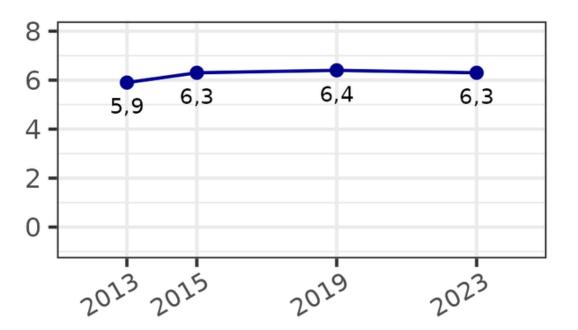




O QUE ALCANÇAMOS?

7A. Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental





Como medimos? Igual ao indicador nacional, mas considerando apenas a rede municipal de ensino. O Ideb sintetiza informações sobre aprendizagem e fluxo escolar. Mais especificamente, ele leva em conta a nota nas provas de Matemática e Português do Saeb e a Taxa de Aprovação das escolas. O Ideb é produzido pelo Inep. A meta indicada no gráfico é relativa a 2021.

O QUE DIZEM OS DADOS?

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) mostra uma trajetória ascendente nos Anos Iniciais, com a pontuação subindo de 5,9 em 2013 para 6,3 em 2023. Esse crescimento contínuo reflete um fortalecimento das políticas educacionais, além de um maior foco na qualidade do Ensino Fundamental. No entanto, nota-se que, nos últimos anos, especialmente após 2019, o índice apresenta uma estabilização, permanecendo próximo dos 6,5 até atingir 6,3 em 2023.

O QUE DIZEM AS ESTRATÉGIAS?

As estratégias visam assegurar a qualidade da educação em todas as etapas e modalidades de ensino, com a criação de diretrizes pedagógicas por meio de pactuações interfederativas que promovam direitos e objetivos de aprendizagem, respeitando as diversidades regionais, estaduais e locais (7.1).

Estabelece-se como meta que 70% dos alunos alcancem o nível básico de aprendizado no quinto ano de vigência e que 80% atinjam o nível desejável até o final do plano (7.2). Planeja-se criar indicadores nacionais de avaliação para monitorar o desempenho escolar, considerando as condições locais (7.3), além de desenvolver e aprimorar o processo de autoavaliação das escolas, acompanhado da formação continuada dos profissionais e da promoção de uma gestão democrática (7.4).

Prevê-se a formulação de planos de ação articulados para atingir as metas de qualidade educacional, oferecendo apoio técnico e financeiro tanto para a gestão escolar quanto para a formação de professores (7.5). Busca-se oferecer assistência técnica e financeira para monitorar o desempenho de escolas cujo Ideb esteja abaixo da média nacional (7.6). Incentiva-se a participação contínua nas avaliações de qualidade, como o ENEM, utilizando os resultados para melhorar as práticas pedagógicas (7.7). Pretendese reduzir as disparidades de aprendizado entre escolas com menores índices e a média nacional até o último ano de vigência do PME (7.8).

Espera-se que os resultados pedagógicos sejam monitorados bienalmente, utilizando indicadores socioeconômicos e garantindo a transparência dos dados (7.9). A universalização do acesso à internet banda larga nas escolas também é prevista (7.10). Almeja-se ampliar o apoio financeiro direto às escolas, promovendo a participação da comunidade escolar no uso desses recursos (7.11).

Pretende-se implementar programas de apoio aos alunos, incluindo material escolar, alimentação e assistência à saúde (7.12), além de garantir o acesso a serviços básicos, como energia elétrica, esgotamento sanitário e infraestrutura esportiva e cultural nas escolas públicas (7.13). A Secretaria deverá participar em regime de colaboração no Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos (7.14). Planeja-se prover equipamentos tecnológicos às escolas, com ações voltadas à universalização de bibliotecas digitais (7.15), e informatizar integralmente a gestão escolar (7.16). Pretende-se implementar políticas de combate à violência e ao racismo nas escolas, com foco na formação dos educadores para identificar sinais de violência e promover um ambiente seguro (7.17, 7.18). Planeja-se ampliar as políticas de inclusão para adolescentes em vulnerabilidade social e incentivar a mobilização de famílias e da sociedade civil no processo educativo (7.19, 7.20). Objetiva-se a participação no programa nacional de formação de professores e alunos para promover a educação material e imaterial (7.21). Espera-se promover a regulamentação da Educação Básica pela iniciativa privada, garantindo a qualidade do ensino (7.22). Almeja-se que as dificuldades de aprendizado sejam abordadas com ações pedagógicas específicas para professores e coordenadores (7.23) e que

programas de correção de fluxo escolar sejam ampliados para apoiar alunos com defasagens de

aprendizado (7.24).

COMO DIADEMA CONTRIBUIU PARA QUALIDADE?

A construção do currículo municipal, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação (CME) em 2022, foi alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assegurando uma base comum de aprendizagem que contempla as especificidades locais. Entre as iniciativas de Educação Integral, destaca-se o programa Mais Educação, que oferece atividades no contraturno nos macrocampos de Letramento e Matemática, Cultura, Esporte e Educação Ambiental, permitindo que os estudantes permaneçam na Unidade Escolar por 9 horas diárias.

Outro importante programa, o Leiturando, busca promover o hábito da leitura, beneficiando tanto os alunos quanto suas famílias. O programa, que adquiriu 80 mil livros para enriquecer o acervo das Unidades Escolares, incentiva a leitura em casa, com os alunos levando semanalmente livros para compartilhar com suas famílias. Os professores da Educação Infantil parcial e do Ensino Fundamental participaram de formações em HTPC, focadas em estratégias de leitura para serem aplicadas como uma prática permanente em sala de aula.

Para atender a alunos com dificuldades de aprendizagem, o projeto Aprender Mais é realizado no contraturno e destina-se a estudantes dos 4º e 5º anos que enfrentam desafios nas áreas de leitura, produção de texto e habilidades matemáticas. Complementando esse apoio, o Grupo de Recomposição de Aprendizagem (GRA) reúne alunos não alfabéticos dos 3º, 4º e 5º anos, com o objetivo de fortalecer as habilidades de alfabetização e leitura.

Além dos projetos de apoio direto aos estudantes, a rede oferece formação semanal aos coordenadores pedagógicos do Ensino Fundamental sobre análise de dados de aprendizagem e elaboração de planos de ação para a melhoria contínua das aprendizagens. A formação dos educadores também inclui o curso de pró-letramento, que abrange módulos de alfabetização, leitura, escrita e letramento matemático, reforçando a qualidade do ensino oferecido.

O município também implementou programas voltados para a recomposição de aprendizagem e a Educação Integral, como o Aprender Mais, o GRA e o Mais Educação. Em cumprimento às leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008, o Programa Diadema de Dandara e Piatã aborda questões de relações étnico-raciais, promovendo uma educação inclusiva e diversa. Essas ações reafirmam o compromisso da Secretaria Municipal de Educação com uma formação integral que respeita a diversidade e assegura o desenvolvimento pleno dos estudantes.

A colaboração intersetorial e o foco na aprendizagem são pilares fundamentais para o desenvolvimento de uma educação de qualidade e inclusiva. No enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, a Secretaria da Educação atua de forma colaborativa com a rede de serviços municipais, como o CRAS, o Creas, a Secretaria de Saúde e o Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Com o propósito de fortalecer a função protetiva das famílias e reduzir a violência doméstica, diversas frentes foram implementadas. A primeira frente envolve o enfrentamento direto da violência doméstica, incluindo formações continuadas sobre o tema para a rede direta, conveniada, e as equipes dos programas sociais da Secretaria de Educação. Essas formações são estendidas a todas as equipes envolvidas, com o objetivo de capacitar os profissionais para identificar e atuar em casos de violência, assegurando o suporte necessário às crianças e adolescentes envolvidos.

O trabalho preventivo também inclui ações para combater o bullying e promover a segurança digital, com o envolvimento direto das famílias. A formação Conversando sobre Linguagem, direcionada a professores e famílias, visa sensibilizar os participantes sobre a importância de uma comunicação afetiva, que contribui para criar um ambiente acolhedor e respeitoso. Além disso, uma articulação contínua é mantida com os conselheiros tutelares, que atuam no monitoramento de crianças em acolhimento institucional, garantindo que os direitos dessas crianças sejam respeitados. A Secretaria participa de audiências concentradas sobre medidas de proteção e realiza reuniões periódicas com a rede CRAS, além de realizar encontros de matriciamento nas UBSs para discutir casos mais complexos que necessitam de intervenção.

A integração com a rede de serviços do território permite promover um ambiente escolar seguro e acolhedor. A parceria entre o Creas e o Núcleo Social assegura que adolescentes em situação de vulnerabilidade tenham acesso a vagas escolares próximas à sua residência, com monitoramento constante de frequência escolar. Esse acompanhamento é feito por uma equipe multidisciplinar, composta de assistentes sociais, psicólogos, psicopedagogos e fonoaudiólogos, que envolvem a comunidade escolar no planejamento e na avaliação das ações. Quando necessário, uma busca ativa é realizada para crianças e adolescentes em situação de baixa frequência escolar, com ações coordenadas entre a equipe escolar e o Creas, assegurando o apoio necessário para o retorno desses alunos ao ambiente escolar.

Nos casos em que os recursos escolares são insuficientes, são elaboradas intervenções articuladas com a rede de serviços e o Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. A Secretaria também estabelece parceria com o Centro de Formação Carlos Kopcak, que oferece cursos e orientação profissional para adolescentes que necessitam de apoio na transição para o mercado de trabalho. A participação das famílias é estimulada por meio de encontros com conselheiros escolares, nos quais são discutidos temas sobre a importância da participação democrática na construção dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) Participativos. Os conselheiros recebem orientações sobre a gestão democrática, abordando o funcionamento dos conselhos da Educação, como o Conselho de Alimentação Escolar, o Conselho Municipal de Educação, o CACS FUNDEB e o Fórum Municipal de Educação.

Ademais, a Secretaria aderiu ao Programa Mentoria dos Diretores Escolares, oferecido pelo MEC, reforçando o apoio a gestores escolares e priorizando a assistência a estudantes em situação de vulnerabilidade. Essa iniciativa busca oferecer suporte especializado para gestores, garantindo uma liderança escolar bem orientada. Em 2022, a gestão democrática das escolas foi fortalecida com a aprovação da Lei n. 4.269, que regulamenta a composição e o funcionamento dos Colegiados Escolares. Com representatividade de estudantes, funcionários, famílias e gestão escolar, esses colegiados asseguram que as decisões e o acompanhamento dos investimentos ocorram de maneira transparente e participativa. Durante o ano, foram realizados encontros formativos regionais organizados pelo Núcleo de Gestão de Conselhos, que têm o objetivo de consolidar a representatividade dos conselheiros escolares e envolver a comunidade na tomada de decisões. Essa estrutura integradora reforça o compromisso com a diversidade e a inclusão, permitindo que todos os atores – famílias, conselheiros e comunidade escolar – contribuam ativamente para a construção de uma educação que respeita e valoriza o desenvolvimento integral dos estudantes.

A Secretaria Municipal de Educação implementou uma série de ações com o objetivo de melhorar a qualidade da Educação Básica no município, aplicando diversos recursos para alcançar esses resultados. Uma das principais iniciativas foi a oferta de 55 cursos de formação continuada em 2023, possibilitando o desenvolvimento profissional dos educadores. Paralelamente, programas como o Mais Educação proporcionaram atividades de Letramento, Matemática, Cultura, Esporte e Educação Ambiental, com alunos permanecendo na escola por 9 horas diárias em atividades de contraturno.

Outro programa, o Leiturando, contribuiu para o fomento do hábito de leitura ao adquirir 80 mil livros para ampliar os acervos das unidades escolares. No campo da recuperação e recomposição de aprendizagem, o programa Aprender Mais ofereceu suporte aos alunos dos 4° e 5° anos com dificuldades em leitura, produção de texto e matemática. Além disso, a Secretaria direcionou ações para o Grupo de Recomposição de Aprendizagem (GRA), focando na alfabetização e nas habilidades de leitura para estudantes dos 3°, 4° e 5° anos que ainda não estavam alfabetizados. A mobilização de recursos não se restringiu apenas à esfera municipal; a Secretaria também aderiu a programas estaduais e federais, como o Plano de Ações Articuladas 4 (PAR4), o Programa Escolas Conectadas (EC) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). Esses programas forneceram suporte para a aquisição de materiais e a implementação de infraestrutura de internet em todas as escolas, além de garantir materiais para o "Cantinho da Leitura", priorizando unidades com baixo Ideb.

Para monitorar o progresso educacional, a Prova Diadema é aplicada periodicamente, permitindo diagnosticar as habilidades de aprendizagem dos alunos e orientar ações de alfabetização e recomposição. Esse processo inclui um monitoramento trimestral de todos os estudantes do Ensino Fundamental, assegurando que suas necessidades educacionais sejam continuamente atendidas. No contraturno, os estudantes com dificuldades em alfabetização, produção de texto e matemática, principalmente dos 4º e 5º anos, recebem apoio adicional por meio do Programa Aprender Mais, focado na recuperação de conteúdos essenciais.

Em 2023, foi prevista a primeira aplicação dos indicadores de qualidade da educação para o Ensino Fundamental, com o desenvolvimento posterior de indicadores específicos para a Educação Infantil e a Educação de Jovens e Adultos. Cada escola é incentivada, por meio do Projeto Político Pedagógico, a elaborar seu próprio planejamento estratégico, permitindo o monitoramento e a avaliação de suas metas educacionais. O acompanhamento trimestral das aprendizagens, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, é feito por meio da Prova Diadema, o que facilita a identificação de áreas a serem reforçadas.

Além disso, os resultados pedagógicos são monitorados regularmente, incluindo indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e do Ideb, sistematizados pelo Observatório da Educação do Município de Diadema. A equipe de supervisores realiza o monitoramento e regula a oferta de Educação Básica pela iniciativa privada, alinhada às deliberações do Conselho Municipal de Educação.

Para garantir a qualidade da educação e a frequência dos estudantes, são estabelecidas estratégias específicas. O Programa Aprender Mais e o Grupo de Recomposição de Aprendizagem (GRA) atuam na recuperação de aprendizagens para alunos que necessitam de suporte adicional.

A educação integral é promovida por meio do Mais Educação, e as relações étnico-raciais são abordadas com o Programa Diadema de Dandara e Piatã, em cumprimento às leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008. Essa combinação de monitoramento, diagnóstico e ações específicas reflete o compromisso do município com uma educação inclusiva e de qualidade, voltada para o desenvolvimento integral de cada estudante.

META 8 - ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano para a população dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

PROGRAMAS





INDICADORES: DESAFIOS DO MONITORAMENTO QUANTITATIVO DA META 8

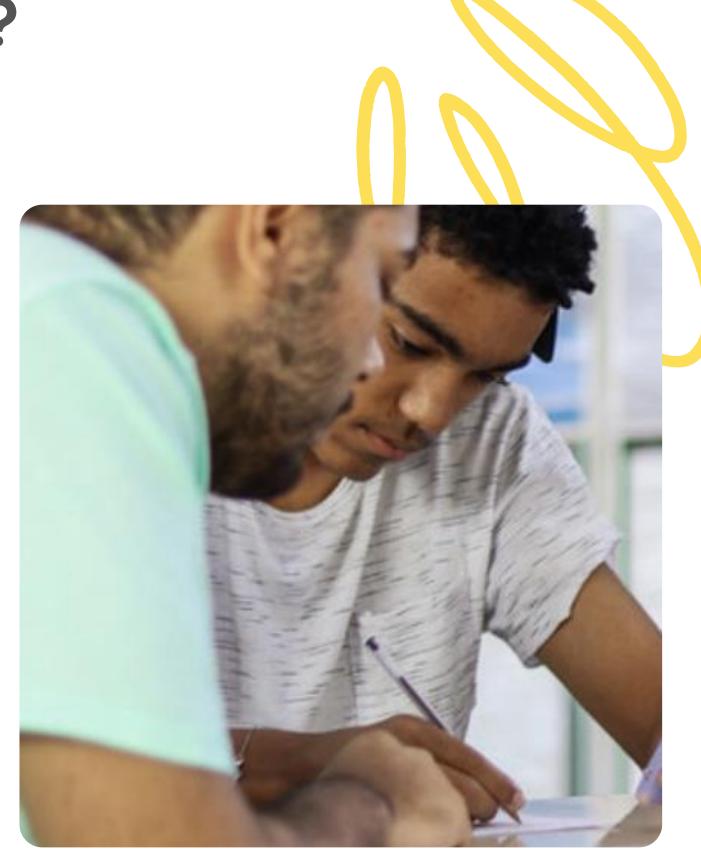
O indicador 8A não pode ser calculado anualmente no nível dos municípios, pois utiliza dados da PNAD contínua. O plano amostral da PNAD contínua não garante representatividade estatística no nível dos municípios, apenas no nível nacional, regional, estadual e em algumas metrópoles. Sendo assim, o indicador 8A só pode ser monitorado a cada dez anos no nível dos municípios, com o Censo Demográfico. Até o momento, os dados necessários para esse indicador ainda não foram divulgados no Censo Demográfico 2022.

O QUE DIZEM AS ESTRATÉGIAS?

As estratégias desta meta buscam promover a inclusão e a equidade educacional para a população de 18 a 29 anos. Isso inclui a criação de programas e o uso de tecnologias para corrigir o fluxo escolar, com acompanhamento pedagógico individualizado e recuperação de estudantes com rendimento defasado (8.1). A continuidade dos programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para estudantes com defasagem idade-série também é destacada, garantindo sua escolarização após a alfabetização inicial (8.2). Além disso, incentiva-se a oferta gratuita de educação profissional técnica para esses grupos, em parceria com o município, o estado e entidades privadas (8.3).

O QUE DIZEM AS ESTRATÉGIAS?

O monitoramento do acesso escolar, realizado em colaboração com as áreas de saúde e assistência social, busca identificar causas de absenteísmo e abandono, assegurando a frequência e a aprendizagem desses estudantes (8.4). A busca ativa de jovens fora da escola em parceria com outros serviços sociais reforça o compromisso com a ampliação do acesso à educação (8.5). A valorização da cultura jovem também será incentivada por meio de parcerias que ampliem oportunidades de aprendizagem, especialmente voltadas ao empreendedorismo (8.6). As estratégias também garantem à população negra e indígena o ingresso, a permanência e o sucesso escolar, com destaque para a valorização do patrimônio cultural afrobrasileiro e indígena (8.7). A implementação de ações de combate ao racismo, à discriminação e ao bullying será promovida, incentivando o respeito à diversidade cultural e social no ambiente escolar (8.8). Para apoiar essas ações, a aquisição de materiais didáticos que reflitam essa diversidade (8.9) e a realização de formações específicas para profissionais da educação sobre temas como racismo e discriminação (8.10) são consideradas essenciais.



COMO DIADEMA CONTRIBUIU PARA ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO?

O município de Diadema tem contribuído significativamente para o acesso e a permanência de pessoas de 18 a 29 anos na educação por meio de programas inovadores, como o EJA Mais, que integra itinerários formativos relacionados ao mundo do trabalho durante as aulas regulares da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esses itinerários são planejados em colaboração com a Fundação Florestan Fernandes e a equipe técnica do Departamento de Formação e Apoio Pedagógico, possibilitando que os docentes abordem temas e projetos voltados ao mercado de trabalho. Ao final de cada semestre, os estudantes recebem certificados pelos itinerários formativos concluídos, agregando valor ao seu desenvolvimento profissional.

Além disso, o programa Aulas Passeio: Desvendando Territórios leva os estudantes a conhecer espaços culturais da cidade e adjacências, como Sesc, Itaú Cultural, MASP e Jardim Botânico, ampliando suas experiências culturais e educativas. O projeto EJA na Comunidade, por sua vez, oferece salas de aula descentralizadas em espaços comunitários e áreas de difícil acesso, garantindo educação a segmentos excluídos por questões sociais, econômicas ou geográficas. Parcerias com setores estratégicos da sociedade permitem expandir a oferta educacional como responsabilidade social. Para promover a equidade no processo de escolarização, a Secretaria Municipal de Educação implementou programas complementares, como o Dandara e Piatã, o Grêmio Estudantil e o projeto Leiturando, que visam garantir a aquisição de competências e conhecimentos pela população negra e indígena.

A equipe do Núcleo Social também desenvolve o projeto Lugar de Estudante é na Escola, que combate a baixa frequência e a evasão escolar, envolvendo toda a comunidade escolar e articulando o Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e as secretarias de Assistência Social e Saúde.

A busca ativa de jovens que abandonaram os estudos é uma prioridade, e a equipe do Núcleo Social, em conjunto com a equipe de EJA, trabalha para inseri-los novamente na escola. O projeto Lugar de Estudante é na Escola é especialmente importante no enfrentamento da evasão escolar, oferecendo suporte a jovens em medida

especialmente importante no enfrentamento da evasão escolar, oferecendo suporte a jovens em medida socioeducativa e articulando o acesso, o regresso e a permanência desses estudantes na rede municipal de ensino.

Entre as principais iniciativas de monitoramento para combater a evasão escolar e, consequentemente, promover a continuidade da escolarização dos alunos, está a implementação do Sistema de Monitoramento da Frequência Escolar – Projeto Lugar de Estudante é na Escola, que promove o acompanhamento contínuo da frequência escolar. Esse sistema conta com a colaboração da comunidade escolar e de serviços territoriais como o CRAS, Creas e UBSs. O projeto envolve uma equipe de acompanhamento composta de assistentes sociais, psicólogos, psicopedagogos e fonoaudiólogos, que monitoram a situação de cada aluno, planejando e avaliando as ações de intervenção necessárias. É um projeto essencial para criar um ambiente escolar seguro e acolhedor, contribuindo para que os estudantes permaneçam na escola.

Além disso, a busca ativa é uma estratégia central, identificando alunos com baixa frequência e promovendo o engajamento por meio de contatos telefônicos e visitas domiciliares. Essas ações são articuladas com o Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, reforçando o compromisso de combater a exclusão escolar e incentivar a continuidade dos estudos. Reuniões coletivas, tanto preventivas quanto interventivas, também são realizadas, reunindo os responsáveis pelos estudantes, além de representantes de outros setores da Secretaria de Educação e do Conselho Tutelar. Essas reuniões são oportunidades para criar planos de ação personalizados, abordando a frequência escolar e tomando medidas mais intensivas, quando necessário, para garantir a permanência dos alunos.

Nos casos em que a baixa frequência persiste, são realizadas intervenções familiares individualizadas, com um acompanhamento mais profundo e, se necessário, notificações ao Conselho Tutelar, fortalecendo a defesa e a proteção social dos estudantes e incentivando-os a concluir o ciclo escolar. Além disso, a busca ativa é uma estratégia central, identificando alunos com baixa frequência e promovendo o engajamento por meio de contatos telefônicos e visitas domiciliares. Essas ações são articuladas com o Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, reforçando o compromisso de combater a exclusão escolar e incentivar a continuidade dos estudos. Reuniões coletivas, tanto preventivas quanto interventivas, também são realizadas, reunindo os responsáveis pelos estudantes, além de representantes de outros setores da Secretaria de Educação e do Conselho Tutelar. Essas reuniões são oportunidades para criar planos de ação personalizados, abordando a frequência escolar e tomando medidas mais intensivas, quando necessário, para garantir a permanência dos alunos. Nos casos em que a baixa frequência persiste, são realizadas intervenções familiares individualizadas, com um acompanhamento mais profundo e, se necessário, notificações ao Conselho Tutelar, fortalecendo a defesa e a proteção social dos estudantes e incentivando-os a concluir o ciclo escolar. Além dessas ações, a Secretaria também conta com parcerias com a Secretaria de Saúde, por meio de programas, como o Lentes do Saber, que promovem o bem-estar e a saúde dos estudantes, elementos fundamentais para o sucesso escolar. Essas iniciativas complementam o monitoramento da frequência ao atender as necessidades de saúde dos alunos, facilitando sua permanência na escola Com o objetivo de elevar a escolaridade média da população em paralelo com o recorte racial, a SME-Diadema continuou com a política de parcerias com o Estado e aderiu ao PNEERQ - Política Nacional de Equidade, Educação para Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, promovendo a aquisição de equipamentos como o "Baú Tesouros de Dandara e Piatã", com materiais com a temática afro-indígena: 92 livros, tecidos, instrumentos musicais, lápis de cor de variados tons de pele, jogos e mapas. Recursos também foram mobilizados por meio do programa EJA Mais, o qual propiciou aos estudantes itinerários formativos relacionados ao mundo do trabalho durante as aulas. Houve também, no âmbito do EJA Mais, o oferecimento de formação para os docentes na Fundação Florestan Fernandes, com assessoria da equipe técnica do Departamento de Formação e Apoio Pedagógico. Recursos também foram mobilizados para viabilizar as Aulas Passeio: Desvendando

Territórios, que consistem em aulas temáticas com visitação a espaços culturais da cidade e adjacências (Sesc,

Itaú Cultural, MASP, Centros Culturais, Jardim Botânico, Santos etc.)

META 9 - ALFABETIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 96,5% (noventa e seis inteiros e cinco décimos por cento) até 2016 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

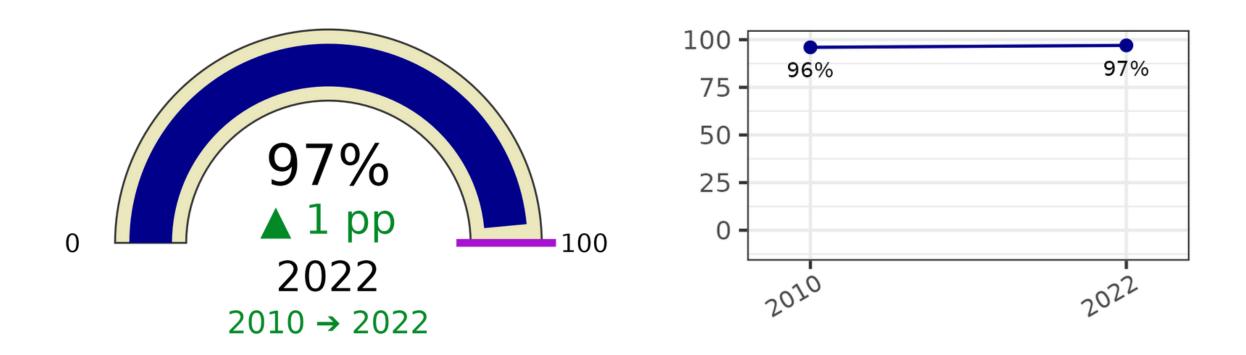
META 10 - EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional.



META 9 - O QUE ALCANÇAMOS?

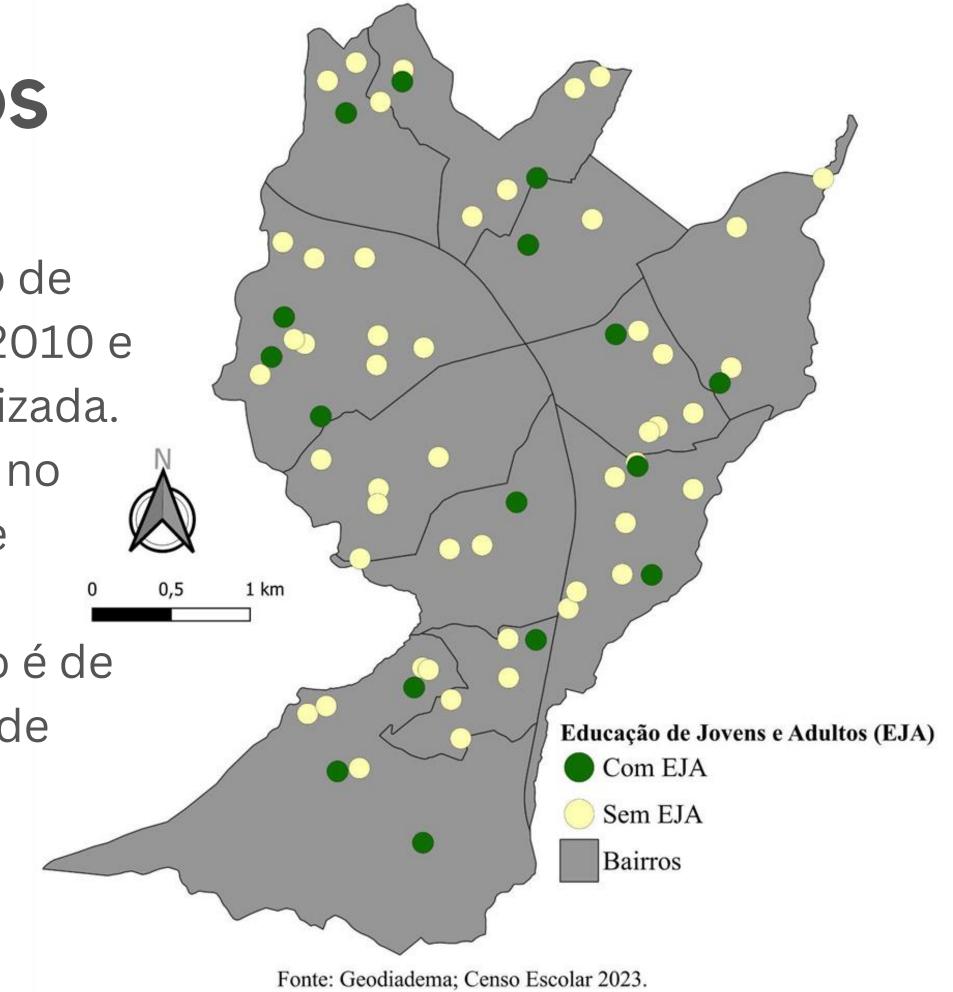
9. taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade



Como medimos: Igual ao indicador nacional. A Taxa de Alfabetização é calculada pelo IBGE a partir dos dados do Censo Demográfico. Nessa metodologia, as pessoas alfabetizadas são aquelas que declaram saber ler e escrever pelo menos um bilhete simples. O indicador 9A não pode ser calculado anualmente no nível dos municípios, pois utiliza dados da PNAD contínua. O plano amostral da PNAD contínua não garante representatividade estatística no nível dos municípios, apenas no nível nacional, regional, estadual e em algumas metrópoles. Sendo assim, este indicador só pode ser monitorado a cada dez anos no nível dos municípios, com o Censo Demográfico.

META 9 - O QUE DIZEM OS DADOS?

A taxa de alfabetização da população de Diadema permaneceu estável entre 2010 e 2022, com 97% da população alfabetizada. No entanto, ainda há 11.403 pessoas no município que não fazem parte desse grupo. Para comparação, a taxa de alfabetização no Estado de São Paulo é de 96,9%, enquanto a média nacional é de 93%.



META 9 - O QUE DIZEM AS ESTRATÉGIAS?

As estratégias da Meta 9 visam garantir a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para aqueles que não tiveram acesso à Educação Básica na idade adequada (9.1). O texto prevê a ampliação de ações de alfabetização, garantindo a continuidade da escolarização básica (9.2), além de chamadas públicas regulares para EJA, com busca ativa em colaboração com o Estado, Governo Federal e organizações da sociedade civil (9.3). Há também incentivo de ações de apoio como transporte, alimentação, saúde e fornecimento de óculos para os estudantes da EJA (9.4), bem como a oferta dessa educação em estabelecimentos penais, com formação específica dos professores (9.5).

A implementação de programas de formação tecnológica voltados para jovens e adultos com baixos níveis de escolarização e alunos com deficiência é outra prioridade destacada, articulando instituições de ensino e centros vocacionais tecnológicos (9.6). As estratégias também incluem diagnósticos para identificar a demanda por EJA (9.7) e avaliações contínuas para aferir o grau de alfabetização (9.8). A educação dos idosos é contemplada com ações que promovem a erradicação do analfabetismo, acesso a tecnologias e valorização dos conhecimentos dos idosos (9.9).

Outras estratégias enfatizam a promoção da alfabetização emancipadora com cursos presenciais (9.10), garantir uma proposta pedagógica interdisciplinar que respeite a relação teoria-vivências (9.11), implementar a formação contínua dos profissionais da EJA (9.12), assegurar a integração entre os ciclos da EJA (9.13), e apoiar projetos inovadores que atendam às necessidades específicas desses alunos (9.14).

META 9 - COMO DIADEMA CONTRIBUIU PARA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS?

O município de Diadema tem implementado diversas ações para garantir o acesso e a permanência dos alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o objetivo de elevar os níveis de escolarização. A política de alfabetização de adultos é desenvolvida em diferentes espaços do território municipal, ampliando o acesso para jovens, adultos e idosos. A campanha de chamada pública para matrículas na EJA é contínua, abrangendo a 1ª à 8ª série e utilizando meios variados de comunicação e parcerias com a sociedade civil para atingir o público-alvo.

A formação continuada dos coordenadores pedagógicos é uma prioridade, abordando a concepção da EJA e seus desafios, como a diversidade dos estudantes e estratégias para lidar com salas heterogêneas. Professores da EJA participam de formações focadas em práticas pedagógicas, com destaque para os programas EJA Mais e Diadema de Dandara e Piatã, fortalecendo suas práticas no ensino. A gestão escolar também é capacitada sobre o perfil dos estudantes da EJA, incentivando ações de acolhimento e permanência nas salas de aula.

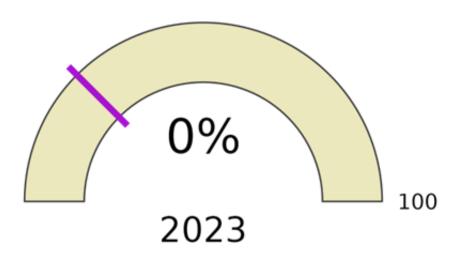
Parcerias intersetoriais são essenciais, como o programa Lentes do Saber, em colaboração com a Secretaria de Saúde, que oferece atendimento especializado, incluindo testes de visão e óculos gratuitos para estudantes, removendo barreiras de aprendizagem. O EJA Mais complementa o currículo com temas voltados ao mundo do trabalho, como inclusão digital e empreendedorismo, com formação oferecida na Fundação Florestan Fernandes e apoio da equipe pedagógica para abordar essas temáticas de forma prática. Ao final de cada semestre, os estudantes recebem certificados, incentivando a continuidade dos estudos.

Para reduzir a evasão e fortalecer a qualificação profissional, a Secretaria de Educação vincula a EJA a programas de qualificação, oferecendo trajetórias educacionais que melhoram a qualidade social da educação e ajudam na permanência dos alunos. Parcerias com a Fundação Florestan Fernandes e o Instituto Federal de Ensino complementam o ensino regular, ampliando o acesso à formação profissional.

A campanha "Lugar de Idoso é na Escola", promovida em parceria com a Secretaria de Assistência Social e o Conselho Municipal do Idoso, assegura o acesso à educação para a terceira idade, buscando reduzir o analfabetismo entre idosos no município. Recursos adicionais foram mobilizados para os programas "EJA na Comunidade" e "EJA Mais", que oferecem itinerários formativos em locais descentralizados e temas do mundo do trabalho durante as aulas. Em 2023, o "EJA Mais" trabalhou temas como inclusão digital e metodologias ativas. Em apoio às pessoas privadas de liberdade, a SME-Diadema também estabeleceu parcerias com o sistema judiciário para garantir o acesso ao ensino fundamental.

Para melhorar a infraestrutura, a Secretaria Municipal de Educação busca ampliar o atendimento matutino na EMEB Cora Coralina, única escola exclusivamente voltada à EJA, atualmente operando apenas nos períodos vespertino e noturno.

10A. Percentual de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na forma integrada à educação profissional



Como medimos? Igual ao indicador nacional. Para calcular, divide-se o número de matrículas na EJA de cursos FIC ou Técnico Integrado pelo número total de matrículas na EJA. Fonte dos dados: Censo Escolar/Inep.

META 10 - O QUE DIZEM OS DADOS?

A implementação de ações para alcançar a Meta 10, que visa integrar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com a educação profissional em Diadema, está em fase inicial, o que reflete a taxa de matrículas atual de 0%.

META 10: O QUE DIZEM AS ESTRATÉGIAS?

As estratégias da Meta 10 promovem a articulação entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a educação profissional, com o objetivo de elevar o nível de escolaridade e gerar oportunidades profissionais, especialmente para jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade (10.1, 10.2). Elas incluem a expansão e reestruturação da rede física das escolas públicas, garantindo infraestrutura acessível e de qualidade (10.3), a diversificação curricular e a integração entre formação básica e preparação para o mundo do trabalho (10.4). Também são incentivadas parcerias com instituições de ensino para oferecer cursos, inclusive na modalidade à distância, ajustados ao perfil dos estudantes (10.5). A articulação entre EJA e educação profissional envolve a colaboração entre diferentes secretarias governamentais (10.6), o reconhecimento dos saberes dos trabalhadores (10.7) e a manutenção de políticas de proteção contra o desemprego e de geração de empregos (10.8). As estratégias finalizam com a ampliação da divulgação de cursos profissionalizantes (10.9) e a articulação da EJA com o Centro Público de Economia Solidária e a Fundação Florestan Fernandes (10.10).



META 10: DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO

A implementação de ações para alcançar a Meta 10, que busca integrar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com a educação profissional, tem sido um desafio em Diadema. Embora existam estratégias já estabelecidas para a EJA no âmbito da Meta 9, sua articulação com a formação profissional ainda está em estágio inicial.

Algumas iniciativas, no entanto, mostram os esforços do município, como a adesão ao Pacto Nacional da EJA-EBC, que descentraliza recursos e permite que cada escola desenvolva seu próprio plano de aplicação de acordo com suas necessidades, com a participação dos colegiados escolares. Também foram adquiridos mobiliários e realizadas adaptações nos banheiros para pessoas com deficiência (PCD), criando um ambiente escolar mais inclusivo.

Além disso, Diadema aderiu ao Pacto Nacional da Superação do Analfabetismo, promovido pelo Governo Federal, com o objetivo de fortalecer a oferta da EJA e combater o analfabetismo entre jovens e adultos.

O programa EJA Mais oferece itinerários formativos voltados ao mercado de trabalho, com formações ministradas pela Fundação Florestan Fernandes, enquanto ações como as Aulas Passeio proporcionam visitas a espaços culturais, ampliando as experiências dos estudantes. O serviço de qualificação para o trabalho em parceria com a Apae e o programa Escola Bem Cuidada, que promove a acessibilidade nas escolas, são outras ações importantes. Contudo, a dificuldade em estabelecer parcerias consistentes com o Governo do Estado e outras instituições tem limitado o avanço dessas iniciativas, dificultando o cumprimento da meta.

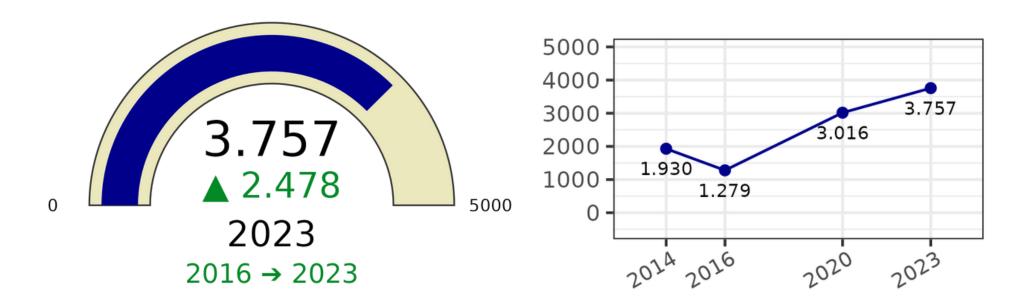
META 11 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉNICA DE ENSINO MÉDIO

Elevar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

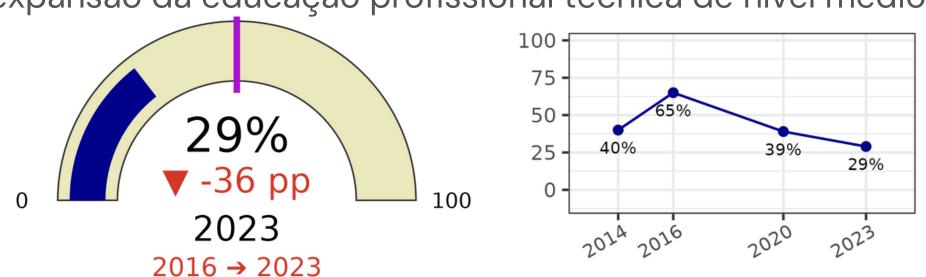


O QUE ALCANÇAMOS?

11A: número absoluto de matrículas em educação profissional técnica de nível médio



11B: participação do segmento público na expansão da educação profissional técnica de nível médio



COMO MEDIMOS?

11A: Igual ao indicador nacional. O cálculo é feito simplesmente somando-se todas as matrículas de educação profissional técnica de nível médio. Fonte dos dados: Censo Escolar/INEP.

11B: Igual ao indicador nacional. Para calcular, divide-se as matrículas de educação profissional técnica de nível médio em escolas públicas, pelo número total de matrículas de educação profissional técnica de nível médio. Fonte dos dados: Censo Escolar/INEP.

O QUE DIZEM OS DADOS?

Os dados revelam o crescimento nas matrículas em educação profissional técnica de nível médio em Diadema, com um aumento significativo de 2.478 matrículas entre 2016 e 2023, totalizando 3.757 matrículas em 2023. No entanto, a participação do segmento público na expansão dessas matrículas apresentou uma queda de 36 pontos percentuais, reduzindo-se para 29% em 2023, podendo indicar que o setor privado ganhou maior participação relativa no total de matrículas em educação profissional técnica.

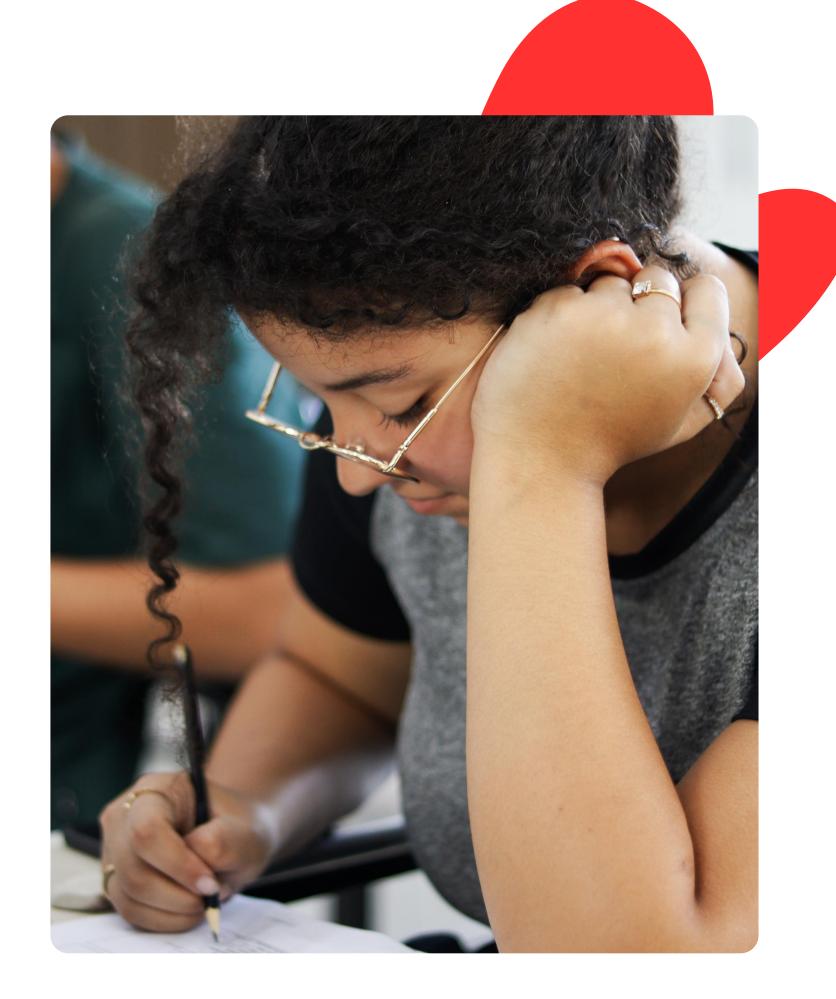
O QUE DIZEM AS ESTRATÉGIAS?

As diretrizes para expandir a Educação Profissional Técnica de nível médio incluem diversas ações: ampliar matrículas com foco na responsabilidade territorial dos Institutos (11.1), expandir a oferta nas redes públicas estaduais (11.2) e no ensino à distância para democratizar o acesso (11.3). Também é previsto estimular estágios pedagógicos (11.4), reconhecer saberes para certificação técnica (11.5), articular com a Economia Solidária (11.6) e ampliar matrículas gratuitas, especialmente para pessoas com deficiência (11.7, 11.9). Além disso, propõe-se participar em avaliações colaborativas (11.8), reduzir desigualdades étnico-raciais e regionais (11.10) e estruturar um sistema de informações profissionais integrado ao mercado de trabalho (11.11).



META 11: DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

A atuação em nível municipal nas políticas de educação profissional técnica de nível médio apresenta grandes desafios, especialmente na execução de estratégias específicas dentro do Plano Municipal de Educação. Como a gestão do ensino médio é uma competência principal do governo estadual, isso limita a autonomia municipal nessa etapa. Em Diadema, a falta de interlocução com a Diretoria Regional de Educação do Estado prejudica a articulação necessária para implementar essas políticas de forma integrada.



META 12 - ACESSO E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Contribuir com a União, o estado e instituições privadas, prioritariamente na forma de ações, em detrimento de contribuição financeira, que é responsabilidade dos outros entes, para a elevação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior, assegurada a qualidade da oferta e a expansão

PROGRAMAS







O QUE DIZEM AS ESTRATÉGIAS?

As estratégias da Meta 12 buscam ampliar a oferta e a qualidade da Educação Superior em Diadema. Entre as ações, destacam-se: firmar parcerias com a União, o estado e instituições privadas para ampliar a oferta pública de vagas, especialmente em instituições federais e estaduais (12.1), além de expandir e manter a infraestrutura do polo UAB de Diadema (12.2, 12.3). Há também foco na formação de professores para a Educação Básica e no preenchimento de áreas com déficit de profissionais (12.4), além de mapear a demanda local para ajustar a oferta de cursos superiores (12.5). A meta inclui incentivar funcionários da Prefeitura a cursarem graduação e pósgraduação (12.6), ampliar parcerias para instalação de laboratórios (12.7) e promover a oferta de estágios (12.9).

Além disso, busca-se assegurar a acessibilidade nas instituições (12.10), fomentar pesquisas sobre a relação entre formação, pesquisa e mercado de trabalho (12.11) e incentivar a mobilidade estudantil e docente (12.12). A meta também contempla o mapeamento da demanda por formação em áreas estratégicas como Ciências e Matemática (12.13), a divulgação de processos seletivos (12.14) e a orientação sobre carreiras profissionais para alunos do Ensino Médio (12.15), com estímulo à expansão de instituições de Ensino Superior públicas e gratuitas (12.16).

O QUE ALCANÇAMOS?

Foi estabelecida uma parceria com a Univesp, UAB, Centro de Formação Carlos Kopcak e Sesi, resultando na oferta de 150 vagas em cursos pela Univesp. Essas colaborações ampliam o acesso a cursos de formação e capacitação, com foco no desenvolvimento educacional e profissional na região.



COMO DIADEMA CONTRIBUIU PARA ACESSO E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR?

Com o objetivo de expandir o acesso ao Ensino Superior e à formação profissional, a Secretaria Municipal de Educação de Diadema, em colaboração com o Centro de Formação Carlos Kopcak, tem implementado diversas ações para garantir um ambiente de estudo adequado e inclusivo. O Polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB), desde sua inauguração, em setembro de 2022, foi equipado com uma nova infraestrutura, incluindo um prédio próprio, em conformidade com as exigências da Capes e da Univesp. Novos equipamentos, como computadores e impressoras, foram adquiridos para aprimorar a qualidade do ensino e facilitar o acompanhamento dos cursos ofertados.

O projeto de Tutoria Individual foi lançado com o objetivo de apoiar jovens e adultos na organização de seus estudos e no alcance de suas metas educacionais, ampliando o suporte aos alunos da UAB e da Univesp. Além disso, a coordenação do polo desenvolveu estratégias para fortalecer a permanência dos estudantes, como grupos de estudo e monitorias. Em parceria com a Faculdade Sesi, foi oferecida uma especialização em Matemática para professores do Ensino Fundamental e um curso de aperfeiçoamento em gestão escolar para diretores, vice-diretores e coordenadores pedagógicos.

Com foco na expansão do acesso ao Ensino Superior, o Centro de Formação Carlos Kopcak promove amplamente informações sobre vestibulares e outras formas de ingresso, realizando campanhas de divulgação e mutirões de inscrição para o Enem, Fuvest, Comvest e Univesp. Parcerias com instituições privadas também foram estabelecidas para captar bolsas de estudo sociais, com divulgação através dos canais oficiais da Prefeitura e visitas a escolas e entidades locais.



O Programa Adolescente Aprendiz, em colaboração com o Centro de Formação Carlos Kopcak, contribui para o debate sobre acesso ao Ensino Superior e desenvolvimento de carreira, por meio do eixo Mundo do Trabalho. A Escola Diadema de Administração Pública (EDAP), vinculada à Secretaria de Gestão de Pessoas, oferece cursos gratuitos para capacitação técnica e desenvolvimento profissional dos servidores municipais, abordando temas como comunicação, gestão pública e tecnologia da informação. A oferta de estágios remunerados e não remunerados complementa a formação prática no Ensino Superior, atendendo às necessidades de programas como o Mais Educação e a Educação Inclusiva.

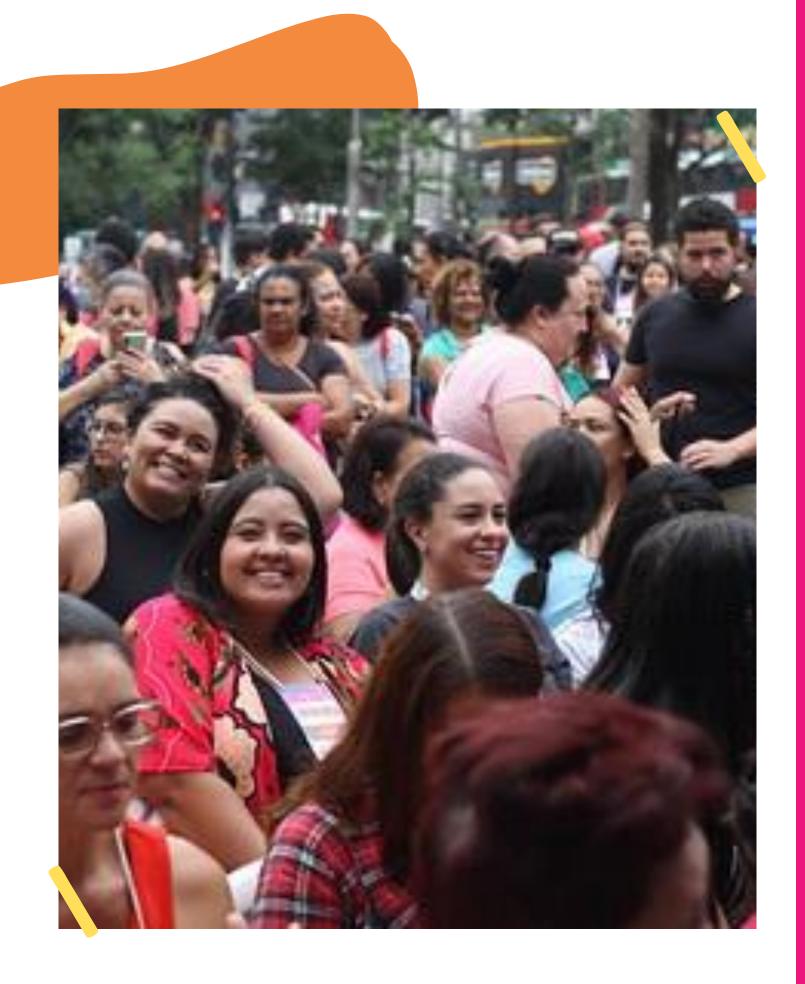
O Centro de Formação Carlos Kopcak é um espaço essencial na política de Educação Integral de Diadema, promovendo educação pré-universitária e estabelecendo parcerias com cursinhos populares. Com uma biblioteca afro-indígena, centro de mídias e orientação vocacional, o centro se compromete a proporcionar oportunidades e recursos que ampliem o acesso a uma educação de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento profissional e acadêmico dos jovens do município.

META 13 - EDUCAÇÃO SUPERIOR

Contribuir com a União, o estado e instituições privadas para a elevação da qualidade da Educação Superior, por meio da ampliação do número de mestres e doutores do corpo docente, em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior, nas IES do Município.

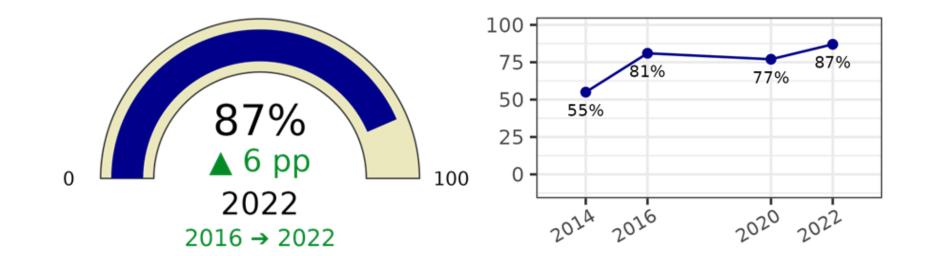
PROGRAMAS



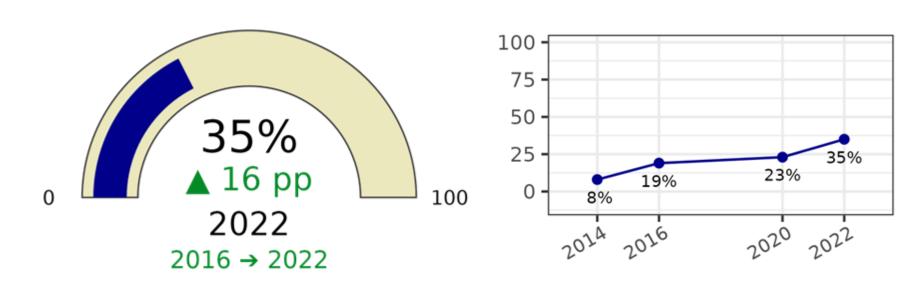


O QUE ALCANÇAMOS?

13A. Percentual de docentes com mestrado ou doutorado na Educação Superior



13B. Percentual de docentes com doutorado na Educação Superior



Como medimos? O indicador 13A é igual ao indicador nacional. Para calcular, divide-se o número de docentes em exercício na Educação Superior com mestrado ou doutorado pelo número total de docentes em exercício na Educação Superior. O 13B também é calculado da mesma forma que o indicador nacional. Para calcular, divide-se o número de docentes em exercício na Educação Superior com doutorado pelo número total de docentes em exercício na Educação Superior. Fonte dos dados: Censo da Educação Superior/Inep.

O QUE DIZEM OS DADOS?

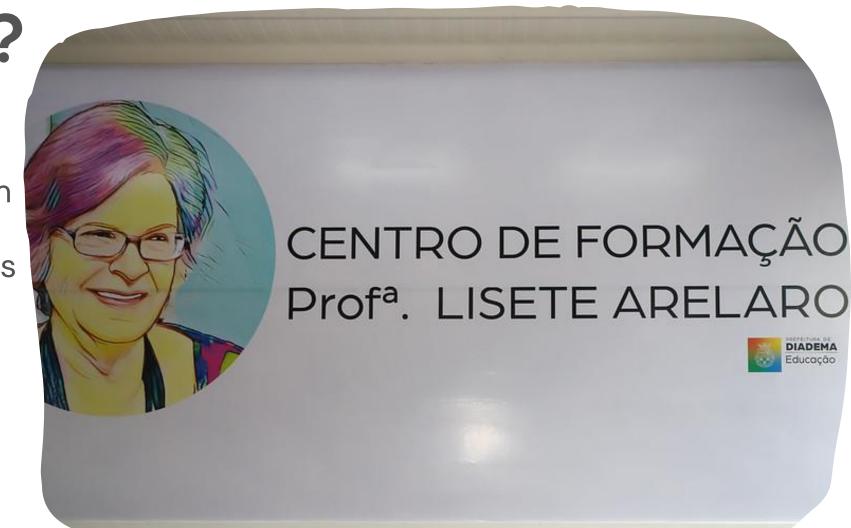


Os indicadores apontam um crescimento significativo na qualificação dos docentes da Educação Superior em Diadema. Em 2022, 87% dos professores possuíam mestrado ou doutorado, o que representa um aumento de 6 pontos percentuais desde 2016, evidenciando um progresso constante na formação acadêmica. O percentual de docentes com doutorado também teve um avanço expressivo, passando de 19% em 2016 para 35% em 2022, um salto de 16 pontos percentuais nos últimos seis anos. Esses resultados refletem o compromisso do município com a melhoria da educação superior, focando na capacitação docente e na oferta de um ensino de qualidade. Comparativamente, a média brasileira de docentes com mestrado é de 69,5% e a do estado de São Paulo é de 71,7%, enquanto, em relação às titulações de doutorado, a média nacional é de 32,1% e a estadual é de 36,8%.

O QUE DIZEM AS ESTRATÉGIAS?

As estratégias da Meta 13 visam promover a formação continuada dos profissionais que atuam nas instituições de Ensino Superior em Diadema, incentivando o aprimoramento acadêmico na Universidade Aberta do Brasil, nas universidades federais, estaduais e em instituições privadas. Além disso, buscam facilitar o acesso dos docentes a cursos de mestrado e doutorado, garantindo sua qualificação constante.

COMO DIADEMA CONTRIBUIU AMPLIAÇÃO DE MESTRES E DOUTORES?



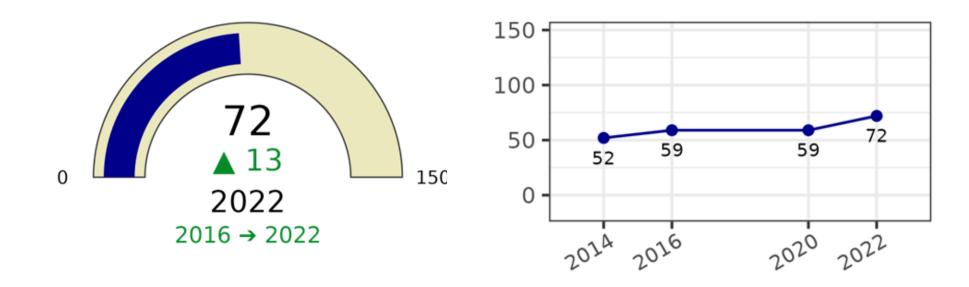
A Secretaria Municipal de Educação realizou o monitoramento da adesão aos cursos de graduação e pós-graduação ofertados pelas universidades federais e estaduais bem como buscou parcerias com universidades privadas. A SME-Diadema também promoveu o curso de Pró-Letramento, inserindo módulo de metodologias ativas e formação com coordenadores pedagógicos do Ensino Fundamental, e elaborou plano de ação para avanço nas aprendizagens.

META 14 - TITULAÇÃO DE MESTRE E DOUTORES

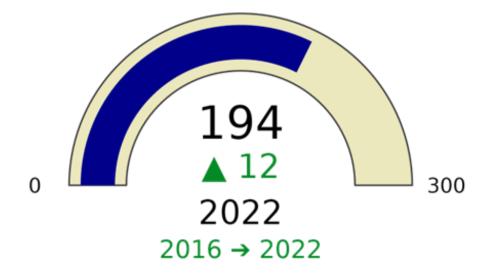
Contribuir para a elevação gradual do número de matrículas e novos cursos na pós-graduação stricto sensu, de modo a ampliar a titulação de mestres e doutores.

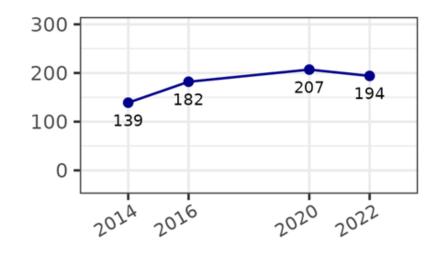


14A. Número de títulos de mestrado concedidos ao ano



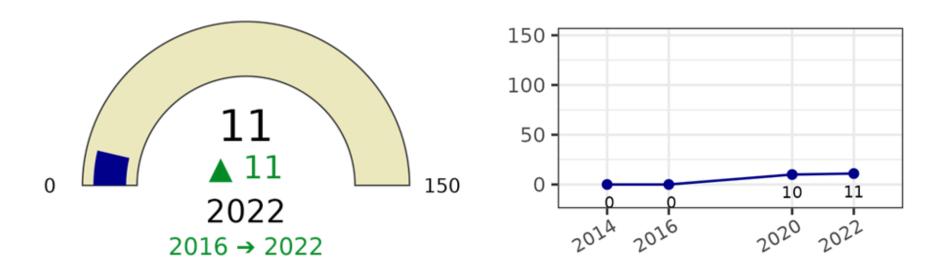
14Ax. Número de matrículas de mestrado ao ano



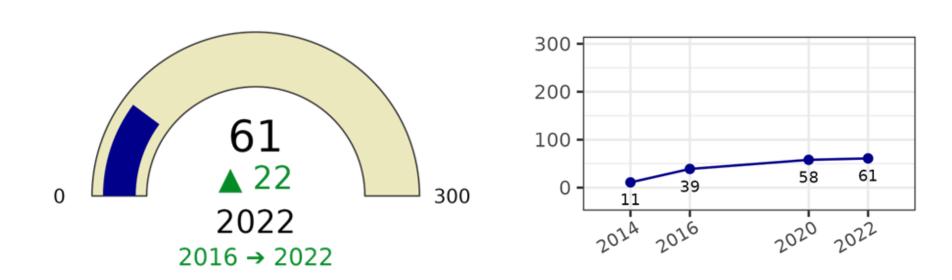


Como medimos: Indicador adicional, de caráter complementar. O cálculo é feito simplesmente somando-se todas as matrículas de mestrado no ano. Fonte dos dados: Capes Dados Abertos.

14B. Número de títulos de doutorado concedidos ao ano



14Bx. Número de matrículas de doutorado ao ano



Como medimos? Indicador adicional, de caráter complementar. O cálculo é feito simplesmente somando-se todas as matrículas de doutorado no ano. Fonte dos dados: Capes Dados Abertos.

Os gráficos indicam uma evolução importante na oferta e na concessão de títulos de mestrado e doutorado em Diadema entre 2016 e 2022. No caso dos mestrados, o número de títulos concedidos cresceu de 59 para 72, um aumento de 13 títulos no período, enquanto o número de matrículas subiu de 182 para 194, um acréscimo de 12 matrículas. Já no doutorado, o crescimento foi ainda mais expressivo, com o número de títulos concedidos passando de 0 em 2016 para 11 em 2022, e as matrículas aumentando de 39 para 61, o que representa um incremento de 22 matrículas.



O QUE DIZEM AS ESTRATÉGIAS?

As estratégias da Meta 14 visam expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu em Diadema. Para isso, propõe-se estimular a criação de mais vagas (14.1), articular parcerias com universidades públicas para ofertar esses cursos no polo UAB através do sistema Universidade Aberta do Brasil/Capes (14.2), e também com instituições privadas (14.3). Além disso, incentiva-se a participação de professores em grupos de pesquisa e eventos científicos (14.4) e a ampla divulgação de editais de cursos de Pós-Graduação na região (14.5).

COMO DIADEMA CONTRIBUIU PARA TITULAÇÃO DE MESTRES E DOUTORES NA PÓS GRADUAÇÃO

Em 23 de agosto de 2023, foi divulgado o edital para o mestrado profissional em Matemática da Unifesp. Houve monitoramento da adesão aos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pelas universidades federais e estaduais, juntamente com a busca de parcerias com instituições privadas para ampliar as oportunidades educacionais.



META 15: FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

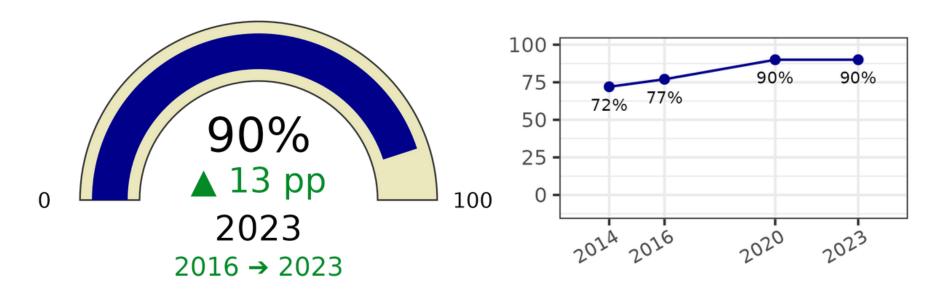
Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado de São Paulo e o Município de Diadema, ao longo deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.



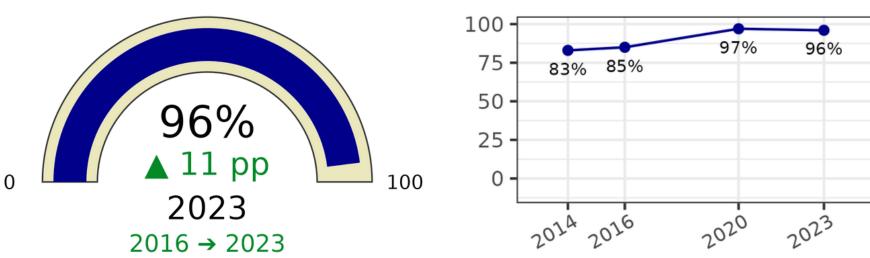
META 16: FEORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS GRADUAÇÃO

Formar, em nível de pós-graduação, 70% (setenta por cento) dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

15A. Percentual de docentes na educação infantil (creche e pré-escola) com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam

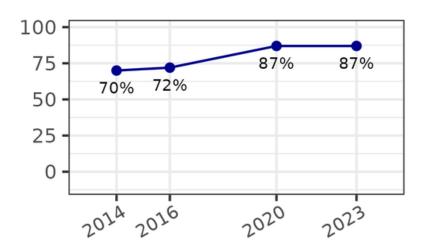


15AX. Percentual de docentes na educação infantil (creche e pré-escola) com alguma formação superior



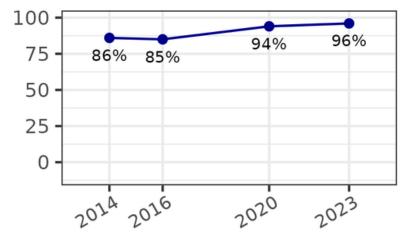
15B. Percentual de docentes nos anos iniciais do ensino fundamental com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam



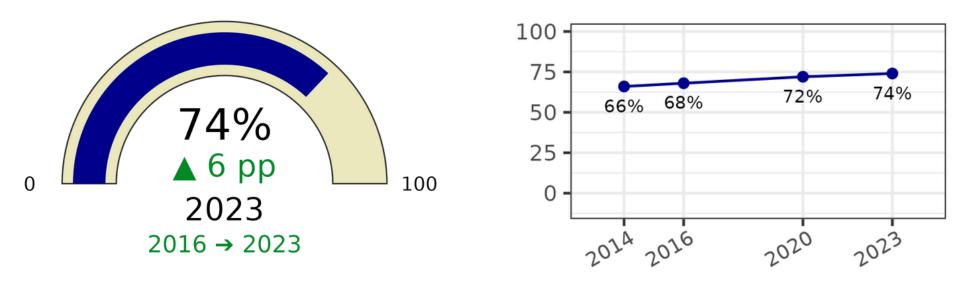


15BX. Percentual de docentes nos anos iniciais do ensino fundamental com alguma formação superior



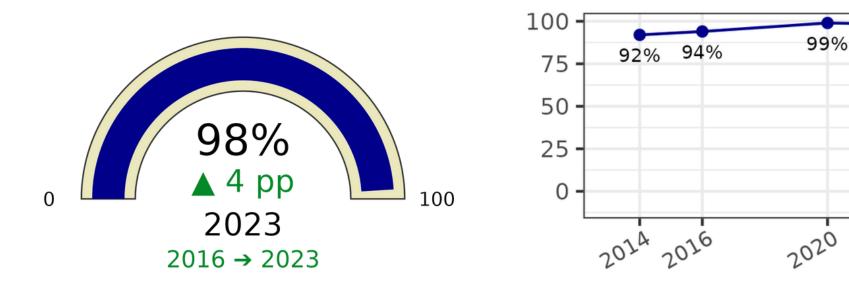


15C. Percentual de docentes nos anos finais do ensino fundamental com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam



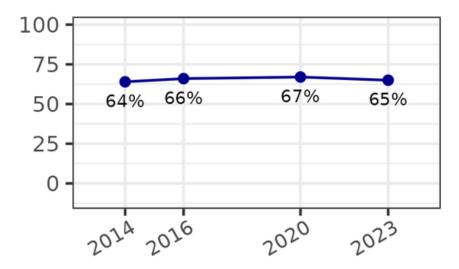
15CX. Percentual de docentes nos anos finais do ensino fundamental com alguma formação superior

98%

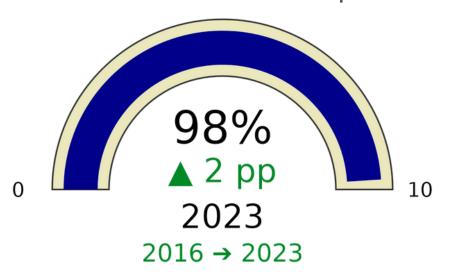


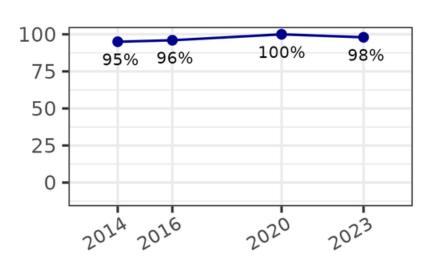
15D. Percentual de docentes do ensino médio com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam





15 DX.ercentual de docentes do ensino médio com alguma formação superior





Como medimos?

15 A, B, C, D: Igual ao indicador nacional. É utilizado o indicador de Adequação da Formação Docente, produzido pelo INEP. A definição de formação adequada para cada docente é fundamentada na legislação atual, e leva em conta tanto a etapa de ensino quanto a disciplina lecionada. O percentual diz respeito aos docentes do grupo 1, que representa o maior grau de adequação.

15 AX, BX, CX, DX: Indicador adicional, de caráter complementar. Também é utilizado o indicador de Adequação da Formação Docente, produzido pelo INEP. Mas nesse caso, o percentual diz respeito a todos os docentes menos os do grupo 5, que representa o menor grau de adequação, sem nenhuma formação superior.

META 15: O QUE DIZEM OS DADOS?

Os dados apresentados revelam a evolução da formação dos docentes nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio entre 2016 e 2023. No Ensino Fundamental, o indicador 15C mostra que, em 2023, 74% dos professores possuíam formação superior adequada à área de conhecimento em que lecionam, representando um aumento de 6 pontos percentuais (pp) desde 2016. Além disso, o indicador 15Cx aponta que 98% dos docentes possuíam alguma formação superior, com um crescimento de 4 pp no mesmo período. Esses resultados evidenciam uma tendência positiva na qualificação dos professores no Ensino Fundamental, especialmente no que se refere à adequação da formação às suas áreas de atuação. Por outro lado, no Ensino Médio, o indicador 15D indica que 65% dos docentes tinham formação superior adequada à área em que atuam em 2023, uma queda de 1 pp em relação a 2016. Entretanto, o indicador 15Dx mostra que 98% dos professores possuíam alguma formação superior, com um crescimento de 2 pp entre 2016 e 2023. Apesar do alto índice de docentes com formação superior, a diminuição no percentual de formação adequada no Ensino Médio sugere que essa etapa de ensino requer maior atenção em termos de qualificação específica dos professores.

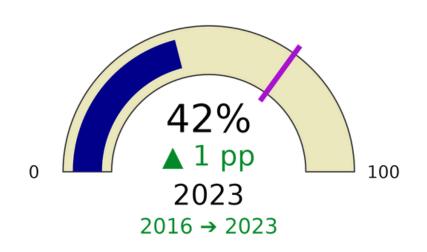
META 15: O QUE DIZEM OS DADOS?

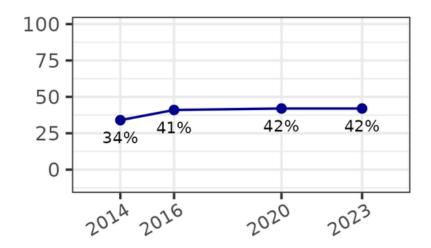
Em síntese, enquanto o Ensino Fundamental demonstra progressos consistentes na qualificação dos professores, o Ensino Médio apresenta desafios relacionados à adequação da formação docente, apesar de manter um alto percentual de professores com alguma formação superior.

Entre 2016 e 2023, o percentual de docentes na Educação Infantil foi analisado com base na adequação da formação à disciplina lecionada, sendo dividido em cinco grupos.

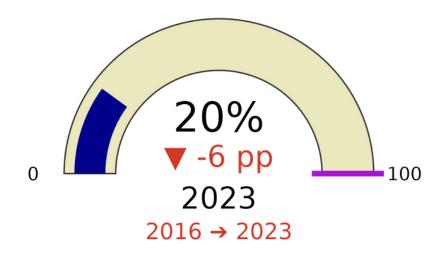


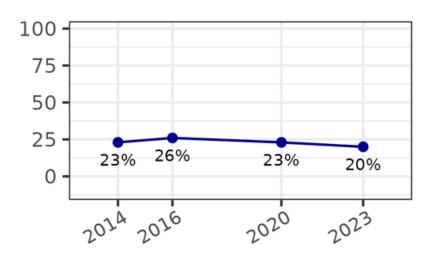
16A. Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou strictu sensu





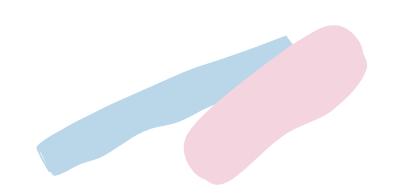
16B. percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada





COMO MEDIMOS? Igual ao indicador nacional. Os valores foram coletados diretamente do Inep Data – Novo Painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica..

META 16: O QUE DIZEM OS DADOS?



Os dados do indicador 16A mostram que, em Diadema, 42% dos professores da Educação Básica possuíam pós-graduação lato sensu ou stricto sensu em 2023, um número que supera as médias nacional e estadual. No Brasil, a média é de 30,2%, enquanto no estado de São Paulo é de 34,1%. No entanto, o indicador 16B, que mede o percentual de professores que realizaram cursos de formação continuada, mostra uma redução preocupante. Em 2023, 20% dos professores participaram desses cursos, uma queda de 6 pontos percentuais desde 2016, quando o índice era de 26%. Esse resultado ressalta a necessidade de aumentar os esforços para incentivar a participação dos docentes em programas de formação continuada, essenciais para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a melhoria da qualidade da educação.

As metas 15 e 16 do Plano Municipal de Educação de Diadema abordam diretamente a formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Na meta 15, prevê-se a atuação conjunta para diagnosticar necessidades formativas e definir responsabilidades entre as instituições de ensino superior e o Estado de São Paulo (15.1); o aumento do financiamento estudantil para cursos de licenciatura bem avaliados pelo SINAES, com a possibilidade de amortização do saldo devedor através da docência na rede pública (15.2); a expansão de programas permanentes de iniciação à docência, visando aprimorar a formação de futuros professores (15.3); a valorização das práticas de ensino e dos estágios em cursos de formação de nível médio e superior, articulando a formação acadêmica com as demandas da Educação Básica (15.4); e o apoio à realização de cursos técnicos de nível médio.

Além dessas metas, o PME enfatiza a importância de uma qualificação contínua e da oferta de oportunidades de crescimento profissional para assegurar um ensino de qualidade em todas as etapas da educação. Na educação infantil (1.9), a formação inicial e continuada dos professores busca garantir que todos os profissionais tenham formação superior, desenvolvendo competências essenciais para atender com qualidade e conhecimento especializado às crianças pequenas.

A meta 16 visa fortalecer a formação continuada dos professores da Educação Básica em Diadema. As ações propostas incluem o desenvolvimento de um planejamento estratégico para identificar as demandas por formação continuada, em parceria com instituições de ensino superior (16.1), e a participação na política nacional de formação de professores (16.2). Adicionalmente, contempla-se a disponibilização de materiais didáticos gratuitos em portais eletrônicos (16.3) e o incentivo para que educadores municipais ingressem em cursos de pósgraduação, garantindo-lhes progressão funcional (16.4). O município também busca, junto ao Governo Estadual, apoio para que os profissionais da rede estadual tenham acesso a essa formação continuada (16.5). Entre outras ações, sugere-se a criação de convênios com instituições de ensino superior para oferecer descontos nas mensalidades (16.6) e o mapeamento das necessidades de formação em cursos de pós-graduação voltados para os professores da rede municipal (16.7).



Além dessas metas, o PME enfatiza a importância de uma qualificação contínua e da oferta de oportunidades de crescimento profissional para assegurar um ensino de qualidade em todas as etapas da educação. Na educação infantil (1.9), a formação inicial e continuada dos professores busca garantir que todos os profissionais tenham formação superior, desenvolvendo competências essenciais para atender com qualidade e conhecimento especializado às crianças pequenas.

No Ensino Fundamental, reforça-se o investimento na formação de professores voltados à alfabetização, promovendo o uso de novas tecnologias e práticas pedagógicas inovadoras (2.7), além de oferecer formações específicas sobre temas de pluralidade cultural, étnico-racial, regional, linguística, religiosa, biológica, social e política, refletindo as características de um grupo diverso em um território determinado (2.33).

Para alfabetização, a formação continuada é destacada como pilar essencial, englobando o uso de tecnologias educacionais e práticas pedagógicas eficazes que garantam a alfabetização e contribuam para o fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, considerando diversas abordagens metodológicas e sua efetividade (5.4). Incentiva-se também a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada para a alfabetização.

Em relação à qualidade da Educação Básica (7.4), o plano foca no aprimoramento contínuo da autoavaliação escolar, incluindo a formação continuada dos profissionais da educação como parte integrante do planejamento estratégico, promovendo uma melhoria contínua da qualidade educacional e uma gestão democrática. Destaca-se ainda a necessidade de formar educadores na identificação de sinais de violência, promovendo um ambiente escolar seguro e fundamentado na cultura de paz (7.17), além da participação no programa nacional de formação para consolidar políticas de educação patrimonial (7.1).

COMO DIADEMA CONTRIBUIU PARA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES?

A Secretaria da Educação de Diadema promove uma série de ações voltadas para a formação continuada dos profissionais da rede, com paradas pedagógicas regulares, formações durante o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) e cursos oferecidos fora do horário de expediente. O Plano de Carreira, conforme previsto no estatuto do professor, incentiva tanto a formação inicial quanto a continuada, particularmente dos docentes da educação infantil. A Secretaria conta ainda com o Centro de Formação Lisete Arelaro, que oferece uma gama variada de cursos para a qualificação da rede educacional (Meta 1).

Em 2022, o Centro de Formação Lisete Arelaro disponibilizou cursos presenciais como o Pró-Letramento ampliado e revisado em Alfabetização e Letramento Matemático, além de formações sobre Documentação Pedagógica e Planejamento na Educação Infantil. Essas ações, realizadas fora do horário de trabalho, foram complementadas por formações continuadas durante o expediente para coordenadores pedagógicos, professores e outros profissionais envolvidos em programas como o Aprender Mais, Diadema de Dandara e Piatã, GRA (Grupo de Recomposição de Aprendizagem) e Mais Educação. Essas formações, promovidas mensalmente via YouTube, permitiram disseminar práticas pedagógicas em toda a rede de Diadema, mantendo a troca de conhecimentos de forma constante (Meta 2, Meta 4, Meta 5, Meta 6).

Em 2023, as formações continuaram, abordando temas como letramento na Educação Infantil, educação étnico-racial e inclusão, reforçando uma abordagem crítica e humanista. Um dos programas de destaque, o Pró-Letramento, ampliado a partir de 2022, passou a incluir práticas inovadoras, como multiletramentos e uso de novas tecnologias, para aprimorar a alfabetização até o 2º ano do Ensino Fundamental, conforme estabelecido pela BNCC. A recomposição de aprendizagens também é promovida por meio de programas como o Aprender Mais, destinado a estudantes dos 4º e 5º anos com dificuldades em leitura, produção de texto e habilidades matemáticas, que participam de atividades no contraturno (Meta 1, Meta 2, Meta 5, Meta 6).

Além disso, o Centro de Atenção à Inclusão Social (CAIS) ofereceu formações sobre "Acessibilidade Metodológica na Escola Inclusiva" e "Oficina de Comunicação Assertiva na Escola Inclusiva". Em junho de 2023, o Seminário Municipal de Educação Inclusiva abordou questões de acessibilidade e inclusão, promovendo uma educação que respeite e valorize a diversidade. O Programa Diadema de Dandara e Piatã também contribuiu para a formação em educação étnico-racial, oferecendo cursos focados na diversidade de gênero e na desconstrução de estereótipos de sexualidade, gênero e machismo no ambiente escolar (Meta 4, Meta 8).

Para monitorar o progresso educacional, a Prova Diadema é aplicada periodicamente, permitindo o diagnóstico das habilidades dos alunos e direcionando ações de alfabetização e recomposição. Acompanhamentos trimestrais, com instrumentos como a Ficha de Desenvolvimento do Estudante e o portfólio, registram o desenvolvimento dos alunos no Ensino Fundamental. Além disso, a Secretaria realiza um acompanhamento sistemático dos indicadores do IDEB e de outras avaliações nacionais, por meio do Observatório da Educação de Diadema, garantindo que as metas educacionais sejam continuamente avaliadas e atendidas (Meta 1, Meta 5).

A Secretaria da Educação também trabalha de forma integrada com outros setores do município para enfrentar questões como violência doméstica e bullying. Parcerias com o Núcleo de Conselhos e o CAIS resultaram em formações sobre violência doméstica e comunicação afetiva para professores e famílias, promovendo um ambiente escolar seguro e acolhedor. Essa atuação inclui a participação em audiências concentradas e reuniões com o CRAS e CREAS, permitindo um acompanhamento efetivo de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (Meta 7).

Para garantir a qualidade na educação integral, a Secretaria de Educação realiza paradas pedagógicas trimestrais e formações específicas para profissionais da Educação Integral, como os articuladores e educadores do Programa Mais Educação. Esses programas são essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a promoção de uma prática educativa democrática e inclusiva, com base em uma formação humana, crítica e antifascista (Meta 1, Meta 6, Meta 7, Meta 8).

Os recursos mobilizados pela SME-Diadema foram direcionados, sobretudo, para a formação do corpo docente. Nesse sentido, foi disponibilizado, em parceria com a Faculdade Sesi, especialização em Matemática para os professores do Ensino Fundamental, durante o segundo semestre de 2022 e primeiro semestre de 2023. Assim como também foi feita adesão ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) e ao Plano de Formação do Estado de SP, onde são oferecidas formações aos professores alfabetizadores da rede. O portal da SME-Diadema possui uma área destinada para a divulgação dos cursos e capacitações para os servidores, no link: https://portaleducacao.diadema.sp.gov.br/agenda-de-formacoes-e-cursos.

Houve também a disponibilização de um campo denominado: "Documentos de Apoio Pedagógico", no qual o Setor de Formação da SME pode inserir materiais didáticos e pedagógicos de capacitação para os servidores.

META 17: VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES

Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente e promover melhores condições de trabalho até o final do sexto ano de vigência deste PME.

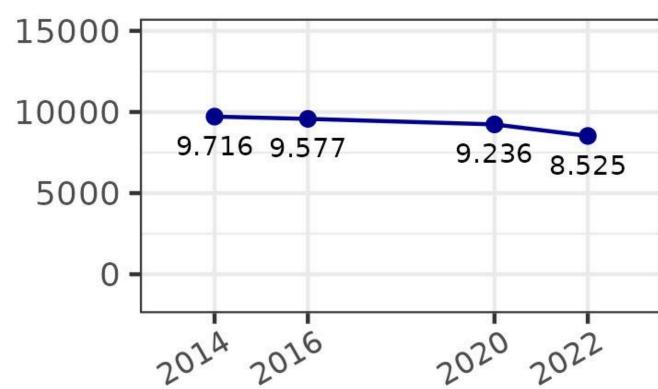
META 18: PLANO DE CARREIRA DOCENTE

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a revisão do Plano de Carreira para os(as) profissionais da Educação Básica municipal, e tomar como referência as diretrizes e garantias da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

META 17: O QUE ALCANÇAMOS?

17. Remuneração bruta dos docentes da educação básica



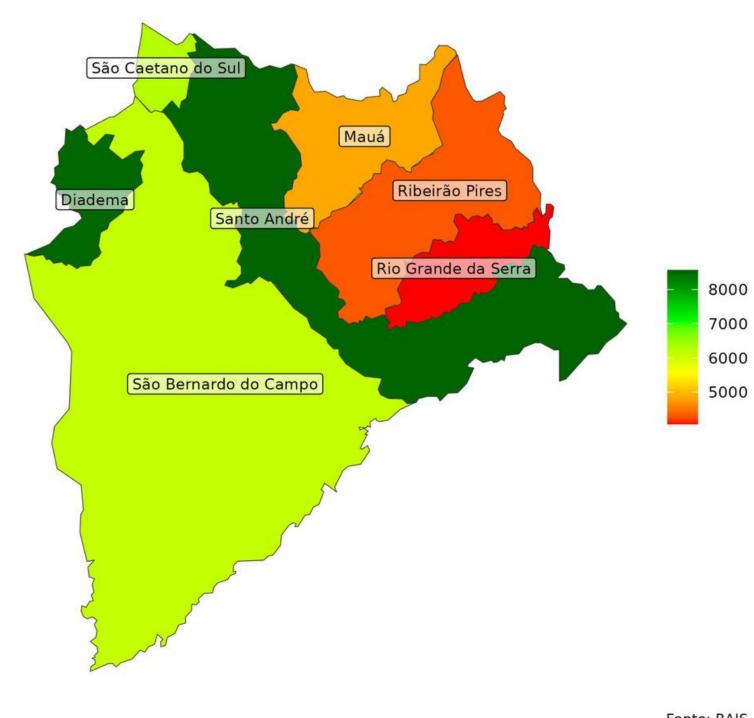


COMO MEDIMOS? Adaptação municipal do indicador nacional. Informa a remuneração bruta (em Reais) dos docentes em exercício na educação básica, padronizada para 40 horas semanais. Os valores foram atualizados para 2023, levando em conta a inflação (IPCA). Fonte dos dados: INEP e IBGE.

O QUE DIZEM OS DADOS?

Remuneração Bruta dos Docentes da Educação Básica no Grande ABC

O indicador 17A, que mede a remuneração bruta dos docentes da educação básica em Diadema, registrou uma queda de 11% entre 2016 e 2022. A remuneração média caiu de R\$ 9.577 em 2020 para R\$ 8.525 em 2022, uma diferença de R\$ 1.052. Para compreender melhor essa queda, foi realizada uma comparação com os outros municípios do Grande ABC, revelando que Diadema ainda apresenta salários relativamente altos. Cabe notar que houve perda generalizada do poder de compra dos salários brasileiros desde 2016.



ronte: RAIS

As estratégias da Meta 17 buscam garantir condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação, como a limitação do número de alunos por sala de aula para prevenir doenças e melhorar a qualidade do ensino (17.1). Elas também incluem apoio técnico e financeiro para melhorias nas condições de trabalho (17.2) e a participação da comunidade escolar, por meio do Conselho Escolar, na formulação de políticas públicas voltadas para a valorização profissional (17.3). Além disso, destacam a necessidade de participação em fóruns para acompanhar a atualização do piso salarial dos docentes (17.4) e de garantir acompanhamento junto ao SESMT para prevenção de doenças ocupacionais (17.5). A remuneração adequada deve ser assegurada, com base no piso salarial nacional (17.6), promovendo também equiparação salarial com outras carreiras (17.7) e diferenciação de vencimentos por titulação (17.9). Finalmente, a revisão salarial anual deve preservar o poder aquisitivo dos educadores (17.10).

As estratégias da Meta 18 visam fortalecer a estrutura das redes públicas de Educação Básica, garantindo que, até o terceiro ano de vigência do PME, 90% dos profissionais do magistério e 50% dos profissionais não docentes ocupem cargos efetivos (18.1). Além disso, as estratégias preveem a implantação de programas de acompanhamento para os profissionais iniciantes, supervisionados por equipes experientes, para apoiar a decisão de efetivação após o estágio probatório (18.2). O Plano de Carreira dos profissionais da educação também incluirá licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, como a pós-graduação stricto sensu (18.3). A participação anual no censo dos profissionais da Educação Básica, em colaboração com o Ministério da Educação, é outro ponto relevante (18.4). Por fim, a estratégia estabelece que 1/3 da jornada dos professores seja destinada à formação (18.5).

COMO DIADEMA CONTRIBUIU VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES?

A Secretaria Municipal de Educação mobilizou recursos humanos por meio de representantes da CIPA no setor que realiza acompanhamento nos equipamentos, produz relatórios e aponta as necessidades dos profissionais da educação. Também promoveu a participação nas discussões sobre programas implementados pela Secretaria de Educação, elaborou um planejamento e adquiriu materiais necessários para implantação dos projetos discutidos.

Nesse sentido, a SME-Diadema mobilizou recursos humanos e legislativos para o cumprimento das metas, como a regulamentação do Decreto n. 8199 de 10 de outubro de 2022 – início da implantação e da regulamentação da jornada de trabalho docente do magistério público municipal de Diadema, nos termos do § 1º do artigo 26 da Lei Complementar n. 353 de 26 de março de 2012 e da Lei Federal n. 11.738/08.

Por meio do Decreto n. 8199 de 10 de outubro de 2022, foi implantado e garantido 1/3 da jornada de trabalho de professores a ser destinado a atividades extraclasse, cumprindo a determinação constitucional, conforme a tese de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal (STF).

Diadema também garante os direitos assegurados no Estatuto do Magistério Municipal, Lei Complementar n. 353 de 26 de março de 2012, em que o plano de carreira possibilita bonificação e gratificação através de formações continuadas, em que, a cada 600 horas de formação, o profissional evolui 3% sobre seu salário base, podendo chegar a uma média de 18%.

No que diz respeito à formação dos profissionais, o estatuto garante que, após o estágio probatório, os profissionais podem evoluir a carreira apresentando os títulos de graduação em Pedagogia, evoluindo em 6% o salário base, bem como apresentando os títulos de mestrado e doutorado, podendo chegar a 18% de acréscimo do salário base.

Sobre a revisão do estatuto, existe a previsibilidade, já incluída no estatuto de realizar a revisão no prazo de 10 anos ou todas às vezes que se fizer necessário. Há uma comissão permanente de desenvolvimento funcional que se reúne semanalmente para verificar os títulos de progressão, mas também para analisar e mobilizar a revisão do estatuto.

Ainda sobre o estatuto, o ponto de atenção é a não revisão no prazo estabelecido tanto pelo PME quanto pelo próprio estatuto.

De modo geral, os resultados até agora foram: 2.278 cargos docentes, dos quais 12 são contratados em regime CLT e os demais são estatutários; sendo assim, 99,47% dos docentes são efetivos, ultrapassando os 90% deste PME. Os cargos não docentes são 663, dos quais 257 são contratados em regime CLT e os demais são estatutários; sendo assim, 61,24% são efetivos, ultrapassando os 50% mínimos deste PME.

A SAGEP (Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas) tem a política de encaminhar o formulário de avaliação de estágio probatório a cada ano, durante os 3 primeiros anos de trabalho dos servidores. A Secretaria de Educação faz a ponte entre a SAGEP e as Unidades Escolares, encaminhando o relatório para preenchimento pela chefia imediata dos servidores.

META 19 - GESTÃO DEMOCRÁTICA

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação e para consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.



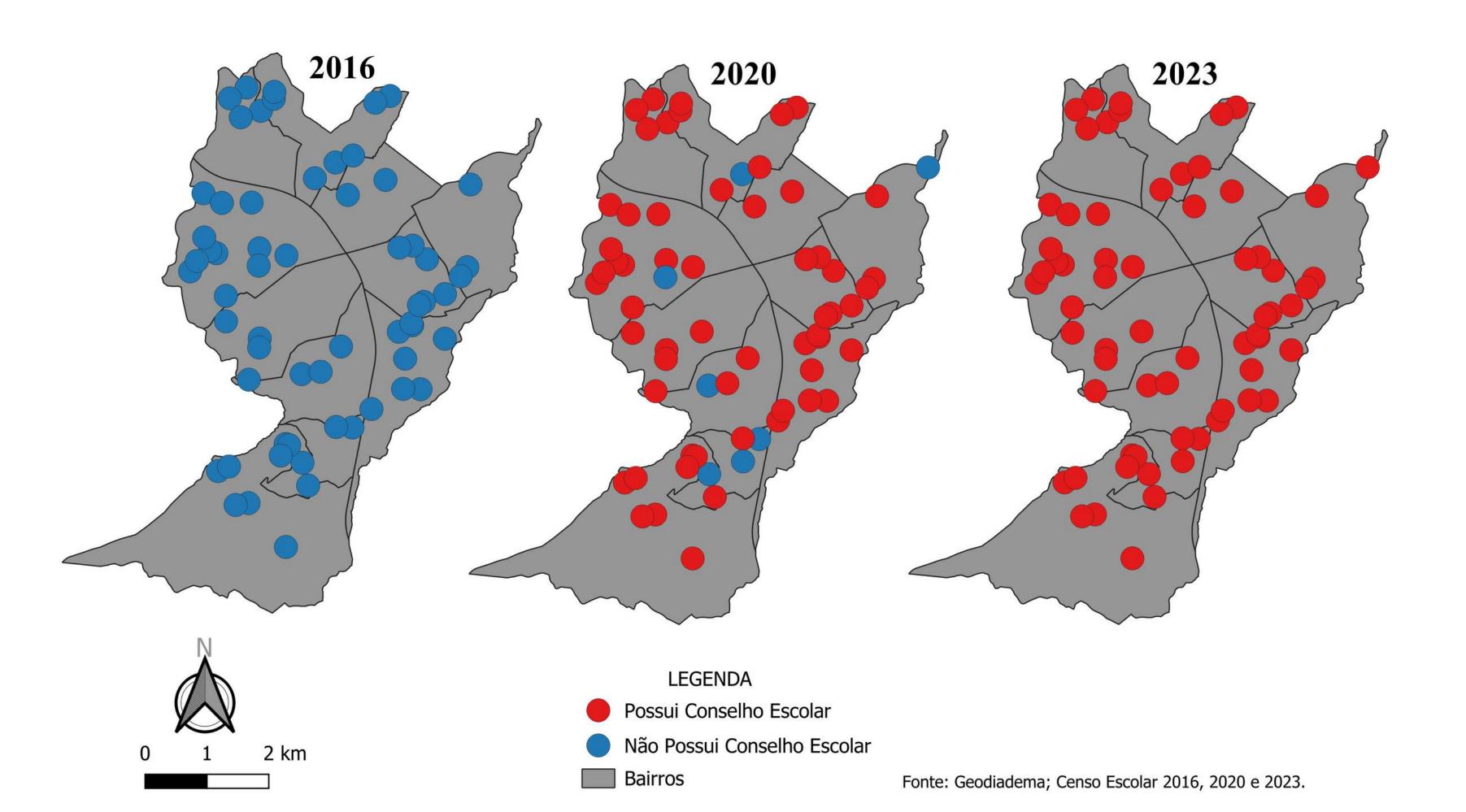
As estratégias da Meta 19 visam fortalecer a gestão democrática e a participação da comunidade escolar. Entre as ações propostas, estão: solicitar repasses voluntários da União para entes federados que regulamentem a gestão educacional com critérios técnicos e participação comunitária (19.1); ampliar a participação e a formação de conselheiros em diversos conselhos educacionais (19.2); estimular a criação de grêmios estudantis e associações de pais, assegurandolhes espaços e articulação com os conselhos escolares (19.3); fortalecer os conselhos escolares e o Conselho Municipal de Educação como instrumentos de fiscalização e participação na gestão (19.4); e garantir a consulta e a participação de profissionais, alunos e familiares na formulação dos projetos pedagógicos e na avaliação dos gestores escolares (19.5), promovendo autonomia pedagógica e administrativa nas instituições de ensino (19.6).

COMO DIADEMA CONTRIBUIU PARA GESTÃO DEMOCRATICA?

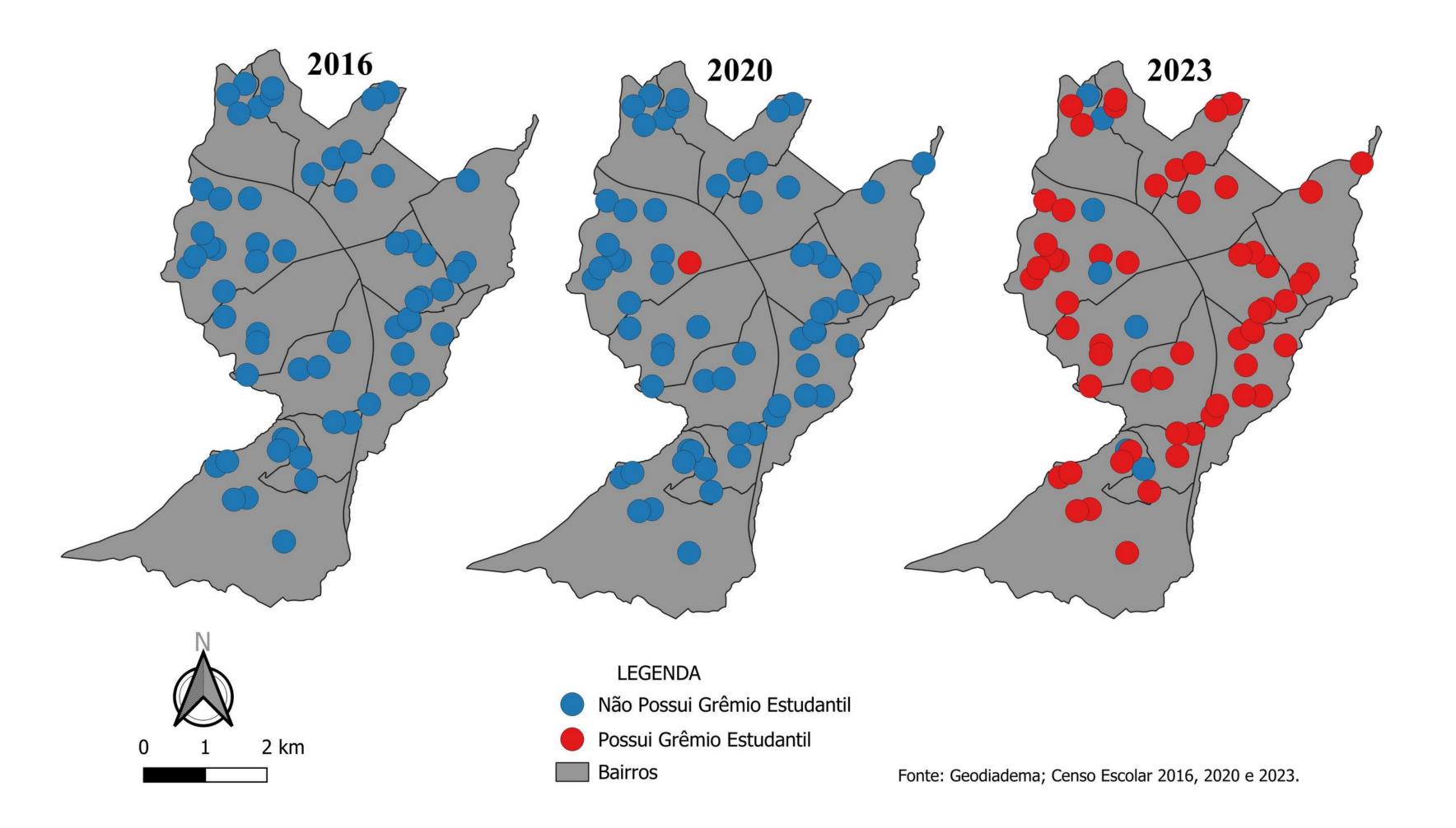
No âmbito do município, o núcleo de gestão de conselhos atuou na garantia da implementação da Lei Municipal n. 4269/2022, que orienta sobre a composição e o funcionamento dos colegiados escolares (Conselho Escolar, Conselho Curumim, Grêmio Curumim e Grêmio Estudantil). Foi realizado o Fala Curumim, encontro representantes dos grêmios curumins com o prefeito, evento em que as crianças apresentaram suas demandas para o chefe do executivo.

Foram organizadas oficinas formativas com os grêmios curumins que tiveram como produto a realização de podcasts (27) e vídeocast (1). Em 2023, na Câmara dos Vereadores, aconteceu a audiência pública Fala Curumim, na qual as crianças representantes do Conselho Curumim (3 a 8 anos) fizeram contribuições para uma cultura de paz. Na ocasião, foi lançado o primeiro concurso "Vídeo de um minuto", com foco na reflexão sobre a importância da cultura de paz. O avanço desses espaços de participação podem ser visualizados nos mapas a seguir, os quais demonstram a efetivação dos espaços democráticos nas unidades escolares.

VARIAÇÃO TEMPORAL DA PRESENÇA DE CONSELHOS NAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS

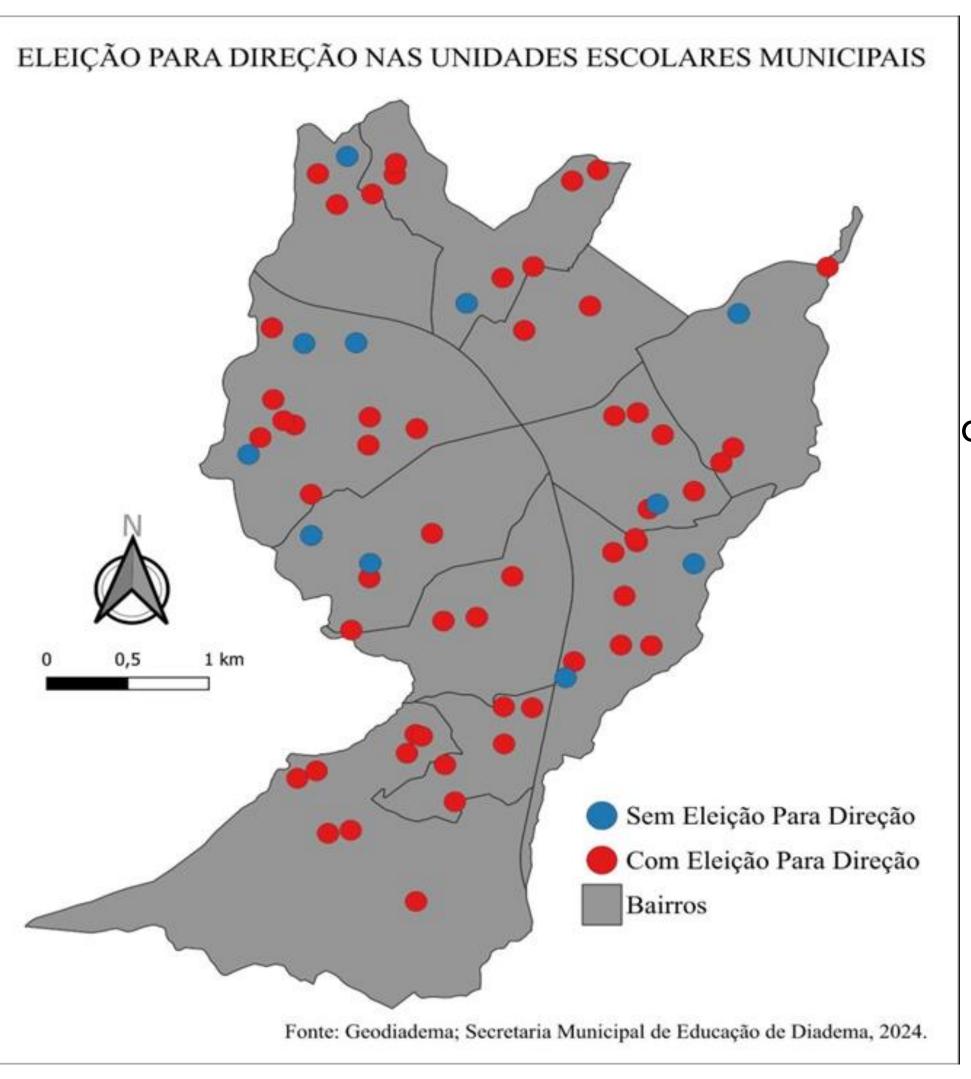


VARIAÇÃO TEMPORAL DA PRESENÇA DE GRÊMIO ESTUDANTIL NAS UNIDADES MUNICIPAIS



No âmbito regional, houve a participação de representantes do município no Grupo de Trabalho (GT) da infância e adolescência, no qual, entre outras atividades, puderam elaborar o manifesto "Escola pela paz", em abril de 2023. Ao observar que a garantia da participação das famílias era um desafio a ser enfrentado, foram realizados encontros de conselheiros escolares para discutir a importância e a qualidade da participação democrática na construção dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) Participativos, valorizando o envolvimento dos conselheiros na gestão democrática por meio da reflexão sobre a importância da participação democrática e promovendo a importância da participação deles em outros espaços, como o Conselho de Alimentação Escolar e o Conselho Municipal de Educação.

Em busca de garantir que os Planos de Gestão das escolas de Educação Infantil estivessem de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e Municipais, foi realizado, em conjunto com a coordenação pedagógica, um Plano de Trabalho anual, com acompanhamento da Secretaria de Educação nas unidades escolares. Além disso, para garantir a gestão democrática no interior das unidades escolares, a Secretaria Municipal de Educação mobilizou recursos visando assegurar processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nas unidades escolares. Foi o caso da aprovação da Lei n. 4.269 de 22 de junho de 2022, a qual dispõe sobre a natureza, a finalidade, a composição e o funcionamento dos Colegiados Escolares de Gestão Democrática da rede municipal de ensino de Diadema, que prevê, no seu artigo 2°, "que o conselho escolar terá caráter deliberativo, consultivo, fiscalizador, mobilizador...", e orienta para os prazos de eleições e posse anual dos conselheiros escolares, bem como sua composição paritária.



Nesse sentido, em 2023 foram realizadas assembleias para deliberar sobre as metas do Projeto Político Pedagógico Participativo das escolas municipais nas esferas pedagógica, administrativa e financeira, assim como foi realizada formação dos candidatos para o conselho escolar, com o objetivo de orientar sobre os conceitos de cidadania, democracia, participação e responsabilidade social.

META 20 - FINANCIAMENTO

Ampliar as fontes de financiamento da educação pública do Município de Diadema, contando com o aumento em 5% dos recursos destinados à educação em relação ao orçamento municipal vigente até o final deste PME.



META 20: O QUE ALCANÇAMOS?

22,45% de aumento dos recursos orçamentários destinados à educação em relação ao realizado em 2016

O QUE DIZEM OS DADOS?

O indicador de percentual de evolução dos recursos orçamentários destinados à educação em relação ao realizado em 2016 é uma decorrência do conteúdo da meta municipal. Para calcular, foram levantadas as Despesas Liquidadas nos Demonstrativos da Função Educação, disponibilizadas noSistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE (FNDE/MEC), corrigidas para valores de dezembro de 2023 (IPCA/IBGE).

A Meta 20 propõe 7 (sete) estratégias para fortalecer a gestão educacional e o financiamento da educação em Diadema. As ações incluem o compartilhamento de responsabilidades entre os sistemas educacionais para alcançar as metas dos planos (20.1), buscar recursos financeiros federais e estaduais para melhorar a qualidade do ensino (20.2) e garantir o pleno funcionamento dos conselhos do FUNDEB e Municipal de Educação, com formação continuada de seus membros (20.3). Além disso, sugere-se a implementação do Custo Aluno Qualidade (CAQ) como parâmetro para o financiamento adequado da Educação Básica (20.4), a articulação com a Secretaria de Finanças para melhorar a arrecadação de receitas (20.5), a participação em projetos educacionais para captação de recursos (20.6) e o fortalecimento dos mecanismos de transparência para o acesso público às informações sobre receitas e despesas da educação (20.7).

Nota-se que há uma ênfase em torno da mobilização de diferentes estratégias que viabilizem uma maior disponibilidade de receitas destinadas à educação, seja pela colaboração com entes federativos, projetos de parceria ou aprimoramentos no sistema de gestão e arrecadação locais. Outro ponto relevante é a preocupação com o controle social e institucional dos recursos educacionais.



COMO DIADEMA CONTRIBUIU PARA O FINANCIAMENTO?

A Meta 20 do PME Diadema é coerente com a Meta 20 do PNE, na medida em que aponta a necessidade de ampliação dos recursos orçamentários destinados à educação durante o período decenal. Faz isso tanto indicando a necessidade de ampliação das fontes de receitas como apresentando uma meta objetiva de elevação de 5% dos recursos destinados à educação no orçamento municipal.

Em 2023, a Secretaria de Educação de Diadema continuou a fortalecer suas iniciativas de descentralização de recursos, com os programas Escola Bem Cuidada (EBC) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Esses programas foram destinados à aquisição de materiais específicos e à manutenção de escolas, berçários e ateliês de artes, que foram organizados de acordo com a concepção pedagógica do município. A gestão desses recursos ocorre com base em um plano de ação elaborado e aprovado pela comunidade escolar, garantindo a participação ativa de todos os envolvidos no processo decisório.

No que se refere à gestão dos conselhos, a Secretaria de Educação dispõe de um Núcleo de Gestão de Conselhos que administra os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), o Conselho Municipal de Educação (CME) e o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS/Fundeb). O núcleo oferece estrutura física, equipamentos para reuniões e transporte para conselheiros, além de promover momentos formativos em parceria com os setores de compras, orçamento, gestão de pessoas e alimentação escolar, para capacitar os conselheiros na correta aplicação dos recursos educacionais. Em 2023, houve destaque para a participação dos conselheiros em audiências públicas sobre orçamento e prestação de contas, além de visitas às obras de educação em andamento, promovendo transparência e participação ativa no acompanhamento das políticas educacionais. A aprovação do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que passou a vigorar a partir de 2021, contribuiu com o alcance da Meta, já que novos recursos oriundos da redistribuição do fundo segundo seus critérios passaram a ser incluídos no orçamento municipal. Esse é o caso da complementação da União segundo o critério VAAR, que não existia em 2016 e representou recurso adicional de R\$ 1.535.455,96, conforme o RREO 2023.6.

META 21: ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

Garantir condições para execução, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação, a partir de sua aprovação.

O QUE ALCANÇAMOS?

Foi constituido o Fórum Municipal de Educação, instituído em 2017 e com maior protagonismo em 2023, através das reuniões e planejamento da CONAE Municipal.

Foi instituido o Observatório da Educação, realizando o monitoramento do PME atráves dos Painéis de Acompanhamento das Metas e relatórios.

Realizada parceria com UFABC, Consórcio Intermunicipal do ABC e Ação Educativa para ser o município piloto do Observatório Regional de Educação do Grande ABC.



As estratégias da Meta 21 incluem a elaboração de planos de trabalho bianuais para monitorar o desenvolvimento do Plano Municipal de Educação (PME) e a divulgação de seus resultados (21.1). Prevê-se que a cada quatro anos será realizada uma avaliação das metas e estratégias para subsidiar a elaboração do plano do decênio subsequente (21.2). É reforçado o olhar multissetorial para implementar um sistema anual de coleta de dados educacionais, em parceria com outras secretarias, abrangendo as redes pública e privada (21.3). Além disso, são incentivadas a regulamentação e a instituição do Fórum Municipal Permanente de acompanhamento do PME no prazo de um ano, com participação do Conselho Municipal de Educação (21.4).

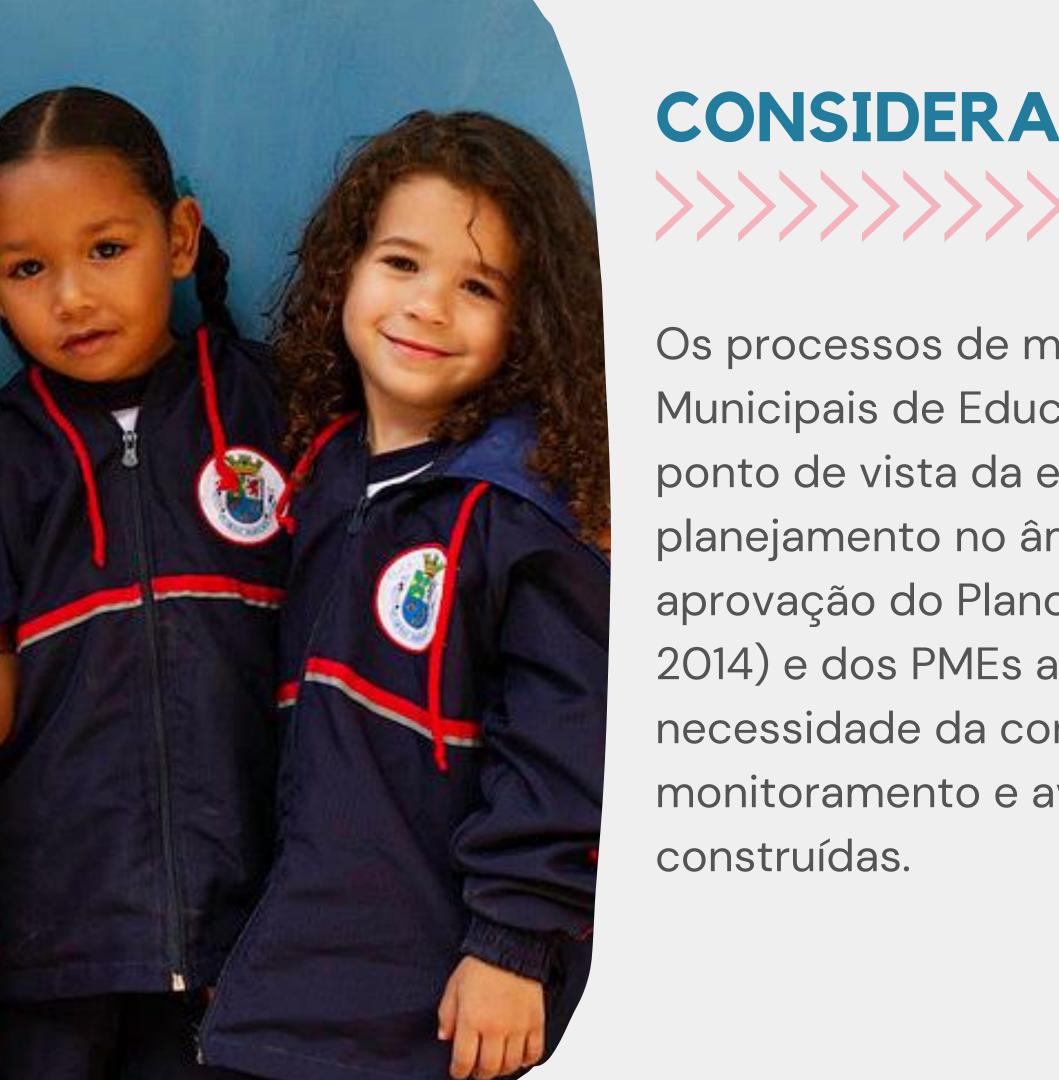
COMO DIADEMA CONTRIBUIU PARA O MONITORAMENTO DO PME?

AO

Os processos de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) representam um desafio na efetivação de políticas públicas de planejamento entre os entes federados. Com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014 e dos PMEs no ano seguinte, surgiu a necessidade de desenvolver metodologias para monitorar e avaliar as metas e estratégias estabelecidas. Em Diadema, o PME foi formalizado em 2016, mas foi a partir de 2022 que o monitoramento e a avaliação (M&A) ganharam força, com a criação de uma estrutura organizacional na Secretaria de Educação voltada especificamente para esse objetivo. Foi estabelecida a Comissão Coordenadora de Monitoramento do PME, composta de membros do Conselho Municipal de Educação (CME), do Fórum Municipal da Educação (FME) e da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação (SME).

Em seu primeiro ano de monitoramento, o Observatório de Educação conduziu o levantamento das ações realizadas para cada meta e estratégia, por meio de consultas com setores transversais da Secretaria de Educação. A sistematização de dados quantitativos do Censo Escolar, PNAD e Censo Nacional de 2010 foi realizada, e esses dados foram consolidados no primeiro painel público, que apresenta os resultados das metas e sua evolução histórica desde 2014 para a maioria dos indicadores. As ações e os resultados foram organizados pela equipe técnica em um relatório de monitoramento, apresentado em 2023 à comunidade escolar e aos conselhos educacionais, com o objetivo de promover transparência e garantir o acompanhamento coletivo.

Como parte do projeto piloto do Observatório, o município de Diadema, em parceria com a UFABC, o Consórcio Intermunicipal do ABC e a Ação Educativa, iniciou em 2023 uma segunda rodada de monitoramento das metas e estratégias. Essa colaboração, junto aos diferentes setores da Secretaria de Educação e aos membros do Observatório, permitiu a publicação de um novo painel de dados e a consolidação dos resultados qualitativos em um relatório. Essa articulação foi possível por meio de reuniões periódicas sobre indicadores, metodologias qualitativas e grupos temáticos, fortalecendo o processo de monitoramento e avaliação. Os resultados e as discussões das apresentações do relatório de monitoramento servirão como insumo para a elaboração do novo Plano Municipal de Educação de Diadema. Esse processo irá considerar a participação ativa da comunidade escolar, a intersetorialidade entre diferentes áreas e a troca de saberes, promovendo um diálogo construtivo e colaborativo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) constituem um desafio do ponto de vista da efetivação de políticas públicas de planejamento no âmbito dos entes federados. Com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014) e dos PMEs até o ano seguinte, emergiu a necessidade da construção de metodologias de monitoramento e avaliação das metas e estratégias construídas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O monitoramento do Plano Municipal de Educação (PME) de Diadema demonstra avanços significativos na implementação das metas educacionais, promovendo acesso, permanência e qualidade na educação local. A criação de uma meta específica para o monitoramento (Meta 21) destaca o compromisso contínuo com a avaliação e o aprimoramento das políticas implementadas. Esse esforço é fortalecido pela atuação do Observatório da Educação, do Fórum Municipal de Educação e pela parceria com instituições como a UFABC e o Consórcio Intermunicipal do ABC, que garantem uma análise integrada e participativa ao incluir gestores da secretaria, das escolas e a comunidade escolar no debate.

Programas estruturantes, como o "Lugar de Estudante é na Escola" e o "Programa Diadema de Dandara e Piatã," voltado à educação étnico-racial, representam esforços locais de inclusão e combate ao preconceito, promovendo um ambiente educacional mais acolhedor e plural. Outros programas avançaram nas estratégias de expansão de vagas e na promoção de uma educação que valoriza o desenvolvimento integral dos estudantes.

Apesar dos avanços, o monitoramento enfrenta desafios e limitações significativas. A periodicidade do Censo Demográfico e da PNAD impõe restrições ao monitoramento contínuo, essencial para a atualização de indicadores. Diante disso, a Secretaria de Educação tem investido em esforços internos de monitoramento junto às escolas e em parcerias intersetoriais para suprir essa lacuna. Assim, o monitoramento do PME de Diadema tem sido fundamental para o progresso educacional, a análise desses dados representa um ponto de partida crucial para o planejamento das políticas dos próximos anos.